

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA

**DEMOCRACIA PRIMÁRIA E EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA - OS CLUBES
DE MÃES EM CAMPINA GRANDE**

**Recife – PE
2008**

MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA

**DEMOCRACIA PRIMÁRIA E EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA - OS CLUBES
DE MÃES EM CAMPINA GRANDE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque.

**Recife – PE
2008**

Oliveira, Marília Tomaz de

Democracia primária e experiência associativa : os clubes de mães em Campina Grande / Marília Tomaz de Oliveira. – Recife: O Autor, 2008.

181 folhas : il., fotos, mapa, tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. 2. Democracia. 3. Cidadania. 4. Participação social. 5. Grupos sociais. 6. Associações comunitárias – Clube de mães. 7. Mulheres. 8. Gênero. I. Título.

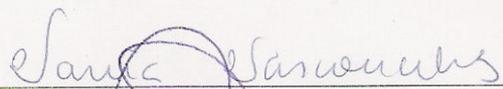
**316.1
301**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

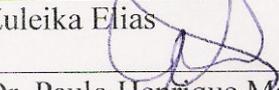
**UFPE
BCFCH2009/04**

Ata da Sessão de Defesa de Tese de MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

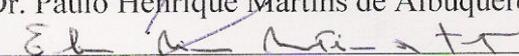
Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º. Andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA**, sob o título "**DEMOCRACIA PRIMÁRIA E EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA – OS CLUBES DE MÃES EM CAMPINA GRANDE**". A comissão foi composta pelos professores: **Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque - presidente/orientador; Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna – PPGS; Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Mattos – Titular Interno – PPGS; Dra. Ghislaine Duque – Titular Externa – UFCG; Dra. Eliana Monteiro Moreira – Titular Externa – UFPB**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra a autora de Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o presente trabalho. O **Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque** presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade..** E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 14 de fevereiro de 2008.



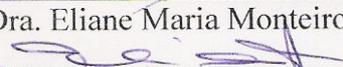
Zuleika Elias



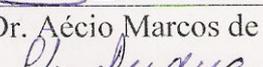
Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque



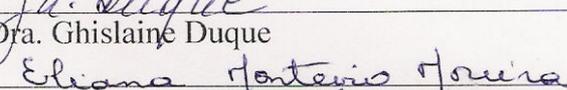
Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte



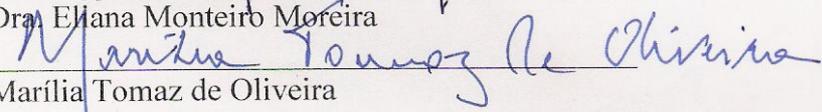
Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Mattos



Dra. Ghislaine Duque



Dra. Eliana Monteiro Moreira



Marília Tomaz de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Paulo Henrique Martins de Albuquerque
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Orientador

Eliane Maria da Fonte
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Titular interna

Aécio Gomes de Matos
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Titular interno

Ghislaine Duque
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Titular externa

Eliana Monteiro Moreira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Titular externa

Breno Augusto Souto Maior Fontes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Suplente interno

Marilda Menezes
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Suplente externa

*Dedico à minha
amada filha Mariana.*

AGRADECIMENTOS

A Deus essência de sabedoria, fonte de inspiração e força no enfrentamento das intempéries ao longo da caminhada.

A minha filha Mariana pelo apoio constante e compreensão das minhas ausências.

A minha família pelo incentivo a prosseguir na execução desse trabalho mesmo diante das dificuldades.

As (os) Amigas (os) pessoas de importância fundamental nessa trajetória os (as) quais não citarei nomes com o receio de olvidar alguém.

Ao meu orientador, Paulo Henrique Martins, pelo acompanhamento nesse processo de aprendizagem com sua competência e paciência quando se fazia necessária, sem os quais seria inviável a elaboração dessa tese.

Aos professores do PPGS/UFPE pela transmissão de conhecimentos adquiridos durante as disciplinas cursadas. Especialmente à professora Silke Weber sempre atenta ao nosso desenvolvimento no curso, a professora Cynthia Hamlim pela ajuda com material teórico.

A professora Ghislaine Duque pela generosa acolhida e sugestões durante a fase final de produção da tese.

Aos funcionários do PPGS, sempre prestativos, especialmente à Zuleika pela competência profissional no atendimento as nossas solicitações.

Aos colegas de turma com os quais compartilhamos momentos de aprendizagem, ansiedade e alegria no decorrer do curso. Especialmente Emilio Negreiros sempre pronto a ajudar e receptivo em escutar e trocar impressões acerca das questões teóricas e subjetivas. A Ana Ramos pelo constante compartilhamento do andamento da tese e incentivo mútuo.

As colegas Silvana Eloísa e Elenilze pelo companheirismo no enfrentamento das dificuldades e avanços partilhados passo a passo, principalmente durante a estadia em Recife e nas idas e vindas de Campina Grande/Recife/Campina Grande.

Aos colegas do Núcleo de Estudos de Processos de Mudança orientado pelo professor Paulo Henrique, pelos momentos de crescimento conjunto e de relações solidárias.

A José Romero Costa Júnior pela paciência e empenho na digitação parcial da tese.

As Colegas do Departamento de Serviço Social da UEPB pelo incentivo, compreensão e solidariedade na reta final de elaboração dessa tese.

As Irmãs do Mosteiro das Clarissas em Campina Grande pela acolhida generosa nos momentos necessários de recolhimento para produção do texto de qualificação e constante incentivo e preces a nossa favor.

As mulheres participantes dos Clubes de Mães da base ou direção, pela aceitação e disponibilidade em abrir seus espaços, mentes e corações, sem as quais não seria possível a produção dessa tese.

A CAPES, pela bolsa de Doutorado, imprescindível para a realização deste curso.

À MEMÓRIA DE:

Maria Rocha Lima, minha avó/mãe, sertaneja de boa cepa, pelo incentivo e exemplo de perseverança e força no enfrentamento da vida.

Ao senhor Gideone, funcionário do PPGS, sempre com um sorriso aberto e pronto a ajudar.

RESUMO

Esta tese toma como objeto de estudo os Clubes de Mães, associações comunitárias, espaços de participação das mulheres associadas, na maioria pertencente às camadas populares, onde interagem e compartilham práticas sociais de lazer, solidariedade, cooperação, profissionalização e desenvolvem ações para conquista de cidadania. O objetivo desta tese é verificar se os CM's são espaços de construção de democracia, mediante os processos de sociabilidade, associacionismo e dádiva, e como ocorre a ressignificação das relações de gênero nas práticas e relações sociais a partir da participação no espaço público. Para atingir o objetivo proposto foi utilizada a metodologia qualitativa com enfoque na sociologia reflexiva. Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados na coleta de dados se deram a partir da articulação entre a observação participante nos CM's e entrevistas individuais realizadas com roteiro semi-estruturado. O estudo é ancorado em quatro eixos teóricos: a) a democracia primária, associação e cooperação; b) a sociabilidade como elemento de constituição de interação social; c) a Dádiva, reciprocidade, solidariedade, aliança e rivalidade; d) o reconhecimento social e a questão de gênero. Em nossas conclusões, mostramos, à luz da teoria, como e em que medida os Clubes contribuem para a construção da cidadania. Também, finalizando e com a intenção de devolver esta reflexão para nossas informantes, apresentamos algumas modestas sugestões visando esboçar caminhos que possam sinalizar formas de ultrapassar as dificuldades assinaladas.

Palavras-chave: Clube de Mães. Democracia primária. Dádiva. Associacionismo. Sociabilidade. Reconhecimento. Gênero.

ABSTRACT

This thesis aims to study the Mothers' Clubs, which are communitarian associations and spaces for the poor women' participation. In those places, they interact and share social practices of leisure, solidarity, cooperation, learn new skills and develop actions on citizenship. The objective of this thesis is to identify if the Mothers' Club are spaces of democracy construction, through processes of sociability, association and reciprocal relations and how the reconfiguration of gender relations happens in their participation in public space. To develop the proposed objectives, we draw on qualitative methodology and reflexive sociology. The methods and techniques used to collect the data were participant observation in the Mothers' Clubs and individual semi-structured interviews. The study is grounded on four theoretical issues: a) primary democracy, association and cooperation; b) sociability as an element of social interaction; c) reciprocal relations, solidarity, alliance and conflict; d) social acknowledgment and gender relations. In our conclusions, we showed, grounded on theory, how and in what extend the Mothers' Clubs contribute to the citizenship building. Finally, aiming to provide feedback to our research subjects, we present some suggestions which can be ways to overcome some appointed difficulties.

Keywords: Mothers' Club. Primary Democracy. Reciprocity. Association. Sociability. Empowerment. Gender.

RESUMÉ

Cette thèse a pour objet les Clubs de Mères, associations communautaires, espaces de participation des femmes appartenant en majorité aux couches populaires, où elles partagent des pratiques sociales de loisir, solidarité, coopération, professionnalisation et où elles développent des actions visant la conquête de la citoyenneté. L'objet de cette thèse est de vérifier si ces clubs sont des espaces de construction de la démocratie, moyennant les processus de sociabilité, associationisme et Don (au sens utilisé par Mauss), et d'étudier comment s'opère la ressignification des relations de genre dans les pratiques et relations sociales, à partir de la participation sur la scène publique. Pour atteindre cet objectif, on a eu recours à la méthodologie qualitative, dans la lignée de la sociologie réflexive. Les méthodes et techniques de recherche utilisées pour recueillir les données ont été l'observation participante dans les clubs et des entretiens individuels structurés de forme flexible. L'étude s'est basée sur quatre lignes théoriques: a) la démocratie primaire, association et coopération, b) la sociabilité comme élément de constitution de l'interaction sociale, c) le Don, réciprocité, solidarité, alliance et rivalité, d) la reconnaissance sociale et la question de genre. Dans les conclusions, on montre, à la lumière de la théorie, comment et dans quelle mesure les clubs contribuent à la construction de la citoyenneté. Enfin, dans le but de partager notre réflexion avec nos informants, on présente encore quelques suggestions modestes qui veulent ébaucher un chemin capable de dépasser les difficultés signalées.

Mots-clés: Club de Mères. démocratie primaire. Associationisme. Sociabilité. reconnaissance. genre.

LISTA DE SIGLAS

CM's – Clubes de Mães.

SAB's – Sociedade de Amigos de Bairros.

UCES – União Campinense de Equipes Sociais

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande

AMDE – Agência Municipal de Desenvolvimento Social de Campina Grande

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura do Município de Campina Grande

OP – Orçamento Participativo

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Clube de Mães Anita Cabral – Tambor; 1º CM's. Fundado em 1963.....	91
Fotografia 2: Clube de Mães M ^a de L. de Aguiar Loureiro – Severino Cabral; Fundado em 1983	91
Fotografia 3: Encontro SAB's com prefeito – 1964.....	93
Fotografia 4: Encontro dos Clubes de Mães 29/08/1966	97
Fotografia 5: Orientação de estagiárias ao Clube de Mães 1967	100
Fotografia 6: Reunião clube de mães – 2007	113
Fotografia 7: Apresentação do coral do clube de mães em comemoração ao dia das mães – maio de 2007	114
Fotografia 8: Reunião - Palestra sobre a lei Maria da Penha para o Grupo de idosos – CM's – 2006.....	115
Fotografia 9: Festa do dia das mães promovida pela SEMAS para os CM's – Maio de 2007	117
Fotografia 10: Produtos do curso de pintura em tecido – CM's Anita Cabral – 2006.....	118
Fotografia 11: Projeto Digna	123
Fotografia 12: Momento de reflexão sobre a vida.....	136
Fotografia 13: As pessoas atendidas.....	136
Fotografia 14: A distribuição do sopão	136
Fotografia 15: Os voluntários	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos bairros onde estão localizados os CM's.....	24
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPITULO I	
CONSTRUINDO A ABORDAGEM.....	22
1.1 Especificação do universo e amostra.....	23
1.2 Construção teórico-metodológica.....	24
1.2.1 <i>Sociologia Reflexiva</i>	25
1.3 Métodos e técnicas.....	29
1.3.1 <i>Instrumentos de Pesquisa</i>	29
1.3.2 <i>Análise dos Resultados</i>	34
CAPÍTULO II	
DEMOCRACIA PRIMÁRIA, ASSOCIAÇÃO E DÁDIVA	38
2.1 Democracia primária e aprendizagem da democracia política e social.....	38
2.1.1 <i>Sociabilidade primária e secundária</i>	40
2.1.2 <i>Sujeito social e poder nas organizações sociais</i>	48
2.2 Sociabilidade e associação: conflitos e mundo da vida.....	50
2.2.1 <i>Sociação como conflito</i>	57
2.2.2 <i>Schultz e o mundo da vida</i>	59
2.3 Dádiva e associação.....	60
2.3.1 <i>Dádiva e Simbolismo</i>	60
2.3.2 <i>Associacionismo, solidariedade, alianças e rivalidade</i>	68
CAPÍTULO III	
DEMOCRACIA, RECONHECIMENTO E GÊNERO.....	73
3.1 Reconhecimento social.....	73
3.2 Reconhecimento social e gênero	77
3.3 Gênero: uma categoria relacional.....	81
3.4 A teoria pós-colonial e a crítica feminista.....	87

CAPÍTULO IV

OS CLUBES DE MÃES EM CAMPINA GRANDE	91
4.1 Histórico: Origem e evolução dos Clubes de Mães.....	91
4.1.1 <i>Os Clubes de Mães e o Movimento Comunitário no contexto histórico brasileiro</i>	92
4.1.2 <i>Surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande</i>	97
4.1.3 <i>A Criação da Coordenação dos Clubes de Mães</i>	100
4.1.4 <i>Os CM's em tempos de conquista de direitos</i>	104
4.2 Os Clubes de Mães, sujeito coletivo na atualidade	107
4.3 Estrutura e Dinâmica de Funcionamento dos Clubes de Mães	110
4.3.1 <i>Atividades atualmente desenvolvidas nos CM's</i>	112
4.3.1.1 <i>Reunião: Momento de Sociabilidade, Reconhecimento e Dádiva</i>	112
4.3.1.2 <i>Aprendizagem, Profissionalização e Geração de Renda</i>	118
4.3.2 <i>Origem dos recursos para desenvolvimento das atividades e manutenção dos Clubes de Mães</i>	124

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DO COTIDIANO: OS SUJEITOS SE EXPRESSAM	127
5.1 Sociabilidade e interação no mundo da vida	127
5.1.1 <i>Sociabilidade e laços sociais</i>	129
5.1.2 <i>Sociabilidade e associação</i>	131
5.1.3 <i>O lúdico e a sociabilidade</i>	131
5.2 Solidariedade e dádiva, a criação de vínculos sociais	132
5.3 A construção da democracia.....	137
5.3.1 <i>As oportunidades e a atuação das lideranças</i>	137
5.3.2 <i>Políticas públicas e educação política</i>	140
5.3.3 <i>Papel das lideranças</i>	141
5.4 Reconhecimento social e gênero	142
5.4.1 <i>Reconhecimento e auto-estima</i>	142
5.4.2 <i>Gênero, uma construção social</i>	144
5.4.3 <i>Educação e denúncia da violência</i>	147
5.5 Dificuldades e limites no processo democrático	149
5.5.1 <i>Lideranças e poder</i>	149
5.5.2 <i>Política partidária e clientelismo</i>	151
5.5.3 <i>O conflito</i>	152

CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	
ANEXO A: Mapeamento dos Clubes de Mães de Campina Grande	177
ANEXO B: Roteiro das entrevistas com as sócias dos CM's	181
ANEXO C: Roteiros das entrevistas com agentes externos	182

Introdução



INTRODUÇÃO

Esta tese analisa, à luz da teoria sociológica, a experiência dos Clubes de Mães (CM's) no município de Campina Grande. Os motivos que levaram à escolha deste tema estão diretamente relacionados com a nossa trajetória profissional e acadêmica. O interesse é oriundo inicialmente de nossa prática profissional como assistente social da Secretaria de Ação Social do Estado da Paraíba, no trabalho de assessoria a um clube de mães e à Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Tambaí, na cidade de Bayeux - PB (cidade circunvizinha a João Pessoa), durante seis anos, momento em que acompanhamos de perto o movimento comunitário de João Pessoa do qual as entidades assessoradas faziam parte.

Em seguida, continuamos acompanhando as entidades comunitárias nos aspectos teóricos e práticos como docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, ministrando a disciplina “Movimentos Sociais” e supervisionando alunas estagiárias junto aos clubes de mães de Campina Grande de 1999 a 2002. Nesse período, orientamos trabalhos de conclusão de curso sobre as referidas áreas de estágio e uma pesquisa com três clubes, objetivando identificar as características dos mesmos. Daí advieram inquietações teórico-metodológicas e práticas, e percebemos a necessidade de uma compreensão aprofundada em relação ao tema ora estudado, de modo que buscamos, através do Curso de Doutorado, o diálogo com as abordagens teóricas das ciências sociais e em particular da sociologia

A relevância do estudo deste tema se justifica pelo número reduzido de trabalhos sobre o tema. Embora as ações sociais e políticas dos clubes possuam um potencial de mudança, não só para os atores envolvidos, mas para a sociedade toda, constatamos, no momento da

revisão bibliográfica, que a literatura é escassa quanto aos estudos específicos sobre Clubes de Mães. Essa constatação fortaleceu nosso desejo de aprofundar esse tema. Também nos motivou a importância deste objeto empírico pela visibilidade da atuação dos CM's no cenário sócio-político local. São associações que existem desde a década de 1960 e continuam se desenvolvendo de forma crescente até hoje. Atualmente, os CM's de Campina Grande contam com um quadro de 4.596 (quatro mil quinhentas e noventa e seis) associadas, nas áreas urbana e rural.

Nosso objeto de estudo se refere, portanto, aos Clubes de Mães, enquanto associações comunitárias, espaços de democracia e sociabilidade primárias que se dá através da interação nas relações sociais, enquanto manifestações de cooperação e circulação da Dádiva. Nesse espaço, as mulheres associadas, pertencentes em maioria às camadas populares, interagem e compartilham práticas sociais de lazer, solidariedade, cooperação, profissionalização e desenvolvem ações para conquista de cidadania.

Nosso objetivo principal foi verificar se os CM's são realmente espaços de construção de democracia, através dessas práticas de sociabilidade, cooperação e dádiva. As perguntas iniciais para a compreensão do objeto de estudo foram as seguintes: como surgem os CM's? Seguem um modelo de organização? Existe um processo democrático? Há manifestações de solidariedade? Como se dá o processo de sociabilidade? Vivenciam reconhecimento e mudança nas relações de gênero?

Na construção da tese percorremos os caminhos teóricos, refletindo sobre quatro eixos temáticos:

- 1) Democracia primária nos moldes da política de associação e cooperação.
- 2) Sociabilidade, associação, conflito social e mundo da vida.
- 3) Dádiva, reciprocidade, solidariedade, aliança e rivalidade.

4) Reconhecimento social e Gênero.

Pois, pretendemos contribuir para o debate sociológico destacando a relevância e crescente importância teórica da sociologia contemporânea acerca das mediações simbólicas, significando a abertura de um campo no qual se reconhece a teia de relações complexas entre a rigidez de contornos totalizantes e o mundo da vida onde se desenvolvem as interações sociais e os processos de associacionismo e democracia primária. Cria-se uma mediação através do sistema da dádiva com o interacionismo nos planos micro e macro social. Rompe-se com dogmas que separam as teorias sociológicas entre as escolas que valorizam a experiência e as que valorizam a construção do conhecimento.

Trabalhamos ainda a compreensão e interpretação dos processos de constituição do vínculo social, circulação da dádiva, democracia primária e sociabilidade, bem como a experiência associativa dos CM's e seu rebatimento nas relações de gênero no cotidiano e nas diversas instâncias de atuação das associadas dos Clubes de Mães - CM's de Campina Grande.

Para tanto, lançamos mão da teoria da dádiva em sua tríplice obrigação de dar – receber – retribuir, que é ao mesmo tempo liberdade e espontaneidade e possibilita a escolha de cooperação e solidariedade a partir da experiência associativa. Inferimos que nos CM's ocorre uma prática de solidariedade, ajuda mútua das mulheres entre si e delas para com as pessoas da comunidade. Contudo, ocorrem simultaneamente atitudes de rivalidade, particularmente entre as lideranças, na disputa pelo poder para dirigir os clubes e na formação de subgrupos no coletivo.

Diante do exposto e considerando os referidos temas, a tese se compõe de cinco capítulos. No primeiro capítulo, “Construindo a abordagem metodológica”, tratamos da especificação do universo e da amostra, bem como da metodologia de pesquisa escolhida.

Nos capítulos II e III, discutimos as abordagens teóricas: “Democracia primária, associação e dádiva”, abordando as formas de sociabilidade e solidariedade e “Democracia, reconhecimento e gênero”, estudando a relação entre o reconhecimento, gênero, auto-estima, e sua importância na construção da democracia.

Os dois capítulos seguintes se referem aos dados da pesquisa. O capítulo IV, “Os Clubes de Mães em Campina Grande”, retrata a origem e evolução dos CM’s no contexto histórico brasileiro e no município, e expõe a estrutura e o funcionamento dos Clubes. O capítulo V dá a palavra aos atores: são testemunhos que ilustram no concreto as diversas vertentes tratadas nos capítulos teóricos, com os elementos positivos para a construção da democracia como também as dificuldades e limites nesse caminho.

Finalmente, nas considerações finais, pretendemos resumir nossas conclusões mostrando, à luz da teoria, como e em que medida os Clubes contribuem para a construção da cidadania. Também, finalizando e com a intenção de devolver esta reflexão para nossas informantes, apresentamos algumas modestas sugestões visando esboçar caminhos que possam sinalizar formas de ultrapassar as dificuldades assinaladas.

Terminando, agradecemos nossas informantes, esperando que este trabalho possa contribuir para a reflexão dos membros dos Clubes e seus assessores.

Capítulo I

Construindo a abordagem

CAPÍTULO I - CONSTRUINDO A ABORDAGEM

Os CM's configuram espaços de associacionismo, sociabilidade e participação de mulheres, em sua maioria, donas de casa que se sentem motivadas a se organizarem nesses espaços por razões diversas, a exemplo do fato de neles serem desenvolvidas atividades ocupacionais, lazer, troca de experiência e solução de problemas da comunidade. Essencialmente um espaço onde ocorre interação e reconhecimento, representa a extensão do mundo feminino e das relações da vizinhança, correspondendo a uma alternativa à rotina opressiva, na qual exercem a capacidade de serem solidárias através do vínculo social, circulação do dom e efetivação da democracia primária, podendo essa se expandir para a esfera secundária.

A problemática que se mostra de extrema importância para compreensão do objeto de investigação, diz respeito à relevância dos CM's nos seguintes aspectos: Em que sentido tal experiência proporciona uma prática associativa e constitui caminho para a aprendizagem da democracia? Os clubes configuram espaços de sociabilidade onde se formam os vínculos associativos e laços de solidariedade? A participação das associadas contribui no sentido de serem redimensionadas práticas cotidianas (atuação como mulher, esposa, dona de casa e cidadã) no sentido de repensar as condições de vida e re-significação da questão de gênero?

Em vista dessas questões, a hipótese é que os CM's são associações comunitárias que se constituem como espaços de aprendizagem de democracia e cooperação, onde se desenvolve a sociabilidade, através da interação, a institucionalização do vínculo social, já que, na circulação de dádivas, as associadas vivenciam a experiência de reconhecimento social.

Para iniciar a pesquisa, obtivemos informações gerais sobre os Clubes de Mães junto à Coordenação dos mesmos, uma vez que essa organização aglutina os referidos Clubes, desde

a fundação dos primeiros na década de 60. Para a caracterização dos CM's, tomamos como referência a relação repassada pela Coordenação dos Clubes, que contém dados sobre: nome, endereço, localização, sede própria, data de fundação, número de sócias, registro, CNPJ dos Clubes, nome e endereço das presidentes.

1.1 Especificação do universo e amostra

O *locus* empírico da pesquisa são os CM's de CG, associações comunitárias que surgem constantemente no município. Segundo a Coordenadora dos CM's, o número de CM's depende das novas filiações e algumas desfiliações que ocorrem devido ao descumprimento de critérios estabelecidos pela Coordenação (os clubes não podem funcionar na casa de associadas nem da presidente). No período em que realizamos a pesquisa de campo, de Maio a Dezembro de 2006, existiam no município de Campina Grande 80 (oitenta) clubes, sendo 59 (cinquenta e nove) na zona urbana, com 3.494 sócias; 02 (dois) clubes em dois distritos do município, com 142 sócias, 19 (dezenove) na zona rural, com 1.029 sócias, perfazendo um total de 4.596 sócias.

Tabela 1 - Clubes de Mães de Campina Grande filiados à Coordenação dos Clubes de Mães

Localização	Nº de Clubes	Nº de Sócias
Urbano	59	3.494
Rural	19	1.029
Distritos	02	142
Total	80	4.596

Fonte: Coordenação dos Clubes de Mães – 2006.

Desse universo, recortamos para amostra de pesquisa 8 (oito) clubes da zona urbana: CM Mater Christi, 80 (oitenta) associadas, localizado no bairro Malvinas; CM Ana Maria, 35 (trinta e cinco) associadas, localizado no bairro Catolé; CM Anita Cabral, 110 (cento e dez)

associadas, localizado na invasão do Tambor; CM Isa Leal, 90 (noventa) associadas, localizado no bairro Santa Rosa, CM Maria de Lourdes Aguiar Loureiro, 63 (sessenta e três) associadas, localizado no Conjunto Severino Cabral; CM Nossa Senhora do Rosário de Fátima, 82 (oitenta e duas) associadas, localizado no Conjunto Glória Cunha Lima (removidos da Comunidade da Cachoeira); CM Nova Consciência, 75 (setenta e cinco) associadas, localizado no bairro Novo Cruzeiro e o CM Nossa. Sra. De Fátima, 40 (quarenta) sócias, localizado no Pedregal. Podemos localizar os clubes pesquisados nas quatro regiões definidas pela prefeitura, como vemos na figura 1. Desse modo, os clubes pesquisados se localizam nas quatro zonas do município.

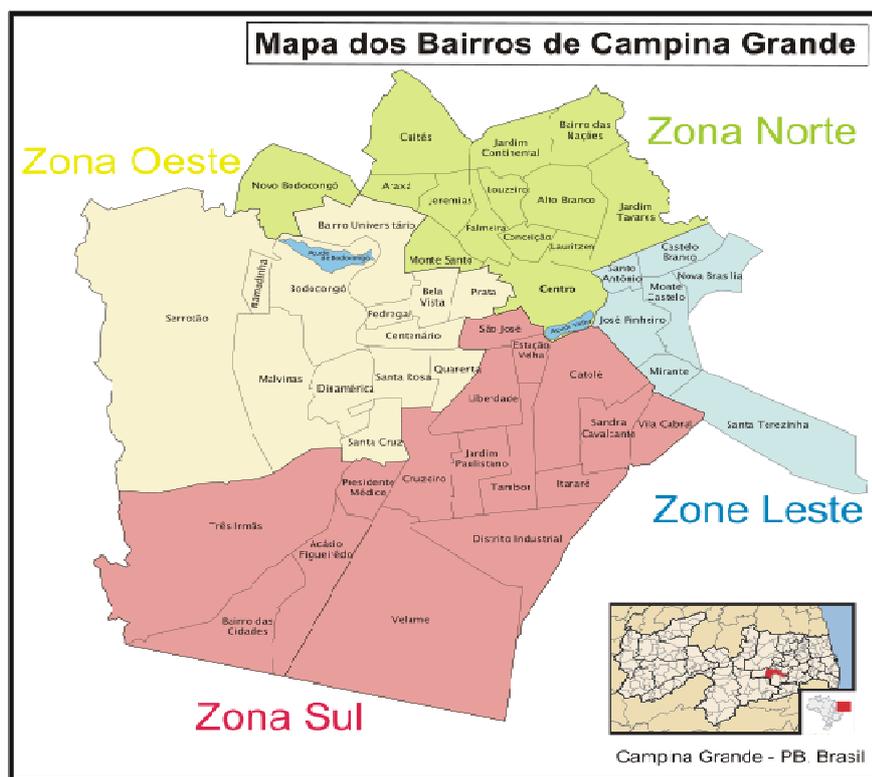


Figura 1 - Mapa dos bairros onde estão localizados os CM's.

1.2 Construção teórico-metodológica

Partimos do pressuposto de que a vida, o real, jamais esgota suas possibilidades de significação. Assim, nenhuma perspectiva interpretativa traduz com exatidão a realidade, o

que ocorre é uma reorganização da realidade sintética, a qual, segundo um determinado ponto de vista, permite uma reconstrução parcial da realidade, sem jamais permitir o acesso total a ela. A ação social obedece a uma pluralidade de lógicas de ação não redutíveis umas às outras. Os determinantes mais gerais da ação social, por estarem sujeitos a certa indeterminação, são sempre relativos (MARTINS, 2006), nesse sentido, necessário se faz proceder à explicação das causalidades a partir de uma compreensão que é sempre um recorte da realidade. Nesse contexto, ancorada na metodologia qualitativa, pretende-se compreender os processos de democracia e circulação da dádiva e como ocorre a re-significação das relações de gênero nas práticas e relações sociais desenvolvidas nos CM's de Campina Grande – PB.

Para interpretação dos fenômenos sociais e, particularmente, a sociabilidade, é preciso buscar explorar todas as possibilidades, sem temer a contradição e a incompatibilidade, já que só há a incompatibilidade se houver dogma (verdade absoluta). Há sempre uma nova perspectiva a ser olhada. A verdade está inscrita na relação e não no objeto, podendo surgir uma nova interpretação. Rompe-se, assim, com o caráter de verdade absoluto e compreende-se a mobilidade e a pluralidade da vida. Nessa perspectiva, o conhecimento tem um caráter construtivista, e descobrir, em cada detalhe da vida, seu sentido global é um objetivo das reflexões numa perspectiva simmeliana. Desse modo, consideramos como a abordagem apropriada para a compreensão do objeto de pesquisa deste trabalho a perspectiva teórico-metodológica da Sociologia Reflexiva, referendada em Gouldner (1971) e Melucci (2005), dentre os outros estudiosos dessa perspectiva teórica.

1.2.1 Sociologia Reflexiva

A Sociologia Reflexiva, compreendida como uma sociologia moral, enquanto visão crítica das ciências sociais em contraposição à cultura utilitarista, faz emergir um conceito

diferente de ciência social. Ela objetiva transformar a relação do sociólogo com seu trabalho e está “relacionada mais com a criatividade do que com a performance intelectual: evita a domesticação da vida intelectual como uma ética de trabalho e não apenas uma outra especialidade técnica da sociologia” (GOULDNER, 1971, p. 491). Isso exige um método diferente, uma aproximação interior do objeto estudado, ao invés de um distanciamento em relação a ele; uma comunhão com ele, ao invés de uma manipulação externa. Esse conceito de ciência social assegurou que sua meta principal não era a informação neutra sobre a realidade social, mas tal conhecimento como relevante para os próprios interesses, esperanças e valores mutáveis do homem, aumentando a consciência dos homens sobre seu lugar no mundo social, ao invés de simplesmente facilitar seu controle sobre ele. Nesse conceito de ciência social tanto o sujeito inquiridor quanto o objeto estudado, são vistos não apenas como mutuamente inter-relacionados, mas também como mutuamente construídos. Nesse sentido, explicita Gouldner (1971):

O mundo social é pra ser conhecido não simplesmente pela ‘descoberta’ de um fato externo, não apenas por olhar para fora, mas também por conhecer interiormente alguém. Devido não haver conhecimento no mundo que não seja um conhecimento de nossa própria experiência e relação com ele [...] à medida em que a realidade social é vista como dependendo em parte do esforço do caráter e da posição do conhecedor, a busca pelo conhecimento sobre os mundos sociais é também dependente do auto-conhecimento do conhecedor. O caráter e a qualidade de tal saber é moldado não apenas por habilidades técnicas ou inteligência, mas por tudo que ele é, e o que quer, mais pela sua coragem do que pelo seu talento, mais por sua paixão do que por sua objetividade. Uma última análise, se um homem quer mudar o que ele sabe, deve mudar como vive, mudar sua práxis no mundo (GOULDNER, 1971, p. 493).

Para compreender os outros, não se pode simplesmente estudá-los, mas deve-se ouvi-los e para se confrontar saberes como a consciência é necessário, não um simples esforço impessoal de atuações segmentadas, mas um esforço personalizado pelos sujeitos. Na sociedade contemporânea, ressalta-se a importância da vida cotidiana como espaço onde os

sujeitos constroem o sentido de seu agir e experimentam as possibilidades e limites para a ação. Daí, a mudança na atenção às dimensões culturais da ação humana e o crescimento da importância da pesquisa qualitativa. Diante desse quadro, ocorre uma mudança epistemológica onde se dá a definição de um novo campo da pesquisa que não diz respeito somente aos métodos qualitativos, mas abrange o seu conjunto, superando a herança dualística da modernidade: sujeito/objeto, representação da realidade/interpretação.

Na perspectiva metodológica, buscamos criar uma relação entre a realidade pesquisada e as abordagens das Ciências Sociais, em especial da Sociologia Reflexiva, enquanto reflexão teórica e epistemológica sobre o papel dos métodos qualitativos na mudança dos paradigmas na pesquisa social. Nesse sentido, “a reflexividade implica uma crítica às pretensões de objetividade e neutralidade do saber e da intervenção do pesquisador” (MELUCCI, 2005, p. 11). Desse modo, a metodologia é compreendida como uma prática sociológica e antropológica, capaz de se confrontar com outras visões de mundo, valores, expectativas e argumentações, colocando o caráter dialógico e potencialmente conflituoso do processo do conhecimento. É um processo que demanda a capacidade da reflexividade, o reconhecimento de que o observador é sempre “situado” e a produção do conhecimento depende do lugar que ocupa no campo da pesquisa. As perspectivas metodológicas assumidas pretendem uma maior aproximação entre o pesquisador e o campo (público) pesquisado no sentido de possibilitar uma melhor apreensão da experiência pesquisada. Esse procedimento possibilitará a captação das particularidades e especificidades da dinâmica dos CM’s, e em especial, a interação e circulação de bens materiais e simbólicos nessas experiências associativas. Para tanto, buscamos a concepção da Sociologia Reflexiva posta por Melucci (2005), para a qual os modos de fazer são inseparáveis dos objetos de sua reflexão.

Nesse sentido, o autor expõe três características principais da redefinição epistemológica em curso: a primeira refere-se à centralidade da linguagem. Tudo é dito e dito

para alguém em algum lugar. Essa é uma linguagem situada culturalizada, sempre ligada a tempos e lugares específicos; a segunda diz respeito à necessidade de uma redefinição profunda entre o observador e o campo. O papel do observador e a relação com o objeto de pesquisa; a terceira refere-se à dupla hermenêutica, a teoria e a prática da compreensão em geral, e à interpretação do significado de textos e ações em particular, destacando a localização de toda atividade, dentro de uma estrutura particular de interpretação, ou seja, não se trata de produzir conhecimentos absolutos, mas interpretações plausíveis. A pesquisa produz interpretações que buscam dar sentido aos modos pelos quais os atores significam as suas ações.

Nesse contexto, a Sociologia Reflexiva indica o emergir de uma atitude pluralista sobre as estratégias metodológicas apresentadas, como tentativa de interpretação do mundo social, compreendido em uma visão simbólica no interior da qual é colocada a interrogação sobre a ação social. Portanto, situamos o significado real e sua fecundidade teórica para as correntes do pensamento sociológico contemporâneo, as abordagens que enfatizam tanto o plano micro quanto o macro da vida social. Os seres humanos agem em relação à realidade com base no significado que lhe atribuem. Esse significado provém, em primeira instância, dos processos de interação social e de mediação simbólica. Enfoca os processos de interação-ação, caracterizados por uma orientação imediatamente recíproca – ao passo que o exame desses processos se baseia em um conceito específico de interação, que privilegia o caráter simbólico da ação social, onde as relações sociais são vistas não como algo estabelecido definitivamente, mas como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade. Assim:

Os atores podem dar conta de suas práticas e a pesquisa é a possibilidade dialógica reflexiva de dar conta da ação mesma; a narração é, deste modo, distinta da ação, mas faz parte dela como seu elemento constitutivo. (MELUCCI, 2005, p. 40).

Consideramos essa metodologia capaz de dar conta do desvelamento do objeto pesquisado, à medida que se refere à ação como capacidade dos atores de construir o sentido da ação no interior das redes de relações que permitem a partilha e a produção de significados.

1.3 Métodos e técnicas

A presente pesquisa foi realizada a partir do método de abordagem qualitativa prioritariamente, sem, no entanto, desprezar os procedimentos para obtenção de dados quantitativos, principalmente na composição do conjunto dos Clubes e quadro de sócias. Em relação a essa articulação entre qualitativo e quantitativo, vejamos a argumentação de Mynayo (1994):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalho com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis... O conjunto de dados quantitativo e qualitativo não se opõe. Ao contrário, se completam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia (MYNAYO, 1994, p. 22).

1.3.1. Instrumentos de Pesquisa

A partir das concepções metodológicas anteriormente explicitadas, apresentaremos os instrumentos utilizados na pesquisa de campo. Inicialmente, definimos a construção do Corpus, “escolha sistemática de algum racional alternativo” (AORTS; BAUER, 2004, p. 39), que se dá como um princípio alternativo de coleta de dados. O delineamento da pesquisa, de acordo com os princípios estratégicos, foi efetivado através da observação participante, onde o observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cotidiano natural, colhe os dados. Assim, o “observador é parte do contexto sob

observação, e ao mesmo tempo, modificando e sendo modificado por este contexto” (KNAUT, 2000, p. 64). Dando ênfase a essa perspectiva enquanto uma escolha de instrumento de pesquisa, Madureira (1995, p. 33), afirma: “É o investigador, num contato direto, freqüente e prolongado com os atores sociais e os seus contextos; as diversas técnicas reforçam-se, sendo sujeitos a uma constante vigilância e adaptação, seguindo as reações e as situações”

Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados na coleta de dados se deram a partir da articulação entre a observação participante, a entrevista individual e a entrevista grupal.

A observação participante foi utilizada enquanto técnica e tem como objetivo descrever o desenrolar concreto das interações sociais, na medida em que se considera que é nas situações de interação que o sentido é construído pelos participantes. A observação participante considera a interação entre os parceiros como lugar da construção social e a concepção que os atores têm da realidade social é, ela própria, objeto de estudo sociológico. Nesse sentido, buscamos, a partir da observação participante, colher os dados para a compreensão do fenômeno social CM, com base na concepção de que a ação de cada associada depende do sentido que ela atribui à ação dos outros.

A observação participante, realizada durante a pesquisa de campo, permitiu recolher informações livremente dos atores sociais, a partir de suas perspectivas e pontos de vista. Inserindo-nos em suas convivências nos Clubes, procuramos entender como o processo de interação possibilita a aprendizagem de uma prática democrática, solidária e de reconhecimento social.

A observação na pesquisa qualitativa significa examinar com todos os sentidos. Entendemos ser essa a estratégia mais adequada, uma vez que teremos livre acesso ao campo de pesquisa e tratando-se de grupos de pessoas, enfim, há muitos elementos que não podem ser apreendidos por meio da fala ou da escrita. O ambiente, os comportamentos individuais e grupais, a linguagem não-verbal, a seqüência e a temporalidade em que ocorrem, os eventos são fundamentais não apenas como dados em si, mas como subsídios para a interpretação

posterior dos mesmos. E segundo Knauth (2000, p. 12): “Há a necessidade de o pesquisador estar ao mesmo tempo ‘distante’ e ‘próximo’ do objeto de observação, ou seja, dentro ou fora do evento observado, é parte do evento, sendo necessário estar atento aos efeitos desta presença no mesmo...”

Realizamos observação participante nas reuniões de clubes que compuseram a amostra. Utilizamos ainda o registro básico de dados no diário de campo, onde registramos as observações pessoais, a percepção do não dito, as pausas, as nuances do contexto. Entendemos ser importante tomar notas breves e expandi-las posteriormente.

Durante algumas reuniões que realizamos a observação participante, as presidentes solicitaram-nos tecer comentários sobre determinado tema (a paz na família, violência contra a mulher, etc.). Enquanto pesquisadora tivemos acesso ao fenômeno social CM's com suas significações, participando também como agente do mundo estudado, num processo simbolicamente mediado pelo reconhecimento recíproco de auto-estima e estima social.

Procedemos à observação em reuniões e assembléias dos CM's e espaços de participação das associadas como nos seguintes eventos: A aula Inaugural do Projeto Digna, realizada no Teatro Municipal; e duas festas em comemoração ao Dia das Mães, promovidas pelos governos estadual e municipal, em dias diferentes, na casa de shows Spazzio, contando com a presença massiva das mulheres dos CM's (foto no Capítulo IV).

Numa perspectiva de articulação de técnica de coleta de dados, utilizamos também a entrevista semi-estruturada, com roteiro individual, para as presidentes e demais sócias dos clubes de mães, buscando atingir os objetivos propostos. A entrevista forneceu os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Objetivo dessa técnica, “é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (KNAUTH, 2000, p.12).

Com o objetivo de obter as informações acerca da trajetória dos clubes e verificar as mudanças ocorridas nesse percurso, trabalhamos com uma amostra intencional. Na escolha da amostra, tomamos como referência os seguintes aspectos: Clubes mais antigos e novos (trajetória e atividades), presidentes que participam de outras organizações e/ou instâncias de deliberação da sociedade; e experiência de mobilização do clube na busca de solução para problemas da comunidade.

Realizamos e gravamos 25 (vinte e cinco) entrevistas individuais com as informantes utilizando roteiro semi-estruturado, sendo: 17 (dezessete) entrevistas com as presidentes e associadas dos CM's; 04 (quatro) entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), (uma assistente social responsável pela assessoria dos clubes durante duas décadas; as duas atuais assessoras e a titular da Gerência da Mulher); 03 (três) entrevistas com Assistentes Sociais (alunas do Curso de Serviço na época do surgimento dos Clubes; uma delas participa do clube do bairro onde mora) que participaram da fundação dos primeiros CM's no sentido de traçar a trajetória dos clubes; 01 (uma) entrevista com a presidente da Coordenação dos CM's. Ainda realizamos uma entrevista em grupo. Na identificação das informantes, utilizamos a denominação liderança para as representantes no sentido formal, ou seja, as presidentes e também membros dos Clubes, que são reconhecidas e procuradas pelas sócias como lideranças.

Nessa fase, tivemos a aceitação das sócias para a realização das entrevistas, contudo foi colocada a restrição por algumas informantes em não citar a idade, condição que aceitamos no sentido de viabilizar as entrevistas, de modo que não consta esse dado na identificação das informantes. Entendemos a restrição das informantes como uma manifestação de vaidade, respeitando o ponto de vista delas. Outra restrição se referiu ao cuidado de algumas em insinuar que não queriam a divulgação do nome, ou seja, sua

identificação na tese. Então explicamos que seriam usados os números das entrevistas para identificação das informantes.

As entrevistas foram realizadas nos clubes e nas residências das mesmas. Diante do fato de algumas trabalharem, colocaram a condição das entrevistas serem feitas à noite ou no sábado à tarde. Deram-nos livre acesso aos CM's, na condição de pesquisadora, e, mesmo sendo alguém externo ao grupo o sentimento era de acolhimento e até uma certa satisfação de nos receberem como uma visitante. Ao expor o objetivo que nos levava até elas, sentiram-se reconhecidas e importantes, tendo suas histórias e a do Clube lembrada. Entre um chá e uma conversa, sentimos uma empatia e admiração com a alegria daquelas mulheres que demonstravam sentirem-se felizes, salvaguardando-se que, em alguns momentos, também apareciam relatos de situações de dificuldades de nível objetivo e subjetivo. Contudo, para elas, participar do Clube é uma terapia grupal em que se refazem das agruras da vida. Enquanto pesquisadora, ora nos identificávamos com elas, ora buscávamos manter o distanciamento necessário para não prejudicar o resultado da pesquisa de campo. No final, deixávamos espaço aberto para as informantes se colocarem sobre algo que não havia sido dito por elas e que considerassem importante.

As entrevistas com as alunas do Curso de Serviço Social que participaram da fundação dos primeiros Clubes (atualmente fazem parte do quadro de professoras do Curso, sendo uma aposentada), foram realizadas em suas residências onde ficavam mais à vontade e tínhamos melhores condições para as gravações. As entrevistas com as Assistentes Sociais da SEMAS, que assessoram a Coordenação dos CM's, foram realizadas na Coordenação. A entrevista com a Gerente da Mulher (Programa Gerência da Mulher da SEMAS que executa a política da instituição direcionada às mulheres) foi realizada na referida instituição. Mesmo as entrevistadas demonstrando disponibilidade, em ambos os casos houve certa dificuldade por

conta da interferência de pessoas ou do telefone que insistia em tocar. Contudo conseguimos um material interessante para a compreensão da assessoria daquele órgão público aos CM's.

Na coleta de dados, lançamos mão de material fotográfico, consultando os arquivos do Curso de Serviço Social, onde encontramos fotos (ver capítulo IV) que retratam momentos de atividades do referido curso com os CM's, na época de fundação dos primeiros clubes (década de 60). Na atualidade, registramos momentos de atividades dos clubes através da fotografia, como também colhemos informações com foto na mídia local (Capítulo IV).

1.3.2 Análise dos Resultados

Para o tratamento analítico dos dados, pretendemos utilizar a análise de conteúdo, que é um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Ela faz uma ponte entre o formalismo estatístico e análise qualitativa dos materiais. Atualmente e de modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo, segundo Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não que permitir a inferência do conhecimento relativas às condições de produção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 420)

Portanto, na leitura dos dados, utilizamos a análise de conteúdo, a partir dos três momentos, indicados por BARDIN (1997): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Separamos o material pesquisado por temas: História do surgimento dos Clubes; Funcionamento e organização; Associação; Democracia primária; Dádiva; Solidariedade; Sociabilidade e Interação; Reconhecimento social e Gênero. Na análise, procuramos identificar os temas nos relatos das entrevistadas. As

particularidades do objeto de estudo foram analisadas a partir das seguintes categorias e seus indicadores:

Dádiva – Ações de solidariedade e reciprocidade nas relações e na circulação de bens materiais ou simbólicos; o fortalecimento de laços afetivos e sociais reforçados através das atividades desenvolvidas nos clubes;

Democracia – A existência de cooperação na dinâmica interna dos clubes, nas relações primárias; a forma de tomada de decisão interna e externamente, compromisso com as deliberações tomadas no clube. O nível de autonomia nas relações com instituições e outras organizações da sociedade; formas de atuação das lideranças;

Sociabilidade – A forma lúdica de interação entre as associadas, o sentimento de pertencimento e os conflitos;

Reconhecimento social - A participação das mulheres gerando auto-estima, estima social e reconhecimento no mundo externo; e

Gênero - O processo associativo e de democracia gerando mudanças no cotidiano; a participação das sócias nos clubes, refletindo sobre a atuação nas diversas instâncias da sociedade e o reconhecimento social no mundo da vida e na política.

Analisamos os depoimentos no sentido de apreender os processos sociais em suas várias dimensões, utilizando esse conjunto de técnicas para analisar o material coletado. No tratamento dos resultados, faremos inferências que se orientam por diversas falas, num processo de comunicação, originando mensagens. Nesse sentido, na análise da mensagem, passa-se de descrição à interpretação, através de conceitos e proposições. A análise de conteúdo, além da aparência dos fatos, possibilita alcançar sua profundidade e é “uma técnica para produzir inferências de um texto para seu contexto social de maneira objetivada”. (BAUER; GASKELL, 2004, p. 192). Segundo estes autores, podem-se distinguir dois objetivos básicos na análise de conteúdo, ao refletir sobre a natureza tríplice da mediação

simbólica: Um símbolo representa o mundo; e esta representação remete a uma fonte; e através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo através desses contextos. Desse modo, consideramos oportuna a escolha dessa metodologia, porque ela possibilita apreender os processos interativos de constituição de subjetividade, que perpassam as relações nos Clubes de Mães.

Capítulo II

*Democracia primária,
associação e dádiva*

CAPÍTULO II - DEMOCRACIA PRIMÁRIA, ASSOCIAÇÃO E DÁDIVA

Neste capítulo, apresentamos o debate sociológico realizado em torno do tema estudado, os processos de democracia primária na prática associativa (além das categorias de análise que conduzem à compreensão do objeto de estudo: a democracia primária e associação). Temos como fio condutor, perpassando a argumentação, a categoria de análise interação social.

2.1 Democracia primária e aprendizagem da democracia política e social

Na tradição pragmatista, a democracia surge como um ideal de vida associativa vinculada a uma moral do bem comum, através da interação e de uma prática de cooperação social cotidiana. Os autores do associacionismo cívico como Charles Cooley (1909), Aléxis de Tocqueville (1835-40) e John Dewey (1927) abordam a democracia como o ideal de uma vida associativa, experiência fundada nas esferas pré-políticas da sociabilidade primária.

Tocqueville (2000) destaca as associações e oferece uma concepção ancorada nas formas de cooperação mais elementares, que designam, antes de tudo, uma forma de vida e sociedade. Identifica a democracia como uma forma de vida social e moral e amplia essa noção para além dos grupos primários, para um princípio de humanidade, uma “compaixão generalizada” e para o autor, esse sentimento tem origem nas relações com nosso próximo, através da sociabilidade primária, podendo se estender a desconhecidos. Nesse sentido, a concepção tocqueviliana encontra ressonância na perspectiva da dádiva em relação a desconhecidos; pois segundo Goudbout (1999, p. 78), “as pessoas comuns manifestam um altruísmo que transcende a esfera das relações pessoais”. Nessas esferas, nem todas as relações entre estranhos assumem a forma do mercado.

A sociabilidade democrática requer a condição de igualdade digerindo os sentimentos e ideais que impulsionam ações comuns e solidárias. No processo de passagem da sociabilidade primária para a sociabilidade secundária as associações constituem, para Tocqueville (2000, p. 170), as “escolas primárias da liberdade e da democracia”. Nessas associações, destacam-se a aprendizagem, a prática de liberdade democrática e solidariedade, que partem das associações civis para as associações políticas, de modo que, pela prática associativa, expressa-se, antes de tudo, a capacidade do agir em comum tornar-se um hábito da ação coletiva.

Na mesma vertente teórica que privilegia as organizações primárias, temos Charles Cooley (1909), iniciador da teoria dos grupos primários, que são caracterizados por relações de cooperação e associação “face-a-face”, marcadas pela familiaridade. Esses grupos são por ele qualificados de “primários”, não pelo tamanho – famílias, vizinhos, amigos, grupos de bairro – mas no sentido de que desempenham papel fundamental na formação da identidade social dos indivíduos e também porque as relações sociais mais complexas se desenvolvem a partir deles. Essas coletividades eram consideradas, por Cooley, autênticos “berçário da humanidade”. Os grupos têm, na sua teoria, o papel de agentes mediadores, ligando grupos primários e as instituições políticas e sociais. Para o autor, a democracia se constitui pelos grupos primários associados com as tecnologias modernas de comunicação, enfatizando o poder organizativo da opinião pública para humanizar a vida coletiva.

Na construção da sociabilidade democrática, os grupos sociais primários assumem o papel de mediação entre as sociabilidades primária e secundária. É a partir desses grupos que as pessoas participam de relações mais amplas, a nível político e de cidadania. Neles, o indivíduo aprende a subordinar seus interesses pessoais aos interesses comuns. É onde se dá o processo de socialização e “individuação”, isto é, onde a pessoa apreende sua dupla identidade, como indivíduo e membro de um coletivo. É também onde se desenvolvem os

ideais morais. Se a formação da identidade social supõe a capacidade de identificar-se com a totalidade ela requer que cada um reconheça na ajuda mútua os mesmos princípios que orientam as relações dentro de um grupo social. Cooley também destaca o papel das associações no trabalho de alargamento da solidariedade e consciência social, que estendem a estranhos, os ideais de sociabilidade primária, aprofundando o desenho de uma democracia pluralista e associacionista.

2.1.1 Sociabilidade primária e secundária

Pretendemos situar as relações primárias e secundárias, enquanto aspectos fundamentais da existência de processos associativos e de democracia nos CM's, por serem conceitos relacionais: dádiva e vínculo social, democracia e sociabilidade primária e democracia e sociabilidade secundária.

Uma sociologia do fenômeno associativo definida pelo sistema do dom coloca as limitações de registro da associação pelas grandes ordens da ação social (grandes ao nível da burocracia e organizações), e escapa também do registro dominante das organizações primárias como a família tradicional. Diz respeito ao registro do tipo comunitário que repousa sobre um princípio de “socialização ativa, deliberada e revogável”. Caillé (2002a, p. 148). Nessa perspectiva podemos compreender a lógica das sociabilidades através da dádiva mesmo que seja mais visível no plano das relações interpessoais (família, nas redes de amizade). Podemos compreender também as sociabilidades secundárias (organizações funcionais, econômicas, políticas e científicas) mediante a existência de reciprocidade e confiança.

É condição primeira para situar o fato associativo, na perspectiva da dádiva, estabelecer a relação existente entre ele e a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária. Segundo Caillé, (2002b) a sociabilidade primária é designada como:

[...] um tipo de relação social em que a personalidade das pessoas é mais importante do que as funções que elas desempenham (sem impedir a existência e a importância de tais funções); e a sociabilidade secundária, o tipo de relação submetido à lei da impessoalidade (como no mercado, no direito e na ciência), em que as funções desempenhadas pelas pessoas são mais importantes do que sua personalidade.” (CAILLÉ, 2002b, p. 196).

O fato associativo se desenvolve na interface da sociabilidade primária e sociabilidade secundária, tendo como aspecto fundante a primariedade efetivada através das relações de família, vizinhança, amizade e o âmbito comunitário enquanto socialização ativa, deliberada e livre (comunidade orgânica - *Germeinschaft*); mas o fato associativo não está isento das injunções emanadas pela sociabilidade secundária (organizações econômicas, políticas, religiosas entre outras) expressas na sociedade contratual (*Gesellschaft*). Ele ocorre através de grandes alianças e abre espaços públicos primários (que repousam sobre o interconhecimento).

A tríplice obrigação continua estruturando a esfera da sociabilidade primária para a esfera das redes interpessoais (família, círculo de vizinhos, amizade, associações de conhecimento múltiplo).

A noção de rede se refere “ao conjunto das pessoas com quem o ato de manter relação de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem permite conservar e esperar confiança e fidelidade” (CAILLÉ, 2002a, p. 65). Esta é a perspectiva que norteia e faz funcionar os espaços associativos enquanto locus privilegiado de ação dessas redes. Portanto as redes ocorrem a partir da fidelidade e da confiança, partes indissociáveis do dom, e são articulações referentes às sociabilidades primárias, relação na qual a entrada e a saída dos participantes é aberta e livre.

Para entendermos o conceito de democracia escolhida para o presente estudo e identificar os passos necessários para sua construção, partiremos de Dewey (1927). Esse autor

faz uma distinção entre dois conceitos de democracia. Por um lado, a democracia pode ser entendida como um sistema de governo ou democracia política. Por outro lado, não há democracia política se não se perseguir a “idéia de democracia” (social e moral), ou seja, um modo de vida democrático. Em outras palavras, não se conseguirá democracia política, se não houver democracia nas relações cotidianas entre próximos. É o que Chanial (2001) e Caillé (2002) denominam de “democracia primária”. A democracia política pode se dar em diversas formas de governo, sem que isso afete a idéia de democracia, porque tal idéia sempre encontrará uma máquina política mais adequada para continuar funcionando. Essa forma de “democracia primária” pode se dar nas relações entre parentes ou vizinhos, ou, mais particularmente, na vida associativa ou em comunidade. Para Dewey os princípios democráticos são fundamentados na cooperação, na livre troca de idéias e experiências sociais. O autor enfatiza a crença no homem comum e a cooperação cotidiana entre os indivíduos. Nesse sentido, Dewey afirma: “Uma democracia é mais do que uma forma de governo; é principalmente uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1979, p. 13).

A democracia política, para Dewey, pressupõe formas pré-políticas de cooperação social e associação prévia à formação de toda unidade política. É, portanto, um conceito social e ético, cujo regime democrático como forma de governo é apenas uma das manifestações. A participação em um grupo político, nas associações, na vida familiar e na comunidade possibilita uma relação de enriquecimento recíproco. Assim desenvolve-se a capacidade individual e coletiva de solidariedade e cooperação social como também a realização de potencialidades éticas. A perspectiva de democracia exposta requer um elemento fundamental para a sua realização nas diversas formas de associação e, em especial, nos CM's, elementos esses que são a cooperação e a participação. Podemos dizer que cooperar é agir conjuntamente com outro ou interagir, tendo em vista a realização de um fim comum. Para se

atingir esse objetivo comum, depende-se de determinadas condições, tais como: um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca, a elaboração em comum de um conjunto de regras, em acordo sobre o modo de coordenação das ações, e a participação de todas as pessoas envolvidas.

De acordo com Dewey (1979), não faz sentido separar o pensamento da ação e a teoria da prática. A filosofia deve prescindir de fundamentos, mas, se fosse necessário lhe conferir um alicerce, este seria a ação prática dos homens. Ao defender o valor da ação, Dewey envereda na direção de um pragmatismo social ou sociológico. Afirma que a ação, dirigida pelo conhecimento não é um fim (tão pouco um fim em si mesmo), mas um método e um meio. O conceito de ação recebe uma formulação original: o da ação inteligente, desenvolvida no sentido de se opor ao tradicional conceito racionalista de ação, na idéia de que a função da mente é sempre projetar fins novos e cada vez mais complexos, de modo a liberar a experiência da rotina e do capricho. A inteligência pragmática é, portanto, uma inteligência criativa. Temos um elemento constante e indissociável dos principais temas abordados pelo pragmatismo e neopragmatismo, na sociologia e na teoria política: a criatividade. A idéia pragmatista de criatividade e a sua conexão com o conceito de ação apresentadas, no primeiro momento, através de Herbert Mead, quando elaborou uma teoria antropológica da comunicação: “A característica central do pensamento de Mead consiste na tensão existente entre a criatividade da ação e o caráter comunicativo da sociabilidade humana” (MEAD apud POGREBINSCHI, 1977, p. 82).

Caracterizada como capacidade de invenção, por Mead, ou como inteligência, por Dewey, a criatividade é o centro das tentativas de elaboração de um conceito de ação pragmatista. O conceito de ação pragmatista especialmente em Mead, prioriza a coletividade em detrimento da individualidade. Dessa forma, a criatividade social ou sociabilidade criativa desenvolve-se a partir do “self” de um sujeito envolvido em um contexto social. Esse conceito

se opõe diametralmente à teoria da ação racional derivada da economia e que influenciou a sociologia. Nesse sentido, coube a Hans Joas (1999), recuperar o conceito pragmatista de criatividade e situá-lo no centro de uma teoria da ação sistemática e coerentemente organizada, a partir do instrumental neopragmatista. O modelo de ação pragmático para incluir a ação coletiva altera a tese da desintegração das sociedades ou orientações tradicionais. Segundo esse ponto de vista, a desorganização e a crise possibilitaram a reorganização criativa.

É no processo de interação que se constitui o *self* (sujeito), um organismo composto pelo diálogo entre o “eu” e o “mim”. O “eu” responde pelo aspecto ativo do sujeito, caracterizado pelos instintos, pelo impulso de intervir no mundo, anterior à refletividade no que tange a ação. Já o “mim” vem depois, condicionado socialmente pela visão que os outros têm dele e de como respondem à sua ação. Assim, o sujeito é simultaneamente ativo e objeto de si mesmo e da sociedade.

A sociedade é vista, por Mead, como um padrão organizado de interações e composta de vários grupos, bem como por estar em constante fluxo de mudança. Seu funcionamento harmonioso é possível por causa dessa capacidade do indivíduo de se “colocar no lugar de outro”, o que proporciona o consenso. Assim, a produção e a reprodução da vida social se dão no processo de interação simbolicamente mediado e de auto-reflexão. Podemos acrescentar ainda que as análises de Mead são orientadas por uma concepção normativa ideal da estrutura da ordem social, entendida a partir do controle social, concepção esta que tem por base o autocontrole idealizado na noção de autogoverno democrático.

A filosofia política de Dewey não considera como ponto de partida um antagonismo entre indivíduo e o Estado, mas os problemas internos da ação de grupo e não concebe a integração social como fruto unicamente da ação de autoridades externas (JOAS, 1999, p. 140).

E opõe-se à noção utilitarista da “naturalização” do mercado e que ele é um mecanismo de solução de problemas, auto-regulador. Aponta para auto-regulamentação consciente, para a idéia de autogoverno efetivada através da intermediação da comunicação e entendida como a solução de problemas coletivos. Dessa forma, o significado surge no processo de interação entre as pessoas e como produto social, criação que é formada em e através da “definição de atividades da pessoa e como elas interagem”.

Desse modo, para Dewey (1979), a partir da democracia criativa, surgem cotidianamente formas múltiplas de solidariedade e cooperação mútuas. É essa a cultura democrática concreta constitutiva de uma forma de vida. A democracia começa em algum lugar, um lugar tangível, sensível, onde homens e mulheres já mantêm concretamente relações de certo tipo, que compartilhem experiências comuns. Esse lugar seria o lugar original da democracia. A partir daí, estender-se-ia para espaços mais amplos. Assim, a comunidade poderá realmente ser espaço natural de democracia e solidariedade. Essa concepção reforça o sentido de comunidade numa convergência para uma comunidade política mais ampla, possibilitando articular o que chamaríamos de “democracia primária” e “democracia secundária” com sociabilidade primária e sociabilidade secundária.

No processo de construção de uma sociedade democrática, é necessária a existência de organizações de base, democráticas e cooperativas, o que ocorrerá com a experiência contínua e partilhada da cooperação social em sua forma pré-política, espaço onde os indivíduos participantes aprendem a formar opinião, manifestar-se, participar ativamente e construir uma vontade pública e coletiva. Esse espaço seria a comunidade de pertencimento, no qual as pessoas se sentem à vontade, desenvolvendo relações de proximidade, através da prática social e das interações, formando vínculos solidários e democráticos.

Assim como o conceito de democracia, de que estamos tratando, o conceito deweyano de comunidade consiste, antes de tudo, num modo de vida a ser perseguido com um ideal

ético e moral. Possui os mesmos pressupostos, quais sejam: a participação, a educação e a comunicação. Nesse sentido, a comunidade é entendida enquanto espaço onde se desenvolve a cultura democrata, o espaço de proximidade, onde cada um aprende a ligar-se aos valores do grupo. É por identificar democracia com a idéia de comunidade que Dewey (1979) afirma que a democracia tem que começar em casa, laboratório natural do sentimento comunitário, construído pelos grupos primários, família, bairro, etc. A democracia não é uma alternativa a outros princípios de vida associativa, é a própria idéia de comunidade. Entende-se que as comunidades locais, onde as relações face a face ocorrem, são limitadas. Contudo, são as experiências concretas dessas comunidades que poderão se expandir para uma “grande comunidade” democrática e solidária.

Na concepção de Dewey (1991), a continuidade da democracia originária das comunidades de pertencimento, para a grande comunidade, supõe um nível intermediário, “o público” que se distingue da noção de opinião pública defendida por Cooley. Prolonga o papel concedido por Tocqueville às associações, que supõem relações face a face nas quais os participantes se defrontam diretamente. Esse público, enquanto espaço democrático, teria o sentido de experiências sociais compartilhadas no cotidiano, mas que ao mesmo tempo, transformam-se, politizam-se, uma vez que o público para Dewey é a fonte das instituições governamentais. Essa idéia de democracia que promove simultaneamente a individualidade e o bem comum, por meio da participação, não é meramente política, mas é antes de tudo social.

Nesse aspecto, John Dewey, (1991), avança especialmente através do seu livro, “The Public and Its Problems”, defendendo uma teoria que parte do processo de ação coletiva, onde os problemas e suas conseqüências são reflexivamente processados pela coletividade atuante. Na concepção Deweyana, a distinção entre público e privado não seria equivalente à distinção entre social e privado, pois muitos atos privados são sociais, suas conseqüências contribuem

para o bem estar da comunidade ou afetam seus status e perspectivas. Em geral, qualquer transação deliberadamente efetivada entre duas ou mais pessoas é social, é uma forma de conduta associada e suas conseqüências podem influenciar outras.

O público, segundo Dewey (1991, p.16) consiste de todos aqueles que são afetados por conseqüências indiretas de transações, “o termo público é atribuído à esfera da ação social” (HONNET, 2001, p. 81). O conceito de público constitui um meio de solução cooperativa de problemas sob condições democráticas. Nessa concepção, um público consiste do círculo de cidadãos que, motivados por preocupações comuns, devem buscar apoio na sociedade para controlar administrativamente uma ação pertinente, no sentido de cessar ação ou promoção, para a solução de problemas sociais e conquistas para a comunidade.

Essa concepção de público “democrático” busca definir a origem do Estado e constitui o público como formação intermediária que se articula com as comunidades locais e com as instituições governamentais. Nesse caso, o Estado deve sempre ser redescoberto e a democracia se efetivar plenamente a partir das manifestações comuns dos indivíduos com relação aos métodos de resolução de problemas coletivos. Desse modo, a democracia não seria apenas uma garantia de direitos jurídicos. Esse processo será levado a efeito baseado em experiências compartilhadas nas formas pré-políticas de cooperação social. O cerne da concepção deweyana de democracia encontra-se no desenvolvimento de uma consciência da cooperação social que pressupõe uma forma de vida ética democrática, para que ocorram procedimentos igualmente democráticos. O conceito de público constitui um meio de solução cooperativa de problema, sob condições democráticas. Nessa concepção, um público democrático consiste do círculo de cidadãos que motivados por preocupações comuns devem buscar apoio na sociedade para controlar administrativamente uma ação pertinente, no sentido de cessação ou promoção (solução de problemas sociais ou conquista de melhorias para a comunidade).

A teoria de democracia de Dewey combina características das formas direta e representativa de democracia, mas o que é imprescindível nas últimas é que elas internamente funcionem de modo inteiramente deliberativo, que envolvem uma consulta e uma discussão e revelam as necessidades e os problemas sociais. (DEWEY, 1991, p. 206). No que se refere à democracia política, a indicação de Dewey é que a máquina política existente seria aperfeiçoada, se aperfeiçoados fossem também os procedimentos de deliberação que dela fazem parte. “A necessidade essencial é o aperfeiçoamento dos métodos e condições de debate, discussão e deliberação”. (Dewey Apud Pogrebinski, 1977, p. 200). Seria esse o problema do público. Nesse contexto, a existência de um estado democrático se dará a partir do público, onde a própria sociedade seja cooperativa e democrática.

2.1.2. Sujeito social e poder nas organizações sociais

A sociabilidade se dá através da interação no âmbito do social enquanto referência estruturante, partilhada e reconhecida em comum. Ela desenvolve o sentimento de pertencimento, tornando as pessoas membros da unidade criada (grupo, coletivo, sociedade) (BARUS-MICHEL, 2004). É o laço social que permite aos indivíduos comunicar-se, adaptarem-se uns aos outros; esse laço é da ordem do simbólico; através dele é que os membros de um grupo reconhecem-se e realizam uma ação coletiva.

A partir das interações sociais, das relações sociais em que os indivíduos se comprometem socialmente, estes são designados de atores sociais. “O reconhecimento recíproco e o sentimento de pertencimento confirmado pelo emprego do ‘nós’ designa o sujeito social” (BARUS-MICHEL, 2004, p. 58). Através desses sujeitos situados como membros de um grupo, desenvolvem-se sentimentos e afetos coletivos, que podem suscitar conflitos, rivalidades, luta pelo poder, disputa pelo status e posição social. O acesso ao poder configura uma luta pela legitimidade. Podemos identificar, na sociedade e nas organizações

sociais comunitárias, relações de poder, seja pela disputa ao cargo de direção da entidade, seja pelo reconhecimento de liderança. Sobre o processo de disputa pelo poder, Jacqueline Barus-Michel afirma:

As relações de poder nunca são isoladas, ao contrário, formam, como as instituições, um tecido social, repercutindo umas sobre as outras. Os poderes engendram poderes que os reproduzem em encadeamentos nos quais quem é dominador aqui é dominado em outro lugar e assim por diante. Pode haver superposição e acúmulo de poder, assim como bruscas rupturas ou lentos desvios quando os dominados recusam suas representações. Desses jogos de poderes nasce o jogo social (BARUS-MICHEL, 2004, p. 110).

No caso das práticas sociais desenvolvidas nas organizações sociais comunitárias de base, o poder se dá pelo discurso e pelo saber que delineiam as práticas que envolvem os participantes. Contudo podemos vislumbrar práticas de resistência numa perspectiva de contra-poder. No tocante à organização e funcionamento dos CM's, desenvolveremos a análise das relações de poder que os formam e perpassam o processo interativo em curso.

Referenciamos a compreensão dos referidos clubes, a partir do modelo de organização social proposto por Aécio Matos (2006), cuja análise tem como ponto central a verificação da consistência do processo democrático focado nas organizações sociais. Considerando as diferenças e contradições entre a sociedade e as instâncias que constituem a sua base social, esse autor propõe o resgate do papel do sujeito social trazendo à cena o papel relativo do indivíduo e do coletivo. As instâncias definidas pelo mesmo são: a organização de massas, a organização política e institucional e a organização de base. Interessa a este estudo tomar como referência a terceira instância. Nesse sentido, Matos destaca a organização de base:

A base é um espaço onde se pode construir práxis pela reflexão crítica das experiências coletivas, onde se constituem sujeitos sociais autônomos que se expressam nas relações com os outros sujeitos sociais, com as autoridades instituídas, com os outros segmentos da sociedade (MATOS, 2006, p. 195).

É nesse nível de organização social que situamos os CM's, devido à existência de um importante processo de interação social, onde se sobressaem sujeitos individuais e coletivos. Os CM's constituem-se como espaço de construção de democracia direta, de livre expressão das participantes, onde ocorre o reconhecimento mútuo, se estabelecem vínculos sociais, se fortalecem laços afetivos e se constroem histórias em comum.

2.2 Sociabilidade e associação: conflitos e mundo da vida

No sentido de compreender os processos de associação e sociabilidade nos CM's, necessário se faz trazer à luz os elementos clássicos e contemporâneos que os compõem, a partir das proposições de Georg Simmel (1858-1918), Sociabilidade e Sociação e de Alfred Schultz (1899-1959), O Mundo da Vida. Os seus conceitos básicos podem ser aplicados na compreensão do fenômeno em questão, o que garante maior objetividade na sua descrição. Na concepção de Simmel (1983), a interação é o processo social básico que constitui a sociedade, mesmo propondo uma distinção entre sociação e sociabilidade. Segundo o referido autor, A sociação é constituída pelos impulsos dos indivíduos, seus motivos, interesses e objetivos e pelas formas que esses conteúdos assumem. Isso porque segundo ele “os conteúdos e as formas não são colados ou conectados para sempre; formas que serviram para satisfazer certas necessidades podem ganhar autonomia. Quando ocorre o deslocamento entre forma-conteúdo, emerge a sociabilidade, a vitalidade do “estar junto”.

Inicialmente, buscamos na sociologia compreensiva de Simmel os elementos necessários à argumentação. A sociologia compreensiva de Simmel, diferentemente do individualismo metodológico se aproxima de um “interacionismo metodológico” (VANDEMBERG, 2005, p. 85), à medida que não limita os fatos sociais a ações individuais, mas antes os considera enquanto “interações entre indivíduos”. É a ação recíproca entre os indivíduos e não a ação individual ou a totalidade social que é a unidade elementar da

sociologia Simmeliana. Não se trata de interpretar o “fato social” como efeito de agregação ou de composição produzido pela combinação de ações individuais, nem de deduzir as ações individuais do todo social, mas de interpretar este último como o resultado das interações cotidianas que ligam os indivíduos uns aos outros.

A perspectiva interpretativa de Simmel (1983) não reduz a ação à ação estratégica, nem o homem ao “homo economicus”. “A sociologia compreensiva *Verstehend Soziologie* de Simmel é propriamente interpretativa e não explicativa, não faz parte da tradição utilitarista de Hayek e Popper, mas está bem mais próxima de Dilthey, Husserl e Rickert.” (p. 96).

Simmel (1983) explicita a interação com o processo social básico que constitui a sociedade a partir da consciência de uns para, com e contra os outros. Desse modo, a consciência produzida pelos atores sujeitos é que faz a sociedade. Os âmbitos do conhecimento macro e micro sociológico não se opõem, mas interagem sem se reificar em conceitos e abstrações, são construções da realidade; são esferas do olhar próximo e distante; são relações que precisam ser vistas sem serem entendidas na visão de causa-efeito. Numa perspectiva de relacionismo, tudo está interligado, visões e idéias, relacionando-se, movendo-se como redes de relações em seus sentidos mais profundos e simbólicos. Assim nem a sociedade nem o indivíduo são reais a não ser por suas relações recíprocas.

No estudo das formas societárias Simmel (1983), parte do pressuposto que a sociedade é concebida com a interação entre indivíduos, cabendo à sociologia a descrição das formas de interação, em seu sentido restrito. Colhe dos fenômenos o seu momento de sociação, despreendendo-o indutiva e psicologicamente da multiplicidade de seus conteúdos e objetivos que ainda não são sociais para si. Assim, encontramos nos grupos sociais, por mais que eles sejam diferentes, de acordo com seus propósitos e significados, os mesmos modos e formas de comportamento dos indivíduos entre si. Por mais variados que sejam os interesses dos quais resulta a sociação, as formas pelas quais eles se realizam podem ser as mesmas. Por

outro lado, o interesse por um mesmo conteúdo pode se apresentar em sociações formadas de maneiras distintas.

As interações são a condição para a sociedade para agir socialmente; a reciprocidade é o jogo das interações, que alimentam o caráter relacional integracionista. Numa perspectiva sociológica acerca da relação de dualidade entre sociedade e indivíduo, a proposta de Antony Giddens (1984) surge esclarecedora para a compreensão dessa questão ao introduzir a intermediação da interação como podemos constatar na seguinte afirmação:

A conexão entre sociedade e indivíduo, realiza-se na interação que é ao mesmo tempo o veículo da associação e da socialização. Da associação porque possibilita aos indivíduos uma unidade na interação. Da socialização, porque é agindo uns com os outros que esses indivíduos que produzem a sociedade se tornam produtos dessa sociedade, assim somos produtos e membros da sociedade. (GIDDENS, 1984, p. 160)

Retornando a perspectiva interacionista Simmeliana de que a sociação é um processo de interação que constitui a sociedade e de que nesse processo, não basta interagir, é preciso ainda que os indivíduos em interação uns com os outros formem de alguma maneira uma unidade e que sejam cientes disso. Nesse sentido, Simmel explicita:

Essa interação surge baseada em função de impulsos e propósitos, os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos, propostas de defesa ou ataque ganham, ou jogo, de auxílio ou instrução e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros, haja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas contradições, para influenciar os outros e ser influenciado. (SIMMEL, 1983, p. 165).

A importância dessas interações está no fato de levar esses indivíduos que possuem interesses a formarem uma unidade e precisamente uma “sociedade”. A categoria sociedade exige a interação psíquica entre indivíduo e sociedade, a interação que remete à relação de consciência entre os atores sociais. A definição de social não abrange apenas as interações

duradouras pré-estabelecidas como o Estado, a família e a Igreja. A sociedade significa que, por um lado, os indivíduos estão constantemente ligados uns aos outros, influenciando e recebendo influências; e por outro, algo funcional, que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo. Nesse sentido,

Conteúdo é tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento dos indivíduos, de modo a mediatizar os efeitos dos outros, ou a receber esses efeitos (SIMMEL, 1983, p. 160).

Para compreendermos os processos de associação e sociabilidade nos CM's, é necessário examinarmos a concepção de sociação e sociabilidade em Simmel. Para ele, a sociedade parte da interação entre os indivíduos e comporta uma distinção entre forma e conteúdo. Nessa concepção os indivíduos tendo diversas motivações (paixões, desejos, etc.), conteúdos da vida social interagem a partir delas e se transformam em unidade. Para Georg Simmel os indivíduos sempre procuram formar uma unidade – sociedade – de acordo com seus impulsos (estes formam o conteúdo). Esses conteúdos isolados não são sociais: a sociação só começa a existir quando há interação, adotando-se formas de cooperação, colaboração, de modo que, quanto mais interação existir no mesmo grupo, ele se torna mais sociedade. Dessa forma, os indivíduos, tendo diversas motivações (paixões, desejos, interesses etc.), conteúdos da vida social, interagem a partir deles, e se transformam em uma unidade. Desse modo, “a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. “Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas”, Simmel (1983, p. 166). Essa é a forma pela qual os indivíduos formam uma unidade para satisfazerem seus interesses sendo forma e conteúdo, na experiência concreta, elementos inseparáveis.

Na concepção Simmeliana, o papel das formas da vida social possibilita entender como ocorrem as relações das formas entre si (como se relaciona a organização comunitária com a liderança e esta com o conflito e assim por diante). Também Compreender sobre as relações entre as formas e os conteúdos que as preenchem no desenrolar da vida social. A ênfase é dada à compreensão da dinâmica da experiência vivida e de seus modos sociais de organização. Neste sentido são relevantes na análise das experiências vividas no âmbito social, tanto nas formas sociais que as condicionam quanto no modo de como as formas sociais e culturais assimilam a diversidade das experiências que a acolhem. Nesse sentido, formas de sociação e seus conteúdos são relevantes para análise, “há sempre um jogo entre ambas as dimensões, e a referência às formas serve mais para assinalar uma tendência problemática da vida social do que para abandonar o campo dos conteúdos” (COHN, 1998, p. 87).

Na concepção Simmeliana, paralelo à sociação, surge o conceito de sociabilidade como categoria sociológica designada pelo autor como “forma lúdica de sociação” (Idem p. 169). Visto que a sociedade é a interação de indivíduos e envolve, além das motivações (conteúdo), a própria valorização da sociação por eles, pode entender que as formas que resultam desses processos ganham vida própria constituindo a sociabilidade, não importando as motivações. Toda sociabilidade é um símbolo da vida, quando esta surge de forma prazerosa e fácil. Porém esse símbolo se modifica quando a vida o exige. O cerne da sociabilidade é “o tipo de atitude manifestada pelos sujeitos uns em relação aos outros no curso das interações sociais” (DOMINGUES, 1999, p. 21). Falamos em atitude no sentido amplo tanto “lúdico”, como propugnada por Simmel, quanto não lúdico. Nessa última acepção, a sociabilidade é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras dos grupos de indivíduos que se conhecem, reúnem-se e pertencem ao mesmo círculo social. A sociabilidade como forma autônoma e lúdica se poupa dos atritos com a realidade por meio de uma relação

meramente formal com ela. Ainda que exatamente por isso, essa relação formal extrai da realidade – mesmo para o espírito mais sensível – uma importância e uma riqueza de vida simbólica e lúdica que são tanto maiores quando mais perfeita ela é.

Trata-se de evitar uma divisão estanque entre forma e conteúdo. A forma proposta por Simmel deve ser vista como instrumental capaz de captar uma combinação que marca as relações. Formas e sujeitos (ou atores) operam uns sobre os outros. Portanto, o universo simbólico, constituindo e constituindo as relações sociais, depende de constante atualização por parte dos indivíduos e das práticas interativas concretas. Desse modo, o conceito de sociabilidade, nesse estudo, não se apresenta como alternativa para se abrir mão das análises institucionais e culturais. Simmel oferece um suporte teórico para compreendermos as “dinâmicas de associação”. Contribui no sentido de olhar a dinâmica do fato associativo como espaço próprio da vida social.

Nesse sentido, a sociologia, segundo Simmel, concentra-se na forma muito mais do que no conteúdo das interações, ou seja, identificam empiricamente as formas variadas, os vínculos que teriam com os interesses em questão. A ação/interação, a subjetividade/ intersubjetividade, a relação sujeito/objeto, pluralidade, mediações, redes, são todas categorias/noções importantes e que se inter-relacionam na compreensão do conhecimento sociológico.

Tudo está interligado, visão e idéias relacionando-se, movendo-se, contorcendo-se como redes e relações, analogias e afinidade de seus sentidos mais profundos e simbólicos. Assim como os conteúdos mais divergentes podem ser idênticos à forma na qual se realizam, o conteúdo também é verdadeiro: a matéria pode persistir a mesma, enquanto a comunhão dos indivíduos que a sustenta se movimenta em uma multiplicidade de formas. Desse modo, a análise em termos de forma e conteúdo transforma os fatos que, em sua imediaticidade, apresentam as duas categorias com a unidade indissolúvel da vida social.

No geral, o conceito de sociabilidade está construído como um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos e as formas como essas relações são estabelecidas. Segundo Peixoto (2000):

O termo sociabilidade tomou tal vulto que foi preciso distinguir as relações estabelecidas entre indivíduos - ditos primários ou informais – das relações coletivas, designadas como secundárias ou formais. Se estas sociabilidades diferem na forma, seu traço comum é sempre a relação face a face, a relação com outro ou outros (PEIXOTO, 2000, p. 46).

Destacamos a importância da concepção de grupo social Simmeliana para a compreensão e interpretação nos Clubes de Mães enquanto forma de associação, a partir da identificação dos elementos constitutivos dos clubes. Simmel destaca a forma universal dos grupos sociais afirmando de forma esclarecedora:

Encontramos nos grupos sociais, por mais que estes sejam diferentes, de acordo com seus propósitos e significados os mesmos modos formais de comportamento dos indivíduos entre si. Dominação e subordinação, concorrência, imitação, divisão de trabalho, formação de partidos, representação, simultaneidade de união interna e da coesão perante o mundo exterior e outras incontáveis formas semelhantes se encontram tanto na sociedade de Estado como em comunidades religiosas, em um grupo de conspiradores como na camaradagem econômica, em uma escola como em uma família. (SIMMEL, 2006a, p. 32)

Ainda numa concepção Simmeliana, destacamos o princípio da sociabilidade, a partir da qual cada um deve garantir ao outro o máximo de valores sociáveis (alegria, vivacidade, respeito), compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo. De modo que esse princípio mostra a estrutura democrática da sociabilidade. Nela, a alegria do indivíduo está totalmente ligada a felicidade dos outros.

Um fator essencial na forma adequada de sociabilidade, diz respeito à interação livre e a equivalência, elementos que constituem a lei fundamental da sociabilidade. Essa perspectiva

apresenta-se compatível com o sistema da Dádiva, de modo que, Caillé (2002b) refere Simmel como um dos autores antecedentes da reflexão sobre a Dádiva, feito por Mauss, considerado como co-fundador do que denomina Paradigma do Dom.

Um comportamento específico da sociabilidade é a cortesia, na qual o forte se iguala ao mais fraco, como também age como se o fraco fosse o superior. Pela sua natureza ela precisa criar seres humanos que sejam desapegados de seus conteúdos objetivos (interesses), para se tornarem sociavelmente iguais. Cada um só pode obter os valores de sociabilidade se os outros com quem interagem também obtiverem.

2.2.1 Sociação como conflito

Como exposto anteriormente, toda interação entre os indivíduos é uma sociação. Podemos entender o conflito como uma das formas de interação vivenciada frequentemente por mais de uma pessoa, que deve ser considerado uma sociação. Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações.

Para corroborar com essas argumentações, recorreremos a Simmel com sua afirmação de que o problema da sociedade reside nas relações de força e suas formas na relação com a vida cotidiana de seus indivíduos, no qual ocorre uma multiplicidade de conflitos. A sociedade é uma pluralidade, umas somas de forças individuais e de formas de ligações que se produz, se reproduzem se anulam e se complementam; é ainda a maneira pela quais os indivíduos e grupos se relacionam se entendem e/ou entram em conflito. Porém, o autor entende o conflito não apenas de forma negativa

O conflito contém um aspecto positivo, a capacidade de constituir-se numa forma de interação em que o próprio confronto é um ato de reconhecimento e pode ser uma força

integradora do grupo. Certa discordância interna e controvérsia externa estão organicamente vinculadas aos elementos que, de certa forma, mantêm o grupo ligado. Explicita Simmel:

O desaparecimento da energia de repulsão (isoladamente considerado de destruição) não resulta sempre numa vida mais rica e mais plena, mas num fenômeno tão diferente irrealizável quanto se o grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses (SIMMEL, 1983, p. 126).

Na experiência associativa, a oposição de um membro do grupo não é um fator puramente negativo, quando tal oposição pode tornar, ao menos, possível as relações consideradas difíceis pelos participantes. A opressão geralmente aumenta quando é suportada sem protesto, a oposição traz satisfação, alívio, assim como sob condições diferentes de humildade e paciência. A oposição é um elemento da própria relação, está intrinsecamente entrelaçada com outros motivos de existência da relação, não é só um meio de preservá-la, mas uma das funções que verdadeiramente a constituem. Contudo, as relações de conflito por si mesmas não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras. Apenas as duas juntas constituem o grupo como unidade viva e completa.

Por isso, a idéia de ação recíproca é a chave do método sociológico de Simmel. A ação recíproca transforma sem cessar a forma na qual ela se produz, seja para manter as relações, seja para criar novas. O autor entende a realidade não como um em si, mas como resultado, uma pluralidade de forças individuais e de formas de ligação que se produzem entre seus elementos, uma multiplicidade de experiências ligadas aos numerosos aspectos formais da vida coletiva. Nesse sentido, preocupa-se com o problema do lugar do sujeito cognoscente, esforço interpretativo fundado em experiências e sobre fragmentos num processo sem fim. “Sua originalidade reside na preocupação de nos fazer compreender que vivemos em um universo de formas, não somente do domínio da religião, arte ou da ciência, mas sim, em

nossa vida cotidiana. Seu jogo é precisamente aquele da ação recíproca”. (TEDESCO, 2006, p. 68). Desse modo, a sociedade, a experiência social, o conhecimento, as formas e intercorrelação são vistas como processo e, acima de tudo, como análise de processo. Assim o autor, Evidencia o caráter processual da realidade social, entendendo que a totalidade da vida escapa à possibilidade de conceptualização sem confundir com atomização.

2.2.2 Schultz e o mundo da vida

No sentido de compreensão da experiência das participantes dos CM's, no que diz respeito às vivências cotidianas, buscamos compreender as interações do “mundo da vida” a partir da concepção de Alfred Schultz (1979).

O conceito de “mundo da vida” surge primeiro na obra de Husserl como o mundo da evidência e da experiência cotidianas, por oposição ao mundo quantificado da ciência moderna. Husserl se refere ao mundo da vida como “aquele que nos é verdadeiramente dado como perceptível, o mundo da experiência real ou possível (HUSSERL Apud WAGNER, 1979, p. 70). Nesse sentido o mundo da vida é apresentado como o mundo das evidências originais, entendidas enquanto diversas da evidência objetiva, lógica, relacionada ao ponto de vista teórico da ciência de natureza científico-positiva.

A fenomenologia social se apropria deste conceito, de Husserl, enfatizando que “o mundo da vida” é simplesmente toda a esfera das experiências cotidianas, direções e ações através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos, (Idem, p. 16). Segundo Schultz trata-se de um “mundo intersubjetivo”, comum a todos nós. É o mundo em que nos encontramos em cada momento de nossa vida, tomado exatamente como se apresenta a nós, na nossa experiência cotidiana.

Trata-se de entender as estruturas abstratas desse mundo da vida tal qual se apresentam à consciência individual. Ele propõe, portanto, também os elementos concretos da vida social e dos diversos “mundos da vida”, esvaziando a consciência de conteúdos definidos e buscando delinear seus traços mais gerais. Seus conceitos fundamentais referem-se a essas estruturas de consciência gerais, em sua relação com a vida social. Não almeja a consciência pura, mas apenas as estruturas do mundo da vida em sua pureza, tal qual se apresentam à consciência individual. Ele constata que, no mundo da vida, assumimos uma “atitude natural” frente a normas e rotinas, comportamentos e instituições. Sendo assim ele aplica este tipo de atitude e modo de conhecer que lhe é próprio, em relação à sociabilidade.

A sociabilidade em Schutz diz respeito à existência de um “presente vivido”, a partir dele o indivíduo percebe o seu semelhante, o outro. A interação social pressupõe a existência de uma simultaneidade vivida abrange tanto a percepção do “eu” como do “outro” como pessoa, de modo que, a existência do fenômeno sociabilidade está condicionada a atos comunicativos entre um “eu” que se volta aos “outros” e os apreende como pessoas no presente vivido e em interação social. A sociabilidade se constitui em uma experiência no tempo e no espaço, no qual há uma troca, uma descoberta mútua um do outro

2.3 Dádiva e associação

2.3.1 Dádiva e Simbolismo

No campo das Ciências Sociais e, especificamente na Sociologia, a Dádiva constitui um sistema teórico que permite compreender fenômenos sociais, para além da concepção mercantil da economia liberal, regida pela regulamentação do interesse utilitarista entre mercado, sociedade ou entre ação social e interesses egoístas. O sistema da Dádiva explica a

dinâmica das relações humanas, que não podem ser reduzidas nem a liberdade individual nem à determinação do coletivo, diferindo substancialmente dos paradigmas dominantes.

A Teoria da Dádiva é oriunda do célebre “Ensaio sobre o Dom. Forma e Razão da Troca nas sociedades Arcaicas”, escrito por Marcel Mauss, em 1924, estudo etnográfico sobre habitantes da orla do Pacífico e do Noroeste da América do Norte. Tal estudo trata da prática de troca ou intercâmbio sócio-cultural de prestações e contraprestações de bens materiais e simbólicos, pautada sobre a tríplice obrigação dar-receber-retribuir. O destaque se dá na dimensão simbólica da prática social; “há a troca de bens econômicos como também as palavras, os risos, os gestos, os rituais, as danças além dos bens materiais” (MAUSS, 2003, p. 160). A obrigação múltipla, gerada pelo tríplice movimento da dádiva, constitui não apenas um fenômeno sociológico nas sociedades tradicionais, mas também nas sociedades modernas (GOUDBOUT, 1999; CHANIAL, 2001; CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2006), e é condição primeira na existência do vínculo social. Enquanto teoria sistêmica, a dádiva acontece em ciclo, não isoladamente.

A concepção de Dádiva como sistema está ancorada na noção de “fato social total”, que parte do princípio de que o social é o real integrado em sistema formado por elementos materiais e simbólicos que participam, com igual valor, na organização da sociedade. A Dádiva liga o social e o individual, através de diferentes modalidades do social (jurídico, econômico, religioso, estética etc.); em diferentes momentos da história individual (nascimento, infância, educação, casamento) e diferentes formas de expressão, como reflexos, categorias inconscientes e representações conscientes, individuais ou coletivas. Tudo isso é social, uma vez que é somente na forma de fato social total que esses elementos de natureza tão diversa podem adquirir uma significação global que seja apreensível numa experiência concreta de uma sociedade localizada no tempo e no espaço. Portanto, para apreender convenientemente um fato social, é preciso apreendê-lo totalmente.

Nessa concepção, a dádiva seria uma experiência social fundamental na construção da sociedade como fator de ligação entre sujeito e sociedade, para além das regras cristalizadas e institucionalizadas como normas de justiça. Em consonância com a perspectiva deweyana de democracia, que surge primariamente na comunidade, seria uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade. Aspectos essenciais da dádiva como liberdade e obrigação se realizam de forma incondicional na experiência de pertencer e vivenciar a solidariedade comunitária.

Na teoria da Dádiva, Mauss (2003) aprofunda a tese de Durkheim acerca da existência de uma obrigação social que sobre-determina a liberdade individual com sua compreensão simbólica da prática social, das relações sociais e suas implicações negativas e positivas (presente, saudações, maus-tratos). Então, símbolos e dádiva são idênticos ou co-extensivos, existe uma obrigação de se submeter à lei do simbolismo, bem como à existência de dar-receber-retribuir, porque é tudo uma coisa só. Trata-se de obrigação e liberdade, de forma que a obrigação de retribuir não ultrapasse a necessidade da liberdade no ato de dar. Sendo assim, o sistema da dádiva constitui-se num jogo constante entre a liberdade e a obrigação. Na dádiva há “o lugar próprio para a obrigação de ser livre” na vida social, que é uma marca da ambivalência do sujeito social, hoje, e que apenas revela-se na cooperação espontânea. (MARTINS, 2007).

O Sistema da Dádiva surge como condição primeira da existência do vínculo social. Na relação social, o vínculo tem mais importância que o bem, no que se refere à teoria da ação social. Há uma obrigação de liberdade (espontaneidade) interessada e desinteressada. Na circulação da dádiva, o mais importante é a constituição do vínculo efetivado no mecanismo de interação em cada aspecto da vida social, onde o “dar,” sem garantia de retorno, é uma forma de dádiva.

Destacamos os elementos da Teoria do Dom a partir da definição sociológica de dádiva dada por Caillé: “toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social” (CAILLÉ, 2002a, p. 142). O dom não é desinteressado, simplesmente privilegia os interesses da amizade, da aliança, solidariedade, criatividade em confronto com interesses instrumentais ou compulsão. Refletir acerca da liberdade e obrigação na dádiva é compreender o significado de uma obrigação moral ou social, “a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá mesmo, mas uma obrigação interna, imanente” (GODBOUT, 1998, p.18). Desse modo, Caillé (2002a) sugere que a dádiva é uma teoria pluridimensional e paradoxal da ação. Assim, a oposição da obrigação e da liberdade (da criatividade) duplica-se de uma oposição entre o interesse pessoal, o interesse por si, o interesse pela aliança ou pela amizade, o interesse pelos outros, havendo, portanto, quatro dimensões da ação, irreduzíveis umas às outras. A importância atribuída aos quatro móveis da ação (obrigação ou liberdade, interesse instrumental ou amizade) só poderá ser decidida duma forma empírica e histórica porque a combinação entre eles é infinitamente variável. A dádiva diz respeito ao conjunto das dimensões da ação e exerce profunda repercussão na sociedade. Traduzindo suas palavras, o autor coloca que “a dádiva é simbólica por excelência, é o símbolo por excelência, o que anima o conjunto da atividade simbólica” (CAILLÉ, 2002, p. 192).

Na dimensão do político, o dom agonístico, ou rivalização, antagonismo, contra-dádiva, representa o operador de alianças com o inimigo de ontem que pode tornar-se o amigo de amanhã. Daí a ambivalência profunda do dom, a fronteira entre amigo e inimigo. É um paradigma do simbólico, do político. O dom é a forma em que a política reveste-se na microsociedade, o político é aquilo que permite a generalização do dom na sociedade.

Nesse sentido, a ênfase recai sobre o dom sem expectativa de retorno, em vez da obrigação de retribuir, em resposta à generosidade inicial; receber torna-se a categoria pivô, devido à maneira pela qual o dom é aceito decide a maneira pela qual o donatário se sente obrigado a retribuir: “A gratidão alivia o peso da obrigação de retribuir e orienta rumo a uma generosidade igual à que suscitou o dom inicial” (RICOEUR, 2006, p. 255). Assim, é pela gratidão que ocorre o bom receber, que é a alma da separação entre a boa e a má reciprocidade. A gratidão consegue fazer isso, ao recompor a relação entre dom e contra dom em termos de uma “ética da gratidão” (RICOEUR, 2006). Esse autor traz a temática sobre a relação entre a luta pelo reconhecimento e a dos estados de paz. Confronta a experiência do dom com a luta pelo reconhecimento e com a incerteza de sua realização em um ser reconhecido efetivo. Dessa forma, esclarece:

A experiência do dom, além de seu caráter simbólico, indireto, raro, até mesmo excepcional, é inseparável de sua carga de conflitos potenciais ligada à tensão criadora entre generosidade e obrigação; são essas aporias suscitadas pela análise típica ideal do dom que a experiência do dom traz em sua conexão com a luta pelo reconhecimento (RICOEUR, 2006, p. 257).

Características da dádiva aparecem em diferentes lugares da sociedade: Temos a dádiva a estranhos e desconhecidos; a liberdade de dar-se está presente em toda parte onde haja dádiva e tende a generalizar; a gratuidade, Goudbout refere-se a esta dizendo:

Se não existe dádiva gratuita, existe pelo menos gratuidade na dádiva, com diferença mais evidente com relação ao Estado; o caráter espontâneo, encontrado também em toda parte a dádiva não obedece a nenhuma imposição, o que não significa a ausência de obrigação. (GOUDBOUT, 1999, p. 117)

Nesse sentido, não há uma explicação reducionista para a dádiva porque nesse caso, poderia se perder algo que é justamente sua especificidade. O dom, como paradigma

sociológico e antropológico, pode ser qualificado de paradigma do simbolismo e do político. Enquanto consideração simbólica, o dom pode ser considerado símbolo e os símbolos podem ser vistos como dons. Está intrinsecamente ligado à possibilidade de comunicação entre seres humanos que se dá através de símbolos. Essa concepção tem sua origem na teoria durkhemiana de fato social que possui como uma de suas características o aspecto simbólico. Este aspecto não foi devidamente explorado por Durkheim, tendo sido resgatado por Mauss na compreensão do símbolo como constituição das práticas sociais e, essencialmente, para a formação do vínculo social. Neste sentido, os dons simbolizam a aliança.

O paradigma do dom é também um paradigma político. Caillé (2002, p. 147) afirma que “o dom é a forma que a política reveste a micro sociedade; o político é aquilo que permite a generalização do dom na macro sociedade”. Dessa forma, a construção da sociabilidade primária (amizade, vizinhança etc.) e a sociabilidade secundária (instituições) se efetiva nas dimensões da política micro e macro social.

A tríplice obrigação de dar, receber e retribuir é, com efeito, uma obrigação de liberdade (espontaneidade). A ação humana simultaneamente acontece em proporções sempre variáveis e instáveis, “interessadas” e “desinteressadas”, sem perder de vista que os interesses de prestígio e glória dominam os interesses instrumentais de posse e de ter. A ação humana se desenvolve entre as duas grandes oposições da guerra (rivalidade) e da paz (aliança). Da oposição da obrigação e da liberdade (criatividade) vem o interesse pessoal, por si mesmo, e o interesse pela aliança/amizade.

O dom não é desinteressado, porém essencialmente privilegia os interesses da amizade (da aliança e de solidariedade) e de prazer e/ou de criatividade em confronto com os interesses instrumentais e a obrigação. Segundo Caillé:

O dom não deve ser pensado sem o interesse ou fora dele, mas contra o interesse instrumental. Ele é um movimento que, para os fins da aliança ou (e) da criação, subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais. As paixões. (2002, p. 145)

A proposta do dom é um contraponto à indeterminação racional que afeta a escolha entre cooperar e não cooperar, ser solidário ou não ser solidário. É a aposta do dom paradoxal, uma vez que somente a gratuidade e a incondicionalidade são capazes de selar a aliança que trará benefícios a todos e, também, àquele que tomou a iniciativa do desinteresse.

No sentido de corroborar com a perspectiva sistêmica da Dádiva e diferentemente de um conhecimento meramente teórico, racional na análise do objeto de estudo, arrolamos a noção de solidariedade dos autores Hugo Assmann e Jung Mo Sung (2003) que abordam a solidariedade em dois sentidos que estão interligados, como atitude, ou como questão ética, nasce do reconhecimento de que a solidariedade/interdependência é um fato, uma necessidade para a vida em sociedade. O reconhecimento de que estamos de fato interligados é fundamental para uma atitude de solidariedade ativa. Assim, a solidariedade não é apenas uma questão temática, mas diz respeito ao modo de ver o mundo e a vida, “a solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do/a/outro/a na diferença e singularidade, atributos da alteridade” (ASSMANN; SUNG, 2003, p. 97). Pressupõe relativizar a si mesmo as incertezas e coloca como condição epistemológica que “haja lugar para dúvidas na maneira de conhecer a realidade e a valorização da sensibilidade como conhecimento” (ASSMANN; SUNG, 2003, p. 98). Enfatiza como ato a que é preciso valorizar a sensibilidade no sentido de “sensibilidade solidária” como ato ético-subjetivo radical que só acontece quando entram em jogo os sentidos, como a percepção empática do sofrimento dos/as/ outros/as. Para essa compreensão o autor propõe a aproximação respeitosa e dialógica e o reconhecimento da pluralidade na realidade, aprender

a reconhecer a pluralidade das interpretações, a respeitar as diferentes perspectivas e pontos de partida.

Na atualidade a Teoria da Dádiva, enquanto paradigma do simbolismo, da associação, da aliança e do político, apresenta-se no campo sociológico como modelo interpretativo com enorme contribuição para a reflexão acerca da solidariedade e do associacionismo. Particularmente no sentido de mostrar a importância fundamental do simbolismo para a vida social diante do valor que as coisas têm em nível de bens materiais e mercadológicos. Ainda na perspectiva da contribuição da teoria Maussiana, essa se coloca no âmbito do pensamento pós-estruturalista, que resgata o lugar da experiência.

Uma das contribuições centrais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor das relações e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Nesse sentido, a lógica mercantil moderna não substituiu as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos, de modo que tais forças continuam presentes nas sociedades modernas. A Teoria da Dádiva é eminentemente relacional, não se fixando nem na estrutura nem na agência, mas no círculo incessante de prestações e contraprestações, de bens materiais e símbolos. A visão do dom a partir da antropologia estrutural tem restringido a possibilidade de se compreender suas implicações sociológicas e políticas. Na década de oitenta, com o surgimento na França do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) é retomada e ampliada a crítica de Marcel Mauss no debate sociológico contemporâneo.

A perspectiva de sistematização de uma sociologia do dom tem importância clara em termos de enfatizar o valor do fato associativo e do movimento associacionista (MARTINS, 2002; CHANIAL, 2004). Nesse sentido, a ênfase é dada à contribuição no sistema da dádiva para se avançar na sistematização de novas teorias sociais pensadas a partir da experiência dos atores e grupos sociais na construção do vínculo social.

2.3.2 Associacionismo, solidariedade, alianças e rivalidade

É de fundamental importância trazer a discussão sobre associacionismo enquanto categoria essencial na leitura da teoria da dádiva à medida que esclarece o Clube de Mães, enquanto experiência de associação diferente da classificação de organização da sociedade civil inserida no terceiro setor, compreendida a partir do reconhecimento e pertencimento às organizações primárias da sociedade.

A compreensão associacionista sugerida pela Teoria da Dádiva é decisiva para situar a sociedade civil não como terceiro setor para completar os dois outros, o Estado e o mercado, mas como uma experiência histórica particular regida por mecanismo de organização e de regulação peculiares. Apenas se tornam evidentes quando são realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes nas instituições primárias da vida social. A crítica Maussiana de modernidade demonstra proximidades importantes com a leitura antiutilitarista de Boa Ventura de Sousa Santos sobre comunidade ao afirmar:

O princípio da comunidade foi nos últimos 200 anos o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do mercado. Mas também, por isso, é o princípio menos obstruído por determinações, portanto mais colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação, (SANTOS, 2002, p. 75).

A concepção de comunidade e bem comum não constitui necessariamente a defesa de identidades coletivas contra os direitos à liberdade individual, mas para entender que a vida associativa, pode constituir um elemento diferencial importante para se pensar uma moral do indivíduo compatível com a existência do coletivo democrático. Essa concepção é partilhada pelo pragmatista John Dewey (2000), que pensa associação como a condição mesma da associação humana, significa pensar comunidade como individuação e como uma modalidade de crítica ao Estado e ao mercado em favor da democracia.

Na concepção do dom as associações são todas as formas de livre união, de recursos diversos sem fins lucrativos privilegiando os fins de solidariedade, camaradagem, boa vizinhança, espontaneidade e criatividade. Deve ser considerado o espírito de amizade e democracia na condução do funcionamento dessas associações. Nesse sentido trazemos a definição de associação segundo Caillé:

O acordo tácito ou explícito, em conformidade ou não com a lei, escrita ou não escrita, pelo qual duas ou mais pessoas se comprometem de maneira mais ou menos permanente, a compartilhar seus recursos materiais, seus conhecimentos, ou sua atividade com um fim que é diferente ou que não é principalmente o de compartilhar benefícios materiais. (2002, p. 149)

Continuam as indicações do Dom na perspectiva de controlar a amplitude da definição com estabelecimento de alguns critérios como: distinção entre associação de largo ou *stricto sensu*, aos fins, ao recrutamento de membros, grau de autonomia e democracia. Coloca o questionamento se é possível distinguir entre associação primarizada e associação secundarizada, ou se há um equilíbrio entre elas, e afirma que há um nexos privilegiado entre associação e democracia.

Como o dom e o político são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente, se realiza nos espaços públicos e secundários e em primeiro lugar nos espaços públicos primários que são as associações. A associação é um tipo de expressão do fato associativo, pode-se afirmar que a mesma abrange aquilo que se poderia denominar espaços públicos primários, privilegiando o aspecto do interconhecimento.

Necessário se faz situar a tipologia a partir da qual se origina a associação. Numa perspectiva formal, a associação é compreendida a partir de critérios como: a natureza formal ratificada através de lei ou de costume (público ou secreto); os fins econômicos, culturais ou

esportivos; o tipo de recrutamento de seus membros; o grau de autonomia frente aos poderes instituídos e o grau de democracia/autonomia/heteronímia em seu interior.

Nesse contexto, a associação será considerada levando em conta alguns dos aspectos acima citados na perspectiva formal, lançando mão da teoria da dádiva para iluminar o estudo empírico, uma vez que o dom é um meio pelo qual se estabelece o pacto associativo, aquele em que cada um se compromete a se dar incondicionalmente a cada um, mas se mostra igualmente disposto a sair do pacto à medida que os outros não se dispõem a mantê-lo. Daí infere-se um nexos privilegiado entre associação e democracia, entendendo-se que o dom e o político se apresentam intrinsecamente ligados e se efetivam no seio do espaço público primário que é a associação, no caso específico deste estudo, o fato associativo “Clube de Mães”.

Necessário se faz explicitar a importância fundamental das associações primárias para consolidação da solidariedade democrática, caracterizada pelo caráter espontâneo e inclusivo. Essa se constitui num sentimento que é despertado nas pessoas pelo seu semelhante que na democracia pode se expandir aos desconhecidos. A prática associativa se expressa, primeiramente, pela capacidade de agir em comum que se torna um hábito. A solidariedade reforça o sentido de comunidade permitindo articular sociabilidade à democracia primária e secundária. A construção permanente da democracia não pode ser erigida apenas no nível do pacto coletivo tácito, no nível da política construída nos espaços secundários. Ela ocorre e tem seu cerne no âmago dos espaços públicos primários que são as associações.

Para corroborar com essa concepção acerca de associação e democracia, trazemos a concepção desenvolvida por Phillipe Chanial (2001), que aponta para a necessidade de reforçar as iniciativas associativas, reafirmar o aspecto moral essencial da democracia que é a solidariedade. A partir das relações humanas nas quais se privilegia o infra-político (a democracia em ação, vivenciada, sensível), o referido autor apresenta a proposta de uma

política alicerçada nos grupos primários, família, amigos, comunidade, ajuda mútua. Estes aspectos são centrados na cultura popular, na solidariedade intuitiva e favorável na confiança e nos sentimentos regidos pela lógica do dom.

Capítulo III

*Democracia,
reconhecimento e gênero*

CAPÍTULO III – DEMOCRACIA, RECONHECIMENTO E GÊNERO

3.1 Reconhecimento social

A compreensão de organizações do tipo comunitário formado por mulheres, como os CM's, requer uma análise que considere não apenas as demandas que alcançam visibilidade pública, mas também as formas de desrespeito e descontentamento social “latentes”, que não atingiram o nível político e organizacional de movimentos sociais. Nesse sentido, devem-se desenvolver considerações morais e normativas, quando as expectativas a respeito de direitos são negados e devem ser concebidas como negação de reconhecimento.

Na perspectiva de uma teoria social, Axel Honneth (2003) propõe uma teoria na qual podemos visualizar as formas com que indivíduos e grupos sociais se inserem na moderna sociedade democrática. Afirma que a formação da identidade é um processo intersubjetivo de luta por mútuo reconhecimento em relação com os parceiros de interação. Dessa forma, nos conflitos, o indivíduo não busca a auto-preservação ou o aumento do poder, mas sim, um reconhecimento de sua individualidade. Inspirado em Hegel, o autor define a concepção de moral, ampliada no plano da teoria da subjetividade, expandindo-a para uma teoria social de teor normativo. Honneth explicita:

A formação do EU prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre dois sujeitos: só quando dois indivíduos se vêem confirmados em sua autonomia por seu respectivo defronte. Eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um EU autonomamente agente e indivíduo. (HONNETH, 2003, p. 119-120).

Para Honneth (2003), as experiências de injustiça devem ser concebidas como negação de reconhecimento, determinada pelas capacidades ou qualidades que os indivíduos consideram injustificavelmente desrespeitadas ou não reconhecidas. No desenvolvimento da

teoria social “luta por reconhecimento”, Honneth toma Hegel como principal referência, no sentido de fundar uma teoria social com conteúdo normativo. Uma vez que esse autor une pretensões universalistas com a preocupação permanente com o singular, o indivíduo, e está interessado, sobretudo, nas condições intersubjetivas da auto-relação prática do homem.

Nessa direção, vale lembrar as investigações de Georg Herbert Mead, voltadas para a problemática da autoconsciência, em que o sujeito deve alcançar a identidade de um membro reconhecido socialmente e aceito por sua coletividade; essa é uma relação intersubjetiva de “reconhecimento”. O sujeito social reconhece seus parceiros de interação pela interiorização de atitudes normativas e pode ser reconhecido como parte de seu contexto social de cooperação. O indivíduo aprende as obrigações que tem que cumprir em relação aos membros da sociedade e aprende também os direitos de modo que pode contar legitimamente com o atendimento de algumas de suas pretensões individuais e possa participar da esfera pública e ter reconhecimento social. Assim, pela concessão social desses direitos, o sujeito, pode sentir-se dignamente como membro aceito em sua coletividade.

A condição de “dignidade” (MEAD apud HONNETH, 2003, p.137) ocorre com a garantia de direitos; essa consciência do próprio valor é caracterizada por Mead como “auto-respeito”. Uma atitude positiva para consigo mesmo, na qual o sujeito, ao ser reconhecido, pode estar seguro do valor social de sua identidade. Os padrões de respeito social estão ligados ao reconhecimento das singularidades, que estão relacionadas ao reconhecimento de que determinados valores individuais são importantes para uma comunidade social, existindo, nesse contexto, relações solidárias. O conceito de solidariedade utilizado por Honneth é oriundo das concepções de Hegel e Mead. Segundo eles, os pilares da solidariedade são as relações simétricas existentes entre os membros da sociedade. Conforme Mattos (2006):

Por relações simétricas deve-se entender, segundo Honneth, a possibilidade de qualquer sujeito ter chances de ter suas qualidades e especificidades

reconhecidas como necessárias e valiosas para a reprodução da sociedade. (MATTOS, 2006, p. 93)

Nesse sentido, Honneth (2003, p. 209), situa “a solidariedade como relações interativas entre sujeitos”. Há um interesse recíproco por modos distintos de vida, que se estimam de maneira simétrica. Na relação interna do grupo social, as formas de interação assumem o caráter de relações solidárias, porque há estima recíproca.

Em contrapartida às formas de reconhecimento existem, no nível das relações sociais, formas de “desrespeito” ou “ofensa” à recusa de reconhecimento. Devem ser entendidas as diferenças internas entre algumas dessas formas de desrespeito. O desrespeito relativo à integridade corporal de uma pessoa - as formas de maus-tratos, em que são tiradas violentamente as possibilidades de livre disposição sobre o próprio corpo - representa a forma mais elementar de rebaixamento pessoal e está ligado ao sentimento de sujeição à vontade do outro. Sem proteção, são destruídas a autoconfiança e a confiança nas pessoas.

A segunda forma de desrespeito afeta o auto-respeito moral e se refere ao sujeito ser estruturalmente excluído da posse de determinados direitos, que permitem a satisfação social com a qual uma pessoa pode contar de maneira legítima, uma vez que, como membro de igual valor em uma coletividade, tem direitos iguais aos outros. Esse desrespeito lesa a pessoa na sua capacidade de auto-respeito, ocorrendo uma depreciação do valor social do sujeito individualmente ou nos grupos sociais.

E a terceira forma de desrespeito se refere a uma perda de auto-estima, da possibilidade de se entender a si próprio como pessoa estimada por suas capacidades e características. Há uma perda em termos de reconhecimento, da forma de auto-realização encontrada no encorajamento solidário encontrado nos grupos sociais.

A experiência de desrespeito vem sempre acompanhada de reações negativas como a vergonha, a ira, a indignação, sentimentos que acompanham esse tipo de experiência e que leva a consciência de que foi negada determinada forma de reconhecimento social. Para a análise dessa questão, Honnet busca apoio para sua compreensão na concepção de sentimento humano, desenvolvida pelo pragmatista John Dewey. Esse autor faz a observação de que os sentimentos somente aparecem na vivência negativa ou positiva efetiva na ação, o que leva a concepção sobre os sentimentos humanos nos termos da teoria da ação: “Para Dewey, os sentimentos representam de modo geral as reações afetivas no contrachoque do sucesso ou do insucesso de nossas intenções práticas.” (HONNETH, 2003, p. 221)

Nesse sentido, podemos analisar no funcionamento dos CM's como as formas de sentimentos de desrespeito e/ou reconhecimento social ocorrem com as participantes dos mesmos.

A perspectiva de reconhecimento explicitada por Honneth toma o modelo de uma gênese social da identificação do “eu”, de Mead, argumentação com uma teorização de base empírica das interações entre indivíduos. A combinação dos procedimentos tomados por Honneth como estratégia na junção entre Hegel e Mead é explicitada, segundo Paul Ricoeur, como:

Um modelo de entrecruzamento entre uma conceitualidade especulativa e uma colocação á prova pela experiência, o importante é que a estrutura especulativa evita que o tema do reconhecimento deslize para a banalização, como é cada vez mais o caso em nossos dias. (RICOEUR, 2004, p. 202)

Honneth concebe três dimensões distintas e interligadas de reconhecimento: a dimensão afetiva, a experiência, cujo princípio normativo é o amor que permite ao indivíduo uma auto-confiança; a dimensão das relações legais ou jurídico-morais em que a pessoa

individual é reconhecida como autônoma desenvolvendo uma relação de auto-respeito e é percebida como possuidora de direitos iguais, regidos pelo princípio da igualdade; e a dimensão da estima social, uma experiência de respeito solidário. Essas formas de reconhecimento têm a capacidade de criar condições pelas quais os sujeitos podem chegar a uma atitude positiva com eles mesmos. Isso por que:

só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, como garante sucessivamente as experiências das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e de se identificar com seus objetivos e seus desejos (HONNETH, 2003, p. 266).

Esses princípios operam como referências às quais os indivíduos podem recorrer para questionar a inadequação ou insuficiência de formas de reconhecimento existentes e que precisam ser modificadas, a partir das relações que se estabelecem, dando condições do sujeito se reconhecer no mundo.

3.2 Reconhecimento social e gênero

Uma vez que a questão de gênero apresenta-se enquanto fator estrutural, devido à composição dessas associações serem exclusivamente de mulheres, necessário se faz compreender o significado que tem para as associadas a participação nesses espaços. As relações que se estabelecem entre as sócias, no processo interativo dos clubes, poderão possibilitar o redimensionamento do poder a partir do seu universo de preocupações, enquanto mulheres, e a re-significação desses espaços de participação. Essa participação, internamente, traria reflexos para a conquista de relações com igualdade no âmbito da organização familiar e das sociabilidades secundárias, no nível das instituições da sociedade.

Articulada à questão de gênero, situamos nessa direção as relações de respeito, estima social e auto-estima, vivenciadas nos clubes como experiência de reconhecimento. Este não dispensa outra dimensão da dignidade e do respeito, que é representada por melhores condições de vida e, portanto, pela luta por bens materiais que também conferem uma dimensão de reconhecimento grupal. Dessa maneira, as formas de interação assumem caráter de relações solidárias.

Nesse sentido, situamos a questão da legitimidade da demanda por reconhecimento e redistribuição, tanto do ponto de vista do sujeito, quanto da sociedade. Teorias contemporâneas voltadas à justiça social (FRASER, 2001) representam um avanço no debate sobre a relação entre classe e gênero (ou economia e cultura) e a questão das desigualdades, à medida que estão relacionadas e se reforçam mutuamente, sendo concebidas como fenômenos que apresentam causas múltiplas.

Essa perspectiva escapa das armadilhas colocadas, por um lado, por concepções de justiça referentes a aspectos redistributivos (RAWLS, 2000) e, por outro, pelas análises que enfocam a questão do reconhecimento dos seres humanos como seres morais, considerando as injustiças econômicas como reflexos de déficits de reconhecimento, relacionados a injustos padrões culturais de trocas intersubjetivas (HONNETH, 2003) O autor tem como objetivo desenvolver uma teoria da justiça que considere não apenas as demandas que alcançam visibilidade pública, mas também as formas de desrespeito e descontentamento social “latentes”, que não atingiram o nível político de “movimentos sociais, devendo ser considerados padrões morais e psicológicos a respeito do sentimento de injustiça social.”

O liberalismo igualitário concebe uma sociedade democrática justa como sendo aquela comprometida com a garantia da distribuição de recursos sociais escassos a todos seus cidadãos, que são livres para decidir como tais recursos institucionais são aplicados, devendo

haver espaço para fins individuais ou coletivos. O liberalismo igualitário utiliza a estratégia de colocar as diferenças culturais no âmbito privado desativando suas potencialidades conflitivas, despolitizando-as, ao levá-las à esfera íntima, fazendo com que sua existência esteja relacionada à disposição das pessoas em aplicar recursos institucionais garantidos para esse fim.

Entretanto, os conflitos entre diferentes concepções de boa vida só podem ser resolvidos pela afirmação de princípios de liberdade de expressão e de associação, a não discriminação e a garantia de oportunidades para todos.

Diante das análises expostas apresentarem uma incompatibilidade entre redistribuição e reconhecimento, Fraser (2001) demonstra que, apesar da tensão existente entre tais dimensões da justiça, só poderemos responder de forma adequada às reivindicações dos diversos grupos sociais, se considerarmos ambos os aspectos, simultaneamente e de forma complementar. É com base nessa relação entre demanda por reconhecimento e redistribuição que a autora desenvolve o conceito de “coletividades ambivalentes”, ou seja, grupos que combinam esses dois tipos de demandas:

Coletividades ambivalentes, em suma, podem sofrer injustiças socioeconômicas e não reconhecimento cultural em formas nas qual nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas em que ambas são primárias e originais. Nesse caso, nem remédios redistributivos nem de reconhecimento isoladamente são suficientes. Coletividades ambivalentes precisam de ambos. (FRASER, 2003, p. 259)

A autora cita, como exemplos de comunidades ambivalentes, “raça” e “gênero”. Para essas coletividades, a busca de igualdade seria a forma de se combater as desigualdades sócio-econômicas, enquanto a diferenciação positiva seria de se combater o falso reconhecimento entre parceiros. Ela propõe que o reconhecimento seja pensado como uma questão de status

social, relacionado não à busca pelo reconhecimento da identidade de um grupo específico, e sim, ao status de indivíduos enquanto parceiros nas interações sociais, ou seja, a justiça social deve ter como critério a paridade de participação, que permite a integração entre redistribuição (relacionada à distribuição de recursos materiais, independência e à possibilidade de expressão daqueles que desejam participar das decisões políticas) e reconhecimento (aspecto intersubjetivo, que diz respeito à existência de padrões culturais que expressam o respeito igualitário para todos os sujeitos e lhes garantem oportunidades iguais para obtenção de estima social).

O critério de paridade de participação deve ser pensado como base para se evitar injustiças intragrupos. A autora considera que redistribuição e reconhecimento não correspondem a dois domínios sociais substantivos, mas a perspectivas analíticas que devem ser assumidas em respeito a qualquer domínio, seja este a cultura, a economia ou a política.

Sobre a polêmica criada em torno do tema da redistribuição ou reconhecimento entre seus autores, Fraser e Honneth, este esclarece em entrevista ao jornal Folha de São Paulo:

Nas questões normativas, concordamos em mais coisas do que era claro de início. Nós dois entendemos que o objetivo da justiça social é possibilitar [...] uma participação de todos os membros da sociedade no processo comunicativo da vida da sociedade. Contudo cada um de nós soletra essas condições de maneira diversa. Eu, com os conceitos de uma teoria do reconhecimento; Nancy Fraser, com uma teoria da participação. Em relação à questão central, redistribuição ou reconhecimento, a diferença consiste em que eu vejo somente a possibilidade de justificar as finalidades da redistribuição com as categorias do reconhecimento social. (HONNETH, 2003).

Desse modo, podemos entender que tanto as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências importantes para um grupo de indivíduos, o que pode levar a coletividade a reivindicar um maior reconhecimento de relações justas. Dessa forma, tornando experiências individuais de desrespeito em finalidades impessoais de um movimento

coletivo, dando a este uma identidade coletiva. Essa luta política proporciona à comunidade padrões ampliados de reconhecimento.

Dessa forma, surge a seguinte indagação: se o desrespeito individual é gerador de conflitos coletivos, isso significa que todos os conflitos sociais teriam esse mesmo modelo? A partir da concepção de Honneth, poderemos dizer que não. Em certos casos a coletividade está preocupada em resguardar sua sobrevivência econômica e, assim, conservar pelo menos as condições de sua reprodução. Mas também existem sentimentos coletivos de injustiça gerados por experiências morais que mobilizam os grupos sociais perante a negação do reconhecimento jurídico ou social.

3.3 Gênero: uma categoria relacional

A diversidade de abordagens e tipologias da teoria feminista desenvolve-se concomitantemente à trajetória dos estudos feministas, que podem ser explicitados em três fases (MENDES, 2002). Na primeira, as pesquisadoras acadêmicas participantes do movimento feminista denunciavam e protestavam contra a violência e a discriminação à mulher, como também tornavam públicos os instrumentos de dominação postos em cena pelo movimento feminista. Nesse processo surge a necessidade de colocar a mulher como categoria central dos estudos, igualando seu lugar na sociedade ao do homem, momento denominado de “feminismo da igualdade”.

Em seguida, temos o momento de conhecer a realidade social em que estava inserida a mulher e, por conseguinte, analisar o processo hierárquico e sócio-histórico da desigualdade entre os sexos, chamado então de “feminismo da diferença”.

No terceiro momento, os estudos questionavam o sentido universal e generalizado de mulher, em que esse termo, tomado como um fato único, podia ser explicado em todos os lugares, sob os mesmos ângulos.

A produção feminista tem criticado diferentes áreas do conhecimento, no que diz respeito à tese da neutralidade e objetividade científicas como suporte de validação do próprio conhecimento científico, uma vez que entendem a realidade como algo socialmente construído e consideram a produção deste como atividade social.

Decorrente dessa produção feminista surge, a categoria analítica “gênero”, que é utilizada para teorizar a questão da diferença sexual e indicam uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual. Segundo Soihet (1997, p. 101): “O gênero sublinha os aspectos relacionais entre mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente separados.

Passou-se a adotar o caráter relacional e a concepção de construção social, evitando-se, assim, as generalizações e as origens da condição feminina, pois recairia em princípios universais e essencialistas. Articulado a essa tendência relacional, surge o termo “gênero”. Isso também no sentido de integrar e legitimar os estudos na academia e ampliar o seu campo de investigação. O termo gênero deveria ser entendido no aspecto político e social, considerando-se as formas de relações sociais e desigualdades, não como um fato único, mas como um produto complexo de várias forças sociais. Temos como autora e seguidora dessa linha relacional Michelle Rosaldo (1994). Nessa perspectiva, está também a historiadora norte-americana Joan Scott (1995) que, rejeitando o uso permanente da oposição binária e antagonica nos estudos de gênero, propõe uma desconstrução dos termos da diferença sexual pela teoria pós-estruturalista de Derrida e Foucault, que trazem a necessidade de se estudar as práticas discursivas.

Dessa maneira, as produções provocam uma mudança não apenas de objeto de estudo ou de forma de percepção deste, mas de campo epistemológico. Rago (1998) argumenta que a dimensão simbólica imaginária, o imaginário social, a construção dos

múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passam a ser priorizadas em relação às explicações econômicas e políticas.

As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas relações de poder, mas a direção da mudança não surge necessariamente num sentido único. Portanto, gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

A proposta metodológica é estudar o privado e o público como uma unidade frente ao enfoque tradicional privado x público. Contudo, pretende se encontrar caminhos que possibilitem a reconstrução da experiência concreta de mulheres em sociedade, que no processo relacional complexo e contraditório com os homens têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história. Considerando que atribuições relativas a cada sexo variam conforme os desdobramentos no tempo e no espaço nas situações sociais, concluímos que elas não são naturais.

O movimento feminista não é o único local privilegiado da explicitação das relações de poder contidas nas relações de gênero que perpassam o social, não é o único canal desta explicitação. Os movimentos sociais e associações como os CM's têm sido também locais de emergência de práticas de resistência a desigualdades contidas nas relações de gênero. A importância não só numérica, mas também em termos de liderança, pode não só transformar essas mulheres necessariamente em feministas, mas faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformada. Podem apontar-se, de acordo com Pinto (1992), situações diversas que derivam desta inserção: a mulher, deixando de atuar apenas nos limites do privado, provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; em relação a seu companheiro, passa a questionar sua própria condição de mulher e rompe com sua posição de invisibilidade pública.

Esse rompimento não é feito, a maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é sempre acompanhada de resistência à participação por parte dos pais, dos maridos e até mesmo dos filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade. Esse é um aspecto essencial para esse estudo, sendo incorporado à problemática da participação e cidadania das mulheres, especialmente, no que se refere ao processo associativo desenvolvido nos CM's de Campina Grande.

As mulheres que participam de organizações comunitárias, a exemplo dos CM's, movimentos sociais e outras instâncias públicas, desenvolvem a *cidadania nova*, segundo Manzini-Covre (1997), em oposição à cidadania do *status quo e ativa*. A primeira, centrada na ação e num contexto de sujeitos atuantes que criam uma identidade para se protegerem na disputa do espaço de cidadania com os dominantes; a segunda, passiva, consumista, centrada no consumismo e receptora passiva do que o Estado oferece. A concepção de cidadania delineada tem seu foco no “sentir” onde “o sujeito não existe em si, é um sujeito em constituição”, onde a identidade não é uma categoria fixa, mas está constantemente se (re)compondo num contínuo exercício de direitos, deveres, alteridade. Nesse sentido, a participação se mostra “um instrumento para alcançar o profundo de si mesmo e buscar ali o poder, a coragem para vestir o novo e, nisso, perceber que há tantos caminhos á trilhar” (MANZINI-COVRE, 1997, p. 112).

Numa certa perspectiva teórica, para entender as lutas feministas e as lutas contemporâneas, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau avaliam que a compreensão dessas lutas se dá através da noção de formações discursivas que constroem diferentes posições de sujeito, constituindo uma pluralidade; argumentam que, para as feministas comprometidas com uma política democrática radical, a desconstrução das identidades essenciais teria que ser vista como condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais,

em que se teria que aplicar os princípios de liberdade e igualdade. Um indivíduo isolado pode ser portador de uma multiplicidade: ser dominante em uma relação e estar subordinado em outra. Pode-se, então, conceber o agente social como uma entidade constituída por um conjunto de “posições de sujeito”, que não podem estar nunca totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças, uma entidade constituída por uma diversidade de discursos entre os quais não tem que haver necessariamente relação, mas um movimento constante de superdeterminação e deslocamento. Nesse sentido Mouffe afirma que:

A identidade de tal sujeito múltiplo é contraditória, é, portanto, sempre contingente e precária, fixada temporariamente na interseção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. É, portanto, impossível falar do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada, homogênea. Em lugar disso, temos que nos aproximar dele como uma pluralidade que depende de diversas posições de sujeito, através dos quais é constituído dentro de diferentes formações discursivas. (MOUFFE, 1992, p. 33).

Em *Hegemony and Socialist Strategy*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe colocam as conseqüências dessa interpretação teórica para um projeto de democracia plural e radical. Estabelecem uma cadeia de equivalências entre as diferentes lutas democráticas, para criar uma articulação equivalente entre as reivindicações das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos homossexuais e outros. Nessa perspectiva, se afastam de outras visões não essencialistas, nas quais a dispersão das posições de sujeito se transforma em uma separação efetiva, como nos textos de Lyotard e, até certo ponto, de Foucault. Para Laclau e Mouffe, o aspecto da articulação é discursivo. O vínculo estabelecido por uma relação contingente não predeterminada entre várias posições é o que designam como “articulação”. Para Mouffe, descartada a existência de uma essência comum, seu status deve ser concebido em termos do que Wittgenstein designa como “semelhanças familiares”, e sua unidade deve ser vista como o resultado de uma fixação parcial de identidades mediante a criação de pontos nodais. Nessa

perspectiva, é descartada a idéia de identidades essenciais que estão sendo sempre questionadas.

Derrida cunhou o termo *différence* para identificar uma espécie de diferente da diferença. Para esse autor, o que constitui uma diferença importante é uma determinação cambiante; um fato diferenciador não é simplesmente um elemento arbitrário e passivo, um sistema de signo, mas também uma variante ativa, sensível, do contexto. Vejamos o conceito derridiano de *différence*.

A *différence* é uma estrutura e um movimento não mais concebidos na base da oposição presença/ausência. A *différance* é o jogo do espaçamento por meio do qual os elementos são relacionados entre si. Esse espaçamento é simultaneamente ativo e passivo feito da produção e de intervalos sem os quais os termos ‘plenos’ não significariam, não funcionariam. (DERRIDA apud SILVA, 1993, p. 182)

A concepção derridiana de *différence* constitui uma rejeição do formalismo e uma afirmação do caráter dinâmico de toda significação. Derrida insiste que as relações que unem os espaços que distinguem os elementos culturais estão, elas próprias, em interação constante.

As teorias feministas não apenas propuseram que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fossem considerados dinamicamente como efeito das determinações culturais, e inseridas em um campo de complexas relações, sexuais, sociais e étnicas.

Em se considerando os estudos da mulher, esta não poderia ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, mas construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais pelas práticas e pelos discursos/saberes instituintes. A categoria de gênero encontra um terreno favorável, que já desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão do movimento constitutivo das diferenças, proporcionando múltiplos significados.

3.4 A Teoria Pós-Colonial e a crítica feminista

A condição pós-moderna tem estimulado as abordagens pós-coloniais do fim do século XX. Nessa perspectiva, problematizar limites, expansões, territorialidade, identidade, o coletivo, o gênero, em busca da definição cultural, mostra-se como a saída contemporânea aos esgotados sistemas de dominação introjetados na História contadas pelo colonizador.

O pós-colonialismo reflete acerca da reconfiguração das formas iniciais de dominação explicitadas, agora obscurecidas pela cumplicidade com o capitalismo global. A crítica pós-colonial trabalha em direção a um processo de enunciação do colonialismo oculto, disfarçado, dissimulado e encoberto entre noções que permitem não só a dominação dos sistemas de produção de um país sobre outro, mas também de artificiais políticas públicas sobre a vida privada dos indivíduos e sobre os valores comunitários. O pós-colonialismo elege o cotidiano como evidência e a cognição como forma de liberação, problematizando as relações de dominação para levá-las ao patamar de entendimento.

Uma perspectiva de cultura democrática de compreensão do sujeito social, diferentemente da dicotomia entre as categoria de “classe” ou “gênero”, se apresenta como proposta teórica aberta a uma diversidade de situações, como orientação sexual, raça, gênero e outras, a teoria do pós-colonialismo. Assim, a partir de suas considerações acerca do conceito de hibridismo, Bhabha propõe:

O local da cultura como o entre-lugar deslizante, marginal e estranho que por resultar do confronto de dois ou mais sistemas culturais que dialogam de modo agnóstico, é capaz de desestabilizar essencialismos e de estabelecer uma mediação entre a teoria crítica e prática política (BHABHA, 2001, p.108).

O crítico indobritânico Homi Bhabha é um dos mais influentes autores da corrente intelectual que, em meados dos anos 80, ficou conhecido como pós-colonialista. O autor

define um certo debate cultural no qual os pensadores originários dos países da periferia se propõem a uma crítica radical dos termos culturais herdados do sistema colonial.

A perspectiva pós-colonial coloca as questões de raça e diferença cultural acima da sexualidade e do gênero, determinando ainda as alianças de classes e do socialismo democrático. A cultura, como sobrevivência, resulta da proposta crítica pós-colonial como enunciação pós-moderna que visando uma nova leitura contextual indica uma prática desconfortável, perturbadora e suplementar.

O enfoque sobre a época do pós ocorre diante da virada do século e de uma cultura voltada para o imediatismo, onde decadência e mudança andam juntas e trazem novas identidades não mais restritas às categorias conceituais e organizacionais básicas de classe ou gênero, surgindo como nova consciência a raça, a geração, o local institucional, localidade geopolítica e a orientação sexual. Esse afastamento inova no campo teórico e altera a conduta política por focalizar as diferenças culturais como sendo subjetividades singulares ou coletivas, portadoras de novos signos e de novos postos de atuação e compreensão social. Sendo assim:

O além não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado... Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas neste fim de além: um movimento exploratório incessante que o termo francês *au-delà* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, [...] para lá e para cá, para frente e para trás. (BHABHA, 2001, p. 19).

A leitura contextual proposta resulta da sobreposição e do deslocamento dos domínios das diferenças nas experiências intersubjetivas, nos interesses comunitários e no valor cultural, sendo negociados apenas entre-lugares. Sua base de sustentação são as recentes e constantes crises sociais geradas pelas diferenças culturais. Cada embate confirma a condição pós-moderna, enquanto histórias dissidentes (mulheres, colonizados, grupos minoritários e sexualidade policiada), que povoam a geografia do novo internacionalismo, cuja narrativa fala

da migração pós-colonial, da diáspora cultural de política, dos grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, do exílio e dos refugiados políticos e econômicos. Essa nova fronteira territorializa uma meia-passagem, onde as lacunas dos mega-relatos do Capitalismo são preenchidos por outras identificações imaginárias, para além da reprodução social.

Capítulo IV

*Os Clubes de Mães
em Campina Grande*

CAPÍTULO IV - OS CLUBES DE MÃES EM CAMPINA GRANDE



Foto 1: Clube de Mães Anita Cabral – Tambor;
1º CM's. Fundado em 1963



Foto 2: Clube de Mães Mª de L. de Aguiar
Loureiro – Severino Cabral;
Fundado em 1983

4.1 Histórico: Origem e evolução dos Clubes de Mães

Na perspectiva de construir um recorte teórico do fenômeno de estruturação de processos de sociabilidade e associacionismo, a partir da trajetória de fundação dos CM's, pretendemos compreender como as mulheres constroem vínculos sociais através da interação (processo de mediação entre o indivíduo e a sociedade), na organização comunitária. Segundo Simmel (1983), a associação surge com base em impulsos ou em função de certos propósitos, possibilitando a cooperação entre as participantes e delas com a comunidade.

A proposta de uma compreensão ampliada do fenômeno social CM's exige recuperar elementos temporais e estabelecer relações entre passado e presente. Nesse sentido, buscamos situar sua história e trajetória no contexto histórico e social de nossa sociedade.

4.1.1 Os Clubes de Mães e o Movimento Comunitário no Contexto Histórico Brasileiro

Na formação dos CM's, observamos a ocorrência de fatores que estão sempre presentes na história de organização das mulheres dos setores populares urbanos: uma maior disposição para a participação em projetos e ações comunitárias e o fato de que, no Brasil e em parte dos países da América Latina, as mulheres foram organizadas por outros. No Brasil, especificamente, quatro instituições contribuíram para a formação dos grupos e Clubes de Mães e mulheres: “a Igreja Católica, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o movimento de saúde e as prefeituras municipais” (VIEZZER, 1989). O contexto histórico em que ocorre o surgimento dos CM's no Brasil corresponde ao final dos anos 50. Em referência à fundação dessas organizações em São Paulo, Sader (1988), afirma:

Seja pelos seus testemunhos, seja por outros registros, ficamos sabendo da existência de clubes de mães e formas similares de organização de donas de casa desde, pelo menos o findar dos anos 50, patrocinada às vezes pela prefeitura, às vezes por associações benevolentes, ligadas à Igreja ou entidades como o Lions Club. Nessas associações, algumas mulheres previamente capacitadas, ensinavam outras pobres e necessitadas, a bordar, a costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde. (SADER, 1988, p. 200)

Na década de 60, foram desenvolvidas lutas da população por diversos municípios e estados brasileiros, visando buscar soluções para problemas sociais, políticos e econômicos. As organizações comunitárias, como as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's), as Associações de Moradores e outros, são responsáveis pelo surgimento do movimento comunitário em nível local e nacional, que se deu em consequência da profunda desigualdade sócio-econômica, da injusta distribuição de renda, concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários e pecuaristas sob proteção do capital estrangeiro, tendo como

conseqüência a expulsão dos camponeses de suas terras, acelerando o êxodo rural, que fomenta verdadeiros anéis de miséria na periferia das grandes e médias cidades brasileiras.



Foto 3: Encontro SAB's com prefeito - 1964

Nesse período, configura-se no Brasil uma tradição de política autoritária, inclusive com o fechamento das instituições políticas e civis. O predomínio de um modelo de dominação oligárquico patrimonialista e burocrático resulta na formação de um Estado, um sistema político e uma cultura, caracterizada pela marginalização política e social das classes populares. Nessa conjuntura adversa, segundo Santos (2002), a sua integração através do populismo e do clientelismo; a restrição da esfera pública e sua privatização pelas elites patrimonialista; a artificialidade do jogo democrático e a ideologia liberal configuram uma predominância do Estado sobre a sociedade civil que traz obstáculos à construção da cidadania, democracia e a participação popular.

Diante dessa conjuntura, emergiram inúmeros movimentos sociais contestatórios e reivindicatórios, entre esses, as primeiras formas de organização do movimento comunitário: Sociedades de Amigos de Bairros (SAB's), associação de moradores, clubes de mães e outros. Em Campina Grande, registrando-se um processo de organização da população em locais

onde o agravamento das condições de vida e densidade populacional era crescente, como nos bairros de José Pinheiro, Santa Rosa, Liberdade e Monte Castelo. Essas mobilizações ocorreram com o apoio de professores da Faculdade de Serviço Social. Os Clubes de Mães, na grande maioria, surgiram articulados às SAB's, com objetivo de buscar solução para os problemas de seus bairros junto aos poderes públicos, bem como desenvolver ações de assistência junto à população mais carente. Depoimentos de alunas do Curso de Serviço Social, na época, confirmam a participação na organização do movimento comunitário desse município, tendo elas a possibilidade de contar com campos de estágio curricular:

O movimento comunitário em Campina Grande, desde as SAB's aos CM's, tem o curso de Serviço Social como responsável pela sua estrutura, como orientador, incentivador, então o curso foi o responsável pela organização dos movimentos populares de Campina Grande, mas naquela época levávamos as alunas para trabalhar lá dentro com o povo, para a organização da comunidade com todo o empenho e carinho, mesmo a revelia do poder dominante tentando nos tirar de lá, mas não saímos, permanecemos com as alunas, e continuamos com essa luta. Eu acho que o objetivo principal era ter o campo de trabalho para as alunas. Irmã Ângela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora, e era muito ligada aos movimentos sociais, então ela colocava as alunas nos bairros para fazer o levantamento para os clubes e a partir dali vieram os CM's e também a Sociedade de Amigos de Bairro. Não só dos CM's como também, dos trabalhos nas comunidades, as SAB's foram também resultado do trabalho das estagiárias do curso de Serviço Social. (Inf. 02, Assistente Social fundadora dos primeiros clubes).

Eram promovidos cursos, não só profissionalizantes, corte-costura, por exemplo, mas também levamos pessoas que elas queriam que fossem convidadas para fazer palestras educativas. Lá mesmo onde eu estagiei em Bodocongó, cada quarta-feira antes de começar a reunião havia alguma pessoa para falar sobre um assunto geralmente escolhido por elas, após essa palestra a gente ia discutir as questões do grupo, do CM, e elas tinham realmente um trabalho integrado dentro da comunidade.

Veja bem, elas levavam para o CM as reivindicações da própria comunidade, então era um trabalho que, tanto tinha essa questão de capacitação com os cursos, corte-costura, bordado, tricô, como, tinha a questão educativa, fornecendo conhecimento e o que era mais importante é que elas estavam diante das reivindicações da comunidade. (Inf. 01, Assistente Social fundadora dos primeiros clubes).

Então, por exemplo, lá na Vila Cabral, onde estagiei havia o sério problema da falta d'água, as pessoas iam buscar água em uma torneira distante que chamavam de "o chafariz. Em relação a isso, havia a reivindicação do saneamento naquela área, que era uma reivindicação da comunidade, mas também do CM, e aí todos se uniam, e no final queriam a mesma coisa. Tinha realmente um caráter político grande, digamos assim, a discussão sobre que estratégia seria usada para conseguir sensibilizar o Poder Público para pôr água naquele local, então juntava todo mundo da Vila Cabral, aquele mundo de gente e iam fazer uma passeata até a prefeitura. Naquele momento o Poder Público ainda não tinha transformado os grupos organizados de Campina Grande em reduto eleitoral, isso só ocorreu mais adiante. (Inf. 02, Assistente Social fundadora dos primeiros clubes).

Nessa época, a Faculdade de Serviço Social aparece como responsável pela iniciativa de organização da população da periferia da cidade, iniciada com a criação de uma comissão de amigos de bairro que depois se transformaria na primeira Sociedade de Amigos de Bairro - SAB, em 1962, no bairro José Pinheiro. Nesse período, cresceu consideravelmente a organização dos moradores nos bairros através das SAB's e CM's, sendo as estagiárias de Serviço Social, as responsáveis por tal crescimento. Ainda nesse período e numa perspectiva política crítica, surgem os Círculos Populares de Cultura, por iniciativa dos(as) militantes da Ação Popular (inclusive com a participação de algumas alunas de Serviço Social), devido à ação e reflexões políticas, seus monitores e militantes sofreram perseguição dos militares. Por outro lado, as entidades comunitárias continuavam desenvolvendo suas atividades de forma assistencialista e clientelista, articuladas ao poder público local. Nesse sentido, Brito (1989, p. 43) afirma: “Nota-se que não se acredita na capacidade mobilizadora do povo do bairro, como forma de conseguir as suas reivindicações e são atendidas como um favor que o prefeito faz à comunidade e não como uma conquista de um direito coletivo”.

Nesse novo contexto, iniciou-se uma crescente desmobilização do “movimento de bairros”. Diferentes aspectos foram arrolados para uma explicação dessa desmobilização, entre outros, a cooptação de lideranças através do clientelismo; auto-marginalização de portavozes do movimento do processo político, decorrente de uma visão autonomista, o que teria

dividido o movimento entre “autênticos” e “não autênticos”; o conflito entre uma matriz discursiva de base comunitária cristã e uma abordagem sócio-política e a saída de cena da Igreja.

Por outro lado, ocorre uma movimentação dos setores organizados politicamente; sindicatos, a nível da Universidade, Diretório Central de Estudantes, Centro Acadêmico e religiosos da ala progressista da Igreja Católica com a Juventude Católica. Na área rural, sobressai-se o movimento das Ligas Camponesas. Nesse sentido, os depoimentos a seguir são significativos:

E aí conseguiu vincular a necessidade da Escola a da própria população, agora veja bem, a gente aqui na Paraíba, em Campina Grande, a gente tinha o exemplo da Liga Camponesa, também tinha a questão da organização sindical Campina não era uma cidade totalmente despolitizada. Então, esse sentimento de mudança, eu acho que viram na gente enquanto alunos de Serviço Social aquelas moças que vinham para mudar, eu sentia isso. Acontece que tinham várias pessoas que eram alunas de Serviço Social e eram da JUC, então veja bem, a JUC que naquele momento era a linha de frente, a linha crítica da Igreja e logicamente, assim davam direcionamento para o nosso trabalho, porque a JUC funcionava como um partido. Só que diziam assim: Aquelas ali são comunistas. - eu lembro demais de pessoas dizendo assim, - Ave, é tudo parecendo comunista. Então veja que, a JUC, dessa forma influenciava também nesse movimento, porque o trabalho era desenvolvido nessa linha. Nesse momento que a gente estava, nos CM's, nas SAB's, a direção que existia era muito forte, era o seguinte: a gente não deixar que os políticos usassem aqueles órgãos como um local de política, no máximo um político aparecia por lá, e como o clube não tinha partido podia ir também qualquer outro, não havia interferência partidária. (Inf. 01, Assistente Social fundadora dos primeiros clubes).

Era um movimento organizado, direcionado para as questões populares, sociais, é tanto que a gente era visto realmente como um grupo de esquerda. Tinham algumas pessoas que não comungavam do mesmo pensamento. A política que fazíamos era colocando no diretório de estudantes somente as pessoas da nossa linha de pensamento. A gente tinha uma assessoria muito grande por parte da Igreja, por exemplo, o padre. Nóbrega, como a gente fazia parte da Juventude Universitária Católica (JUC). A gente levava para a Escola essa orientação que a gente recebia nessa linha transformadora e progressista. (Inf. 02, Assistente Social fundadora dos primeiros clubes).

4.1.2 Surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande

Neste contexto surgem os Clubes de Mães, em 1963, por iniciativa da Faculdade de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste – URNE, atual Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através do Estágio Supervisionado, disciplina necessária à formação profissional. Por meio da atuação de estagiárias nos bairros da cidade, ocorre um processo de organização de comunidades e formação de grupos, entre esses, os Clubes de Mães, com o objetivo de motivar as mulheres a participarem da vida comunitária. Dessa maneira, se dá a expansão dos Clubes a partir da mobilização das mulheres e das ações missionárias da Igreja Católica, que atuavam na evangelização e promoção humana, enfocando as vantagens da vida em grupo e o dever de todos ajudarem seus semelhantes. As orientações aos clubes dizem respeito a aspectos de assistência, solidariedade e reforço aos papéis definidos para as mulheres em conformidade com as relações familiares patriarcais.



Foto 4: Encontro dos Clube de Mães 29/08/1966

A partir da sua trajetória, podemos questionar se ocorreram mudanças significativas nessa prática desenvolvida nos Clubes de Mães até á atualidade. O relato da informante

reforça que o surgimento dos CM's e SAB's não se deu de forma espontânea, mas com a participação de agentes externos.

Os CM's foram criados pela Escola de Serviço Social de Campina Grande. Ela foi não somente responsável por isso, mas também pela fundação das Sociedades de Amigos de Bairros, as SAB's. Então, elas foram incentivadas pela Escola, que inclusive ofereceu às alunas, como nós naquele momento, estágio e fomos organizando e ampliando. a gente começava assim: Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. A gente tinha que estagiar nos três processos. Era o grupo o CM's e o que era tido como comunidade era a Sociedade de Amigos de Bairro, era tanto que no segundo ano a gente fazia estágio em caso, mas era o caso na comunidade, então, a gente trabalhava um caso isolado de um indivíduo, ou da comunidade, ou do CM, enfim.(Inf. 01).

Os primeiros CM's surgiram em bairros da malha urbana, principalmente em áreas de concentração de famílias de baixa renda; foram os seguintes: o clube de mães Anita Cabral, situado na localidade denominada Tambor, fundado em 1963; o Clube de Mães Iza Leal, situado no bairro Santa Rosa, fundado em 1964; o Clube de Mães Maria Arruda da Silva, no bairro José Pinheiro, fundado em 1965; o Clube de Mães Alice Ramos Tejo, no bairro do Centenário, fundado em 1967. Nessa década, foram criados 15 (quinze) CM's. Os relatos corroboram a idéia de que a fundação dos clubes teve a participação de agentes externos tanto do Curso de Serviço Social quanto da Igreja Católica, e a motivação para tal fundação foi a assistência a pessoas carentes. Portanto, a justificativa central apresentada diz respeito à solidariedade, como podemos constatar nas falas a seguir:

Juntou o pessoal da Igreja e a gente viu que o bairro era muito carente, as mães viviam muitas sem ter o que fazer, foi em 1967, o clube foi fundado pela Igreja.. Nós que falamos com o padre, a intenção foi nossa quando sugerimos a fazer assim, aliás, nos primeiros dias a gente se reunia na igreja mesmo, aí depois fizeram essa SAB, aí tinha dia que o padre cedia um espaçozinho. Então nos cederam esse espaço para a gente construir o nosso CM, para a gente trabalhar, porque a igreja é apertadinha e não cabia as pessoas lá dentro, porque foi aumentando o número de mães, de moças que queriam fazer um curso, que queriam aprender alguma coisa, sabe!? Fundamos o clube com o objetivo de ocupar essas criaturas, de elas terem alguma coisa para fazer, e até mesmo ajudar na renda familiar, também com

o objetivo de esclarecer, o povo que era muito mal-tratado, as pessoas eram carentes e para aprendizagem no curso para ajudar na renda familiar, aí quando foi no dia 14 de Maio de 1967, nós fundamos, aí nós inauguramos. (Inf. 22).

As fundadoras e algumas outras pessoas se interessaram em registrar o início. Quando começaram a participar do CM's, Era visitando os doentes chegou até a tirar bicho das pessoas pobres, tão pobre era o bairro, tão carente era o povo, que o trabalho era desse tipo, visitando as pessoas, dando ajuda, foi um trabalho muito bonito e muito penoso, bonito demais. (Inf. 18).

Eu fazia o segundo ano do curso, de Serviço Social. Fui fazer um trabalho junto ao CM. Eu lembro que fomos, havia bastantes mães, era um povo bem participativo. (Inf. 01).

Desde seu surgimento, podemos identificar, a partir dos registros existentes, a conotação dada aos CM's enquanto espaço de sociabilidade. Os clubes iniciaram suas atividades “com as mulheres [...] desenvolvendo a sociabilidade, despertando para a responsabilidade como esposa e mãe, procurando atingir uma melhoria de sua vida que se estendia por toda família” (LEAL, 1966, p. 69). Temos um segundo registro do já citado “Diagnóstico do Movimento Comunitário de Campina Grande”, que esboça uma concepção sobre Clubes de Mães.

O Clube de mães é considerado uma entidade de caráter social/educativo sem fins lucrativo formado por senhoras de um mesmo bairro, que procuram trabalhar conjuntamente, visando desenvolver-se individual e coletivamente, numa tentativa de contribuir para a melhoria das condições de seu bairro, e, conseqüentemente, da população. (PRADO, 1988, p. 15)

O surgimento dos CM's em meio à conjuntura politicamente adversa pode ser compreendido pelo fato de que foram criados com o objetivo de repassar informações sobre organização familiar, higiene e trabalhos manuais. Desse modo, configuravam uma forma de organização direcionada à orientação de mulheres para atuação no âmbito da família referente

às atribuições de dona de casa e agregadora das relações familiares. Isso, sob orientação e coordenação da Faculdade de Serviço Social, instituição dirigida por religiosa da Ordem Vicentina da Igreja Católica, o que, aparentemente, não traria riscos à ordem estabelecida. Vejamos um registro da orientação às mulheres em um CM.



Foto 5: Orientação de estagiárias ao Clube de Mães 1967

Sobre os motivos de fundação dos clubes e a aprendizagem das mulheres, uma das informantes esclarece:

A finalidade dessa formação também era para que as mulheres tivessem mais condições de orientar os filhos. Isso porque a gente sabe que as condições não existiam pelo próprio meio em que viviam. Até hoje entram nos CM's as pessoas de renda baixa, as pessoas que têm um certo status não vão, vai somente para prestar um serviço. Então tem essa particularidade, de saber orientar, transmitir e de que as mulheres aprendam alguma coisa que possa auxiliar como renda familiar. (Inf. 03).

4.1.3 A Criação da Coordenação dos Clubes de Mães

Com a rápida expansão dos Clubes de Mães no município, tornou-se premente a estruturação de um órgão que pudesse coordenar suas atividades, visando atender à necessidade de orientação coletiva e articulação entre os clubes. Para atender essa

necessidade, surgiu, em 12/06/1969, a Coordenação de Clubes de Mães, constituindo-se numa sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com caráter educativo, social, assistencial, beneficente e reivindicativo.

A coordenação dos Clubes era realizada pela diretora da Faculdade de Serviço Social, Ângela Beleza (freira da Ordem Vicentina). As reuniões aconteciam mensalmente ou extraordinariamente, objetivando avaliar e dar continuidade aos trabalhos realizados pelos Clubes. O relato a seguir demonstra o papel desempenhado pela diretora do Curso de Serviço Social, como coordenadora dos CM's, para dar conta dessa atribuição, até desencadear o processo de formação de uma organização.

Entrei na Escola no ano de sessenta e cinco, então eu acho que eles foram criados principalmente nessa fase entre sessenta e três, sessenta e quatro, mas acontece o seguinte, eles foram sendo criados e aquilo serviu para despertar outras comunidades para terem a sua organização. Eu também analiso da seguinte forma: com a criação para trazer exatamente campos de estágio pela Escola, essa experiência foi deixando um saldo positivo na organização da cidade, de tal forma que, foram surgindo os outros. A própria Escola como o número de alunos crescendo, também ia ter alunos para colocar nessas experiências, que sempre foram acompanhadas pelas estagiárias e pelo Curso de Serviço Social. Era uma atividade que sempre tinha a supervisão, tanto que irmã Ângela convocava reunião com todos os CM's e aí discutia as atividades desenvolvidas, as dificuldades que tinham, e também os encaminhamentos. (Inf. 01)

A coordenadora realizou, juntamente com as participantes dos clubes existentes, círculos de estudos e palestras objetivando desencadear o processo de fundação de uma entidade formal com as atribuições até então desempenhadas pela referida coordenadora. Eleita a direção da entidade, procedeu-se à elaboração de normas para seu funcionamento baseadas no estatuto da União Campinense de Equipes Sociais (UCES), fundada em 1964, organização que congrega as entidades comunitárias de Campina Grande, à qual a Coordenação dos CM's é filiada.

Na época, a Coordenação incentivava os Clubes a desenvolverem trabalhos de artesanato e a divulgarem a Campanha da Fraternidade para a comunidade, além de treinar as novas diretorias dos Clubes (elaboração de atas, ofícios, preparação do processo eleitoral etc.). Essa última configura-se como atividade desenvolvida desde o início da coordenação até a atualidade. Podemos constatar que, desde seu início, a atuação da Coordenação se dá no sentido de possibilitar uma unidade de ação aos Clubes de Mães, e também contribuir no aspecto organizacional.

Os Clubes de Mães passaram a ter uma história comum e a serem integrantes de um mesmo movimento com a criação da Coordenação dos Clubes de Mães. Essa entidade adotou a prática de realizar avaliações, relatórios e discussões que passaram a ser uma referência para todos os Clubes. A partir daí poderiam avaliar o conjunto das atividades realizadas pelos Clubes, promovendo ou não a continuidade das mesmas. Esse papel articulador da coordenação, de aglutinar os clubes e orientar seu funcionamento, garante uma maior visibilidade dessas organizações, bem como sistematiza suas atividades e favorece certa unidade de trabalho. Portanto, buscamos compreender como se dá essa relação.

A Coordenação dos CM's segue estatuto e regimento interno e é mantida financeiramente com a mensalidade dos CM's, no valor de dois reais, e subvenção da Prefeitura Municipal¹. A direção é formada por presidentes dos clubes, escolhidas através de processo eleitoral para cumprir um mandato de quatro anos. A instância máxima de deliberação é a Assembléia Geral, realizada ordinariamente na primeira segunda-feira de cada mês em sua sede, cedida através de comodato pelo Prefeito, que também realizou reformas e construções de algumas sedes de CM's e atua no sentido de aglutinar os referidos clubes e procura mediar, sempre que possível, as relações entre os clubes e os poderes constituídos em

¹ Devido à mudança de prefeito, na última eleição, para ter continuidade, o repasse de verbas deverá ser aprovado pela Câmara Municipal.

nível local, estadual e federal. Sobre sua trajetória, a informante, que participa da coordenação desde sua fundação, relata:

Mudou muita coisa. Destaco também o fato de que nós não tínhamos e agora temos aqui a Coordenação, essa sede própria. Antigamente, como lhe falei, não tínhamos nada, era uma salinha para a gente se reunir, fazer palestras, havia cursos também, mas a gente não tinha o desenvolvimento igual ao que temos hoje, pois tudo cresceu. Tudo mudou, aumentamos tudo [...] as mães já têm mais conhecimento, já temos muitas mães que possuem uma renda a partir dos cursos desenvolvidos aqui na Coordenação e nos clubes, elas já participam de seminários, de congressos, enfim, muita coisa desse tipo melhorou, a participação das mulheres é crescente. Também há muita coisa aqui mesmo da sede da Coordenação que foram conseguidas a partir de recursos daqui mesmo. (Inf. 19, sócia do CM há 38 anos).

A Coordenação é reconhecida como entidade representativa dos CM's junto a vários conselhos de direitos como os seguintes: Conselho do Idoso, Conselho Anti-drogas, Conselho de Saúde, Conselho de transporte coletivo urbano, etc., e é órgão articulador, coordenador e representante do coletivo junto aos poderes constituídos da sociedade.

Esse reconhecimento aparece de forma explícita, à medida que para a fundação de um clube, as mulheres à frente da mobilização procuram a presidente da entidade no sentido de obter esclarecimentos acerca dos requisitos a serem seguidos. O processo de fundação se inicia com uma visita da coordenadora ao local em que será criado o clube e, em reunião, ela faz uma explanação geral sobre o significado do trabalho de um clube, repassa as informações sobre as fases a serem seguidas, tais como: reunião com a coordenadora; reunião entre elas para escolha do nome do clube, local para funcionamento (poderá ser provisoriamente na residência da presidente ou associada), formação de chapa de direção, eleição e outros assuntos cabíveis à formação. A coordenadora verifica o número de mulheres presentes tanto na primeira, quanto na segunda visita, uma vez que o CM somente poderá funcionar com um mínimo de quarenta sócias. A Coordenação conta, desde o início de sua fundação, com a

assessoria técnica de duas Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

4.1.4 Os CM's em tempos de conquista de direitos

A partir da década de 1970, os Clubes de Mães começaram a receber assessoria técnica de assistentes sociais da Secretaria de Bem-Estar Social do Município de Campina Grande (SETRABES), momento em que o poder municipal implanta seu primeiro programa de desenvolvimento de comunidade, objetivando uma política de integração do movimento comunitário. Esse órgão mantém assessoria aos referidos clubes através da Coordenação dos CM's.

Seguindo uma tendência nacional, o movimento comunitário de Campina Grande atua como movimento de contestação e luta, tanto no campo político quanto no setor da economia na conquista de igualdade e liberdade. Sobre o desenvolvimento desse movimento, trazemos o relato dos pesquisadores/técnicos da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do município (SETRABES), esboçado no “Diagnóstico do Movimento Comunitário de Campina Grande” (1998):

O Movimento Comunitário de Campina Grande, após superar no final da década de 70 a mera prática assistencialista e de reivindicações desordenadas, passou a refletir um novo momento com o surgimento do processo de democratização da sociedade brasileira. Observa-se no período de 79 a 84 um sensível crescimento de entidades, marcadamente de SAB's e Clubes de Mães. Esse avanço teve reflexo importante nas demais entidades na medida em que as proposições foram se uniformizando [...] como a luta contra a carestia em 1980, tornando possível a união de segmentos sociais em torno de questões comuns. (BRITO, 1998).

O fim da ditadura militar e o início da reabertura política abriram nova perspectiva de análise do problema urbano, sob a ótica da comunidade. Ocorre uma crescente participação

comunitária na sociedade brasileira através das Associações de Moradores, comunidades Eclesiais de Base (CEB's), grupos de bairro incluindo Clube de Mães. Essas entidades se constituem verdadeiras receptoras das reivindicações e demandas da população na esfera local, responsáveis por encaminhá-las à administração municipal. A participação da população através dessas organizações, dos movimentos sociais, movimento sindical e outros, puderam fortalecer o tecido social brasileiro, como também a organização da sociedade como grande alicerce do regime democrático.

No processo de abertura política, do final da década de 1970, essas distintas forças políticas articulam-se em torno do discurso da redemocratização e estão presentes nas associações e conselhos de moradores que “pipocam”, a partir do final daquela década. Esse conjunto adquire uma visibilidade sob a denominação de “movimento de bairros”, sugerindo uma identidade que eclipsou diferentes perspectivas presentes em seu todo.

Na década de 80, momento de efervescência de mobilização da sociedade brasileira pela conquista de direitos em sentido amplo, o movimento contra a carestia, organizado em nível nacional, realizou em 1981 a Marcha Contra a Carestia em Campina Grande, com a participação dos CM's. A Coordenação dos Clubes de Mães desenvolveu uma linha de ação junto aos Clubes direcionada às questões políticas locais e de gênero. Sob sua orientação representantes dos CM's participaram do I Encontro de Mulheres do Estado da Paraíba, realizado em Campina Grande, em 1984, evento promovido pela Federação Estadual de Mulheres sob orientação de partidos de esquerda. Em seguida, realizam o Congresso de Mulheres em nível nacional, em São Paulo. Ainda nesse período, os Clubes seguiram a perspectiva dos movimentos sociais atuantes na época, em defesa da ampliação da concepção de cidadania e das conquistas de liberdades democráticas, incluindo as reivindicações dos índios, negros, mulheres e homossexuais, no âmbito das relações sociais. Os CM's participaram juntamente com entidades do movimento sindical, pastorais, partidos políticos e

parte do movimento comunitário. Havia a participação das sócias dos CM's em eventos e discussões sobre a mulher, como demonstram os seguintes relatos:

Através do CM eu já fui até para São Paulo. Teve uma época em que houve o Congresso para as mulheres e veio duas passagens para cada Clube de Campina Grande, nessa época havia cerca de trinta clubes em Campina Grande, e as duas passagens que vieram para cá só eu que foi do nosso Clube. Foi um ônibus de Campina Grande e dois de João Pessoa, mas João Pessoa não tinha CM's, não sei se tem hoje, Campina Grande é pioneira de organização de CM's. (Inf. 11).

A discussão que se tinha era da mulher ser reconhecida não apenas como uma mera doméstica, a gente discutia o valor da mulher enquanto trabalhadora, mão-de-obra, mas a discussão de gênero, feminista não existia. (Inf. 01).

A década de 90 caracterizou-se como momento de consolidação dos direitos garantidos na constituição de 1988, corolário da luta desenvolvida pela sociedade civil organizada. Nesse contexto, os Clubes desenvolvem uma participação no sentido de conquista de cidadania, isto é, atuam juntamente com os movimentos em nível nacional em defesa das conquistas por liberdade, democracia e consolidação de direitos. Participaram da implantação e gestão dos Conselhos Municipais de Direitos Sociais; como Conselho de Assistência Social, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho de Transportes Urbanos e Conselho da Mulher, passando a ser membros efetivos dos mesmos.

Neste contexto, os Clubes de Mães adquiriram uma nova característica de uma organização que proporcionava o funcionamento interno dos mesmos, novas situações, bem como a definição de novos objetivos: lutar por direitos, valorizar a condição da mulher através da participação em atividades coletivas, organizar ações reivindicatórias junto aos poderes públicos, visando melhorias para a comunidade, tais como: escola, creche, posto de saúde, etc.

4.2 Os Clubes de Mães, sujeito coletivo, na atualidade

Compõem a cena social e política do município de Campina Grande, enquanto integrantes do movimento comunitário, 80 (oitenta) clubes, sendo 59 (cinquenta e nove) na zona urbana com 3.494 sócias. Consideramos, para este estudo, a quantidade de clubes existentes no período de um ano (2006), uma vez que existe continuamente um processo de fundação de clubes².

As mulheres são motivadas a se organizarem nos espaços sociais dos Clubes de Mães por diversas razões. Os clubes são espaços de sociabilidade e de participação, onde podem desenvolver atividades ocupacionais e exercerem a capacidade de serem solidárias. Representam a extensão do mundo feminino, reproduzem e são uma extensão das relações de vizinhanças, correspondendo a uma alternativa à rotina opressiva. Estabelecem o vínculo social, que é a efetivação do dom e do exercício da democracia primária, podendo expandir-se para a esfera secundária.

Esse sujeito coletivo emergiu no tecido urbano com mães, donas de casa, moradoras. De início, o objetivo dos CM's era que essas mulheres pudessem se reunir para conversar e desenvolver atividades ocupacionais e as mais carentes financeiramente receber assistência. Posteriormente, participaram de ações pela conquista de direitos para seus filhos, suas famílias, seus vizinhos, fortalecendo o vínculo social. Assim, lutavam pela conquista de equipamentos coletivos como creche, escola, posto policial, posto de saúde; por uma melhor qualidade de vida e nas demandas por saneamento básico; moradia e etc. Outro aspecto importante diz respeito à importância dos Clubes enquanto espaço de sociabilidade primária, cooperação e fortalecimento do vínculo social, como também espaço de re-significação das

² Na relação de clubes filiados à coordenação dos CM's, a quantidade de clubes varia consideravelmente a cada ano, uma vez que ocorre um processo permanente tanto de criação de clubes quanto de desfiliação por não cumprirem os critérios definidos pela coordenação para seu funcionamento. Consta no quadro de clubes filiados à coordenação dois (02) clubes de outros dois (02) municípios, os quais não consideramos para este estudo.

relações de gênero, à medida que a participação nos Clubes possibilita a aprendizagem da valorização e redefinição do papel da mulher na sociedade. Sobre a trajetória dos CM's, vejamos esse depoimento:

Então fazendo uma retrospectiva do início dessa organização, você vê no dia-a-dia as mudanças que vão acontecendo, os objetivos pelos quais os grupos realmente foram criados, se eles ainda existem hoje, qual a diferença. A gente diz que realmente foi um movimento bastante significativo, que deu uma contribuição muito grande às mulheres, no sentido de reconhecer que o seu papel não era apenas de ser uma mera doméstica, e que só podia caminhar nesse percurso, muitas outras questões do momento foram sendo incluídas nele. Então veja só, a questão que eu vejo agora, é que a consciência política caiu um bocado, porque muitos que vivem em uma situação carente vêm nos políticos uma saída para que tenham alguma melhora, tanto do ponto de vista da comunidade como individual, sabe-se que hoje a questão individual pesa muito mais. Imagina só, eu que entrei na escola em sessenta e cinco, o ano passado completou quarenta anos, de lá para cá o mundo já mudou demais, naquele momento fazia tão pouco tempo que tínhamos saído da Segunda Guerra Mundial, a gente dizia que era a "batucada do desenvolvimento", você veja as voltas que o capitalismo já deu até hoje, e nós somos fruto de tudo isso. (Inf. 01)

Os Clubes de Mães são espaços de mobilização popular, onde as mulheres podem participar efetivamente para a conquista de direitos. Essas mobilizações se dão de forma gradativa e possibilitam que cada mulher busque assumir uma postura contrária à vivenciada até então nas relações familiares, principalmente relativas ao patrimonialismo vigente na organização em família.

A partir da participação em algumas organizações e, em particular, nos CM's, ocorre um crescimento da auto-estima e estima social das mulheres que passam a se sentirem valorizadas, defender sua dignidade, intervir na cena pública e adquirir novos valores de cooperação e solidariedade, numa conquista de direitos e exercício da cidadania. Na concepção de Dallari (1998), a cidadania: “Expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem

cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social". (DALLARI, 1998, p. 14).

Existem aqueles Clubes que não possuem um caráter de luta, pois assumem uma postura assistencialista e clientelista, numa demonstração de contra-dádiva. Isso porque ocorre uma postura equivocada por parte de algumas presidentes de clubes que utilizam o poder de direção no sentido de troca de “benefícios” para si ou familiares, por apoio nas campanhas eleitorais, cedendo às investidas de cooptação de políticos (vereadores, deputados, governadores, através de seus assessores, funcionários ou familiares). Segundo uma das sócias “É muita gente, é muito voto, e aquelas mulheres também representam o voto que suas famílias vão dar" (Inf. 01).

Guardadas as particularidades de cada Clube, não podemos generalizar e classificar de forma homogênea esse sujeito coletivo. Existem clubes que rejeitam qualquer tipo de clientelismo ou assistencialismo e, mesmo lidando com as dificuldades para seu funcionamento, não se rendem à barganha e trocas de favores. Existe também heterogeneidade nas atividades, na condução do funcionamento, no tipo de liderança.

A SEMAS, através da “Gerência da Mulher”, criada para articular as políticas públicas para a mulher no município e buscar parcerias com as entidades da sociedade especialmente com os CM’s, atua na assessoria à Coordenação dos CM’s e aos próprios Clubes com palestras, oficinas temáticas e os projetos “Digna” e “Trabalho de Participação Comunitária”. Segundo a gerência, há dificuldade de atendimento aos clubes individualmente, devido à quantidade de CM’s existentes e às atribuições a serem cumpridas pela equipe de profissionais do órgão. A gerência trabalha articulada ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres, procurando atender à demanda advinda desse trabalho com mulheres das diversas faixas etárias, encaminhando projetos à Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher. Contudo, a gerência, por motivos de limitações institucionais, não consegue cumprir com seus

objetivos. O público a ser atendido, as mulheres, vêm denegados direitos básicos como o acesso à informação e políticas públicas no âmbito da distribuição, igualdade de oportunidade e reconhecimento social. Contudo, existem críticas à ausência de assessoria por parte da Gerência da Mulher da SEMAS, como relata a informante:

Só tem uma crítica que eu vou fazer, é a Gerência da Mulher, porque a Gerência da Mulher era para dar palestras nos CM's, e não dá, não faz esse trabalho. Eu desafio alguém dizer que a GM faz qualquer palestra em qualquer CM's, não faz. Era para fazer palestras com as mulheres, mostrar a necessidade de participar dos CM's, mas não existe esse trabalho voltado para os CM's, A reunião e palestra tinha que ser dentro da própria comunidade, com as mulheres. (Inf. 17, liderança).

4.3 Estrutura e Dinâmica de Funcionamento dos Clubes de Mães

É na comunidade, onde se dá a gênese da democracia (DEWEY, 1979), onde se efetiva o vínculo social como resultado da circulação coletiva de prestações de dádiva e contraprestações, que envolvem todos os membros da comunidade, mesmo que em níveis diferenciados (MARTINS, 2005). Nas comunidades, as experiências coletivas constituem espaços privilegiados de existência de uma prática de democracia direta (MATOS, 2006), nas comunidades de base, nas relações de vizinhança na luta cotidiana, através dos núcleos comunitários, espaços de interações sociais em que se constroem essas práticas democráticas.

Os CM's, organizações comunitárias, são regulamentados por estatuto e regimento interno que propõem uma atuação em defesa dos direitos das associadas enquanto moradoras e mulheres. A estrutura de funcionamento apresenta-se frágil, uma vez que a maioria dos clubes conta com um espaço físico pequeno. A metade dos clubes tem sede própria e reivindica dos poderes públicos, municipal e estadual, sua expansão no sentido de implementação e ampliação das atividades. Nessa direção, as falas a seguir são representativas:

Bem, eu queria falar também que a gente tem essa sede que já está pequena para nós sabe, porque nós temos um terreno muito grande aqui por trás, então a gente tem muita vontade de abrir mais aqui, mas não temos condições não é?! Já houve uma reunião com o presidente da SAB, ele falou para nos juntarmos e construir, aí eu disse para a gente enfrentar com fé em Deus, fazer bingo, ir pedir para quem tem e ajeitar para a gente fazer não é?! Então a gente resolveu isso aí, fazer um galpão aí atrás. (Inf. 08).

A gente aqui tem um espaço pequeno, e a gente tem muito a oferecer para as mães, então o sonho da minha vida seria um espaço grande. (Inf. 17)

As associadas são sujeitos do processo desencadeado pelos clubes no âmbito da luta por reconhecimento e estima social e, de forma ampliada, a luta por melhores condições de vida dos moradores dos bairros. Buscam a articulação com os demais movimentos e organizações da sociedade. Aceitam a Coordenação dos Clubes de Mães (regido por estatuto) como órgão articulador, coordenador e representante do coletivo junto aos poderes constituídos da sociedade.

O Estatuto que rege os Clubes de Mães os define como: sociedades de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, regido pelo estatuto e regimento interno (modelo único para os clubes de mães). Nele, estão regulamentados sua finalidade, objetivos e funcionamento, como podemos verificar:

- a) Prazo de duração (tempo indeterminado);
- b) Área de atuação: abrange o bairro onde está situado;
- c) Funcionamento integrado às SAB's e aos demais grupos da comunidade preservando sua autonomia;
- d) Quanto à finalidade, o referido estatuto define vários objetivos, dentre os quais destacamos:
- e) Contribuir para melhoria das condições de vida da comunidade;

- f) Servir de instrumento de luta em defesa da comunidade, contra toda e qualquer forma de exploração política, econômica e social;
- g) Tratar da questão específica da mulher, com a formação de uma comissão que apresentará sugestões baseadas em instrumentos legais, a fim de garantir sua dignidade e igualdade social;
- h) Trabalhar em comum acordo com as orientações emanadas da Coordenação dos Clubes de Mães;
- i) Intercambiar com instituições.

4.3.1 Atividades atualmente desenvolvidas nos CM's

4.3.1.1 Reunião: Momento de Sociabilidade, Reconhecimento e Dádiva

A reunião configura momento de sociabilidade, interação, espaço lúdico de socialização de singular importância. Sobressai a descontração, o reencontro esperado para a troca de experiências, a reza, a dança, a poesia, o canto afloram; o espírito criança, o desabafo em segredo ou para todas, a conversa ao “pé da orelha”, o dar-se sem pedir nada em troca, reforçam os vínculos sociais de amizade e respeito mútuo.

Tenho prazer em fazer a reunião no quarto domingo do mês quando aqui está cheio, elas todas vêm e me sinto muito bem em elas estarem todas aqui e eu conversar com todas, parabenizar a todas. (Inf. 08, liderança).

Nas reuniões são proferidas palestras tratando de diferentes temas que versam sobre: os cuidados para uma saúde satisfatória, violência em geral e especificamente contra a mulher, direitos sociais, políticas públicas e etc.

A reunião configura atividade comum a todos os clubes. No aspecto organizacional, os CM's, apresentam uma estrutura dotada de institucionalidade, encontros regulares com pauta pré-definida, uma diretoria eleita democraticamente, exercendo o mandato por dois anos, composta por presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretárias e tesoureira (com as respectivas suplentes).

A instância máxima de deliberação é a assembléia realizada na sede dos clubes, em sua grande maioria, mensalmente, no domingo à tarde, podendo ser uma ou duas vezes ao mês e em outro dia da semana, dependendo da definição de cada clube.



Foto 6: Reunião clube de mães - 2007

A freqüência das participantes varia muito, notando-se uma presença massiva em dia de festa. Segundo o estatuto, a sócia poderá faltar a apenas uma reunião no mês e justificar a ausência em outras, sob pena de ser desligada do clube.

Seguem uma dinâmica de funcionamento desde seu surgimento: na abertura, é feita uma oração; a leitura da ata da reunião anterior para apreciação e aprovação ou não da Assembléia; em seguida, a exposição da pauta, sendo franqueada a palavra para retificação

e/ou sugestões de novos tópicos. A pauta geralmente traz informações e questões relacionadas ao funcionamento do clube, atividades a serem implementadas, balanço de atividades concluídas, solicitações de sugestões para novas.

Vários são os assuntos ventilados, que vão desde problemas das sócias, problemas da comunidade, como falta de infra-estrutura básica do bairro (saneamento, calçamento), coleta de lixo e equipamentos de uso coletivo como transporte urbano, creche, escola até a programação de festas de datas comemorativas imprescindíveis: dia das mães, Dia das crianças, semana da mulher, Natal/Ano Novo, entre outras.



Foto 7: Apresentação do coral do clube de mães em comemoração ao dia das mães – maio de 2007

Podemos identificar nos CM's, antes e durante as reuniões, a sociabilidade como forma lúdica de associação na concepção de Simmel (1983), nas animadas conversas, com narrativa de história da vida privada de cada uma, com piadas de domínio popular. Também ocorrem desabafos de sentimentos de angústias, ansiedades, contratempos e conflitos nas relações familiares do dia-a-dia.

Identificamos a circulação da Dádiva, entre as sócias, nas trocas simbólicas e materiais, através da troca de presentes e de experiências que vão desde a receita de bolo,

sugestões de receitas caseiras para curar doenças, a maneira de enfrentar problemas objetivos como a privação de bens materiais, alimentos e problemas de infra-estrutura do bairro: ruas sem calçamento, sem esgotamento sanitário dificultando o deslocamento na comunidade. As questões subjetivas também têm seu lugar com as reclamações de carências afetivas. Há um processo de dar-receber-retribuir espontâneo que é simultaneamente obrigação e liberdade, consolidando vínculos sociais.

Durante as reuniões, sobressaem algumas associadas mais participativas, enquanto outras são apenas ouvintes, fato que suscita o questionamento sobre as causas dessa falta de participação numa organização comunitária, onde há uma simetria nas relações entre as sócias, ocorrendo esse tipo de limitação, tanto em clubes mais antigos quanto nos criados recentemente. Destaca-se uma parcela de associadas com representação nas instâncias de deliberação, como o Orçamento Participativo os Conselhos de Políticas Públicas (Conselho de Idosos ; Assistência Social ; Transportes Coletivos Públicos; etc.). Em sua maioria, são as presidentes ou pessoas da diretoria dos clubes que têm uma maior participação. Isso demonstra a existência de um “grupo” de líderes participantes e uma base passiva, dificultando um avanço na formação de sujeitos sociais autônomos.



Foto 8: Reunião - Palestra sobre a lei Maria da Penha para o Grupo de idosos – CM's – 2006

Apesar da pouca estrutura, alguns clubes desenvolvem atividades durante a semana inteira. A reunião constitui-se atividade essencial para o funcionamento do clube, pois a partir dela se decidem as atividades a serem implementadas.

E, para não dizer que a interação se refere apenas às relações prazerosas e descontraídas, ocorrem também momentos em que são marcadas posições contrárias, aparecem as divergências, com relação a assuntos tratados durante as reuniões; mas, na maioria das vezes, estas são resolvidas a partir de discussões, em que é garantida a livre expressão; parcela das participantes se manifesta a favor ou contrária, outra se mantém na postura de observadora. Em relação ao assunto em pauta, há respeito mútuo.

Os CM's trabalham conjuntamente em seus espaços com os "Grupos de Idosos," organizados a partir das sócias dos clubes (em sua maioria compostos por mulheres da terceira idade). Alguns grupos têm participantes do sexo masculino. Esses grupos contam com a assessoria da SEMAS através da Gerência do Idoso com o Programa Conviver, Centro de Convivência do Idosos e Grupos de Convivência de Idosos, que disponibilizam profissionais da área social para o acompanhamento e desenvolvimento de atividades junto aos referidos grupos:

CM é uma entidade de mães, a gente não escolhe a idade, bem que a gente queria que houvesse também mães jovens [...] mas a gente entende, quando vê que é mais da terceira idade, avó. Essas mães que tem uma idade de 40 anos só saem de mês em mês para vir à uma reunião e se sente bem em estar aqui conversando e dá para aliviar algumas dificuldades de casa, a gente vê elas à vontade, vindo. (Inf. 13).

Porque a gente tem um grupo da terceira idade, e faz oito anos que eu trabalho com esse grupo. Aí vem uma assistente social [profissional da SEMAS] para a reunião do grupo da terceira idade, faz a reunião junto

conosco. Aí depois é que a gente marca uma outra reunião com as mulheres, é separado, a terceira idade e as mais novas. (Inf. 17).

As atividades são desenvolvidas de forma autônoma e diversificadas em cada clube. Contudo, ocorrem algumas atividades similares como: a realização de campanhas de arrecadação de roupas e/ou gêneros alimentícios para serem doados à sócia ou famílias da comunidade que estejam passando por momento de dificuldade, numa demonstração de solidariedade.

Os passeios a lugares escolhidos pelas sócias são uma maneira alternativa de saírem da rotina, se divertirem e obterem conhecimentos quando visitam lugares históricos.

Celebram as festividades referentes às datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia da Criança, semana do idoso, semana da mulher, Natal e Ano Novo. Em algumas dessas festas são servidos lanches e distribuídos brindes às sócias (comprados com a arrecadação das mensalidades e às vezes aparecem doações). A SEMAS realiza anualmente, em especial, a comemoração do Dia das Mães.



Foto 9: Festa do dia das mães promovida pela SEMAS para os CM's – Maio de 2007

4.3.1.2 *Aprendizagem, Profissionalização e Geração de Renda*

A atividade central nos CM's são os cursos, sempre bastante procurados, acarretando uma demanda permanente. Essa demanda se justifica no sentido de que os cursos de qualificação profissional oferecidos às sócias e às pessoas da comunidade possibilitam a geração de trabalho e renda.



Foto 10: Produtos do curso de pintura em tecido – CM's Anita Cabral - 2006

Além de ser uma terapia ocupacional para as mulheres, o aprendizado nos cursos serve para economia doméstica, uma vez que se produzem objetos, roupa, que seriam comprados para utilização em casa e a família. Assim, contribui fortemente para o sentimento de autoconfiança e auto-estima, como também, para uma melhor condição de vida dessas mulheres e suas famílias. Desde a fundação, os cursos são importantes para a existência dos clubes, o que originou na época um programa do governo municipal: o Centro de aprendizagem da Jovem. Vejamos o que diz essa informante:

Eu lembro que quando eu ocupava o cargo de secretária, os CM's solicitavam demais professores para ensinar cursos lá, corte-costura, pintura, daí que foi nasceu a idéia do prefeito, criar aquele centro da jovem, ali no Parque do Povo, foi justamente porque todos os clubes pediam cursos, e não

havia condição de atender a todos, então pensou-se em centralizar e foi aí que surgiu aquele centro .(Inf. 04).

A SEMAS oferece cursos através da Casa da Família da Ramadinha, aqui para a gente, curso como material de limpeza, coisas assim, acho que também ajudam muitos outros clubes. (Inf. 16).

A parece um curso, e naquele curso a gente conhece melhor as pessoas, às vezes a gente pensa, “Ah, fulana é tão estranha”, quando a gente conhece aquela pessoa vê que não é como a gente pensava[a antipatia torna-se simpatia]. (Inf. 16).

A SEMAS oferece cursos para adolescentes, porque aqui a gente também tem um grupo para adolescentes, com vinte e cinco adolescentes. Antes esses adolescentes estudavam um expediente e depois ficavam na rua brincando, dando trabalho aos pais, e hoje é ocupado um expediente com os cursos oferecidos, como o de informática, de garçom, então a SEMAS ajuda muito. (Inf. 16)

Os cursos oferecidos são: cabeleireira, artesanato, manicure, macramê, computação, entre outros. Esses cursos são patrocinados pelo poder público municipal, através da SEMAS e Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE). Pelo órgão estadual Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CENDAC), ligado à Secretaria de Ação Social (sob a presidência da primeira dama do Estado), através do Programa “De Mãos Dadas com a Mulher”. Para o funcionamento dos mesmos, são fornecidos os instrumentos, equipamentos e materiais necessários à execução, e os monitores responsáveis por ministrar os cursos. Esses cursos são importantes para as sócias como ocupação, profissionalização e geração de renda, como demonstram os relatos a seguir:

O clube é um espaço também aonde as mães vêm, aprendem trabalhos manuais, as coisas que elas gostam de fazer, que às vezes nem contribuem de uma forma muito significativa na renda familiar, mas contribui a partir do momento que a gente faz as coisas para nossa casa a gente não compra, ou não manda ninguém fazer, e tem aquela satisfação pessoal de desenvolver

sua arte, porque todo mundo tem um potencial de arte dentro de si, e as mães de casa são sempre muito ocupadas, por viverem em outro patamar da sociedade, não têm oportunidades, e elas então não desenvolvem o seu potencial artístico, então a partir de que elas estão no CM e vem o curso de cabeleireira, o curso de manicure, vagonite, arte-culinária, então tem a oportunidade de uma forma bem simples que elas não têm, e outro fato é para elas saírem de casa. Há algumas mães que têm oportunidade, mas há mães que estudaram pouco, casaram, tiveram filhos e não têm espaço, às vezes vão à igreja, vêem as amigas por lá, mas não têm um “aquele” espaço, é o CM’s. (Inf. 09).

Em alguns CM’s existem iniciativas de trabalhos cooperativos das próprias sócias, objetivando a geração de renda. É o caso de um clube que, com o apoio de instituições externas para o financiamento, como a pastoral da saúde, produzem multi-mistura. Também existe a farmácia comunitária, produzindo remédios caseiros, à base de plantas medicinais, apoiada pelo projeto de medicina alternativa do Nordeste com sede em Olinda-PE. Nesse sentido, vejamos os seguintes depoimentos:

O Programa Mulheres em Ação são vinte mulheres pobres que fazem alimentação alternativa, vende e o dinheiro é delas, isso é muito bom, não é? (Inf. 13).

Uma farmacinha que a gente tem ali, não foi criada diretamente pelo CM. Foi uma pessoa do clube que começou a perguntar se a gente não queria... Mulher, foi uma coisa espontânea, não foi algo que veio alguém preparar projeto e esse projeto foi aprovado e começou. Foi com 20 pessoas, mas já está diminuindo, mesmo assim a gente vai levando, está devagarzinho porque ainda falta muita coisa para poder comercializar e aí para a gente não ficar com um grupo só, ficou escolhendo as pessoas perguntando quem quer. Aí entrou o CM, Pastoral e algumas pessoas. (Inf. 13).

Podemos constatar que existem dificuldades para o funcionamento de alguns clubes no tocante a recursos financeiros para implementação das atividades, como em relação a uma maior participação das mulheres da comunidade. Vejamos os relatos a seguir:

Nós criamos o projeto “Seja Bem-Vindo”, inclusive somente este ano nós atendemos duzentos e quarenta e oito gestantes carentes, agora o que é que a gente faz? A gente faz rifa, feira de roupa usada, tudo isso para manter, infelizmente não temos recursos de fora, tudo é feito por nós aqui. Inclusive eu já levei o projeto para a Câmara Municipal para ver se criavam um projeto-lei para a gente ter recursos, mas infelizmente não tivemos condições, “ninguém ligou para ninguém”, agora quando é no tempo de eleição vem todo mundo aqui atrás, aí a gente diz não. (Inf. 22).

Mas a gente entende que o clube é muito devagar, mas a gente nem ignora muito quando vê que é mais de terceira idade, avó. As mães hoje em dia só querem é festa, mas eu desejava mesmo que a gente fizesse uma campanha para que as mães viessem a ter uma atividade. O clube é uma entidade que tem força, mas é que precisa ter a consciência que não é feito apenas dessas reuniões, tem que haver outras atividades, uma preparação para as mães novas, acho que é necessária, por que... Não digo que não vale a pena, vale muito à pena o clube. (Inf.13).

Referente às atividades desenvolvidas pelos CM's, destacamos o Projeto “Digna”. Consta em seu documento a proposta que “esse projeto surge com o propósito de atuar em face dos altos níveis de analfabetismo pleno e funcional e despreparo profissional das mulheres associadas aos Clubes de Mães de Campina Grande [...], devolvendo a estas mulheres a auto-estima e a consciência crítica para o exercício da cidadania”. (SEMAS, 2007). O projeto busca potencializar as habilidades existentes em cada comunidade, o empreendedorismo para geração de renda, a cooperação, e auto-gestão. Além de possibilitar a aprendizagem, contribui na iniciação à formação das mulheres nas discussões e questões de gênero.

Muitas das mulheres que fazem os cursos, quando terminam, vão ganhar dinheiro com aquilo que aprenderam. Ultimamente, houve também a questão da própria alfabetização, com o Projeto DIGNA, porque ainda há muita gente que não sabe nem ao menos assinar o próprio nome, então vem para aprender até a ler e assinar o nome. (Inf. 03).

O Projeto DIGNA está fazendo com que a mulher deixe de ficar só da pia para o fogão e venha para cá aprender, porque tinha mulher que era

analfabeta de pai, mãe e parteira, e já hoje a maioria das mulheres tem sua identidade e a maioria chora quando nós levamos para tirar a identidade, porque agora sabem escrever o próprio nome. Eu mesma sou um exemplo vivo, parei de estudar tinha feito vinte e três anos, voltei, fui alfabetizada e já estou na oitava série. (Inf. 16).

O Projeto Digna fez a mulher criar mais expectativa de vida, porque muitas dependem do dinheiro do marido para fazer tudo, a maioria hoje aprendeu uma profissão, costura, macramê, hoje a gente está com jogo de cintura As bolsas de macramê que as meninas produzem elas vendem, as costuras quando são feitas também são vendidas, tem uma que faz boné que é da Casa da Ciranda, mas ela é do CM também é vendido, a gente também aprendeu a fazer bijuterias, é uma fonte de renda.(Inf. 16).

Esse projeto envolve em sua execução, em nível de administração municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a Secretária Municipal de Educação (SEDUC) e a Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), numa perspectiva interinstitucional. Implantado em 2003, o “Digna” é desenvolvido através de aulas, palestras educativas, dinâmicas de grupo e capacitação profissional em oficinas de artesanato, corte costura e outras atividades profissionais e oferece uma bolsa mensal no valor de 30,00 (trinta reais) a cada participação. O projeto desenvolve-se em três momentos: as aulas de alfabetização, os cursos profissionalizantes e a formação para o empreendedorismo, principalmente na concessão de crédito para implementação de atividade de geração de trabalho e renda (o empréstimo dos recursos financeiros é repassado pela AMDE).

O “Digna”, no âmbito das políticas públicas, demonstra que é possível atender às necessidades da população, nesse caso específico, às mulheres, a partir do local de moradia e articular os órgãos públicos em sua execução, principalmente ao executar projetos de interesse das pessoas em suas comunidades, garantindo o direito à capacitação profissional e fortalecendo a organização da entidade comunitária em sua base.



Foto 11: Projeto Digna

A partir da denominação do projeto “Digna” e consubstanciado no seu desenvolvimento para uma condição de “dignidade”, que ocorre com a garantia de direitos, essa consciência do próprio valor é caracterizada por Mead (apud HONNETH, 2003, p. 137) como “auto-respeito”, que se refere a uma atitude positiva para consigo mesmo, na qual o sujeito, ao ser reconhecido, pode estar seguro do valor social de sua identidade. O projeto está relacionado ao reconhecimento de que determinados valores individuais são importantes para uma comunidade social, existindo, nesse contexto, relações solidárias.

Do ponto de vista da esfera pública, enquanto atores sociais, os CM’s promovem o intercâmbio contínuo com outras organizações da sociedade e os Poderes Públicos e, através das atividades anteriormente elencadas, mantêm ativa a vida associativa local. Os Poderes Públicos constituídos tanto em nível municipal quanto estadual, atendem a demandas oriundas dos CM’s. Contudo, existe uma disputa de dois grupos políticos locais pelo controle ou acesso aos clubes, no sentido de arregimentar lideranças e obter respaldo eleitoral do conjunto dos clubes, o que constitui um limite importante, pois submete os CM’s à tentação do clientelismo.

4.3.2 Origem dos recursos para desenvolvimento das atividades e manutenção dos Clubes de Mães

Os recursos financeiros são escassos para o desenvolvimento de atividades e manutenção dos clubes. Esses são mantidos com o pagamento de uma mensalidade no valor de 1,00 (um real) por cada sócia, o que os torna dependente de agentes financiadores externos, como pode constatar nos depoimentos a seguir:

Aqui as sócias pagam a mensalidade de um real e assim vai se mantendo só com essa pequena taxa. Mas é um povo bem unido, compreensivo... No dia que alguém vem e diz que não pode pagar, a gente recebe da mesma maneira, com toda alegria, a gente não vai “fazer conta” por isso, a gente que ver as pessoas se sentirem bem no local, serem bem servidas e mesmo assim são bem animadas. (Inf. 09).

Um real, a gente sempre diz o seguinte: - Não é obrigado se associar no CM de jeito nenhum, você só vem se for de livre e espontânea vontade, até porque o trabalho é voluntário, agora, no momento em que você vem para o clube e preenche uma ficha de sócia, é obrigada a pagar a mensalidade para ter o direito, então você tem que participar. Não pode só pagar dinheiro, pois nós não queremos, apenas desejamos que pague a mensalidade e participe da vida do Clube, as festas, as reuniões, as discussões, contribuição apenas em dinheiro não interessa, interessa também a presença da pessoa. (Inf. 11).

O único apoio que nós obtemos aqui é da Coordenação, temos também a SEMAS todo ano dão um kit para o bolo de final de ano, mas donativos ainda não temos, mas creio em Jesus que a gente ainda vai chegar lá. Natal, Fim de ano, a gente sai nas lojas pedindo uma lembrancinha, fazemos trabalhos artesanais vendemos também. A mensalidade de cada sócia é um real, na ativa temos 98 sócias, mas dessas 30 estão em dia. (Inf. 13).

A prestação de assistência às sócias e pessoas da comunidade que passam por dificuldades é feita através de campanhas interna e/ou externamente, enquanto ato de solidariedade. Recebem doações esporadicamente por parte de “madrinhas” dos clubes, de políticos, do Governo do Estado e do Governo do Município via SEMAS, órgão que presta serviço de assessoria aos Clubes. Esse repassa anualmente um “kit” contendo material de

preparo de um bolo para a festa de final de ano em cada Clube. As dificuldades de manutenção dos Clubes os tornam vulneráveis em sua autonomia e acarretam dificuldades no sentido de legitimidade junto aos poderes constituídos e das associadas serem reconhecidas como sujeitos de direitos e de estima social.

Capítulo V

*A política do cotidiano:
os sujeitos expressam-se.*

CAPÍTULO V – A POLÍTICA DO COTIDIANO: OS SUJEITOS EXPRESSAM-SE.

Este capítulo apresenta a visão dos sujeitos, corroborando a argumentação desenvolvida através dos eixos temáticos anteriormente explicitados. Procedemos à análise do *corpus*, constituído a partir dos relatos das entrevistadas, de forma a expressar a idéia da dinâmica presente nesse processo e exemplificando a perspectiva de análise explicitada neste estudo.

5.1 Sociabilidade e interação no mundo da vida

A sociabilidade se constitui em uma experiência vivenciada no tempo e no espaço compartilhado com o “outro”. A noção de sociabilidade ora utilizada está intrinsecamente ligada à noção de interação que atenta para a necessária existência de reciprocidade no contato face a face em que a tomada de consciência de um parceiro em relação ao outro constitui um “nós”, em constante dinamicidade no mundo da vida.

A participação nos clubes e nas atividades do trabalho comunitário faz com que sejam compreendidos pelas sócias como espaços de aprendizagem; descobertas e conhecimento; lugar onde se sentem bem fazem amizades, perdem a timidez; trocam experiências; são valorizadas, estimuladas e esquecem os problemas de casa, uma espécie de terapia. Essa experiência se apresenta como uma ação no “mundo da vida” numa concepção de Schultz (WAGNER, 1979), para quem o mundo da vida é simplesmente toda a esfera das experiências cotidianas, direções e ações, o “mundo intersubjetivo”, das relações entre os sujeitos. Como podemos ver nos relatos³:

³ Todas nossas informantes (com exceção da informante 04) são sócias de um dos Clubes de Mães. Com exceção daquelas identificadas pelos números 12 e 25, que são apenas sócias, todas as demais também são lideranças

O CM é um vínculo de amizade que elas têm de desabafar, de conversar, de dar risada, de descontrair, então elas têm um número de responsabilidades tão grande que não saem. Eu me comprometi comigo mesmo de não me afastar mais do CM's. (Inf. 10, liderança).

Para mim o CM's é uma opção de segunda casa, desde que eu entrei. Às vezes a gente mora longe da família e aqui no CM's a gente conhece muita gente bacana; com certeza tem pessoas falsas como em todo canto, mas no CM's a maioria das pessoas são amigas. (Inf. 16)

A gente aqui é uma família, uma família que é um agente multiplicador da comunidade. (Inf. 17)

Às vezes, algumas mães vêm para cá com problemas, a gente aqui não sabe o que fazer. A gente chega em casa mal, porque é todo mundo um problema só, quer dizer, o problema é tão grande, que a gente se sente mal em não poder fazer quase nada, se sente tão pequeno, porque é muita gente, com muitos problemas. Problemas bem maiores que os nossos próprios, é um trabalho com o qual a gente sofre muito no íntimo. (Inf. 18).

O CM é tudo, eu trabalho por amor, eu gosto do trabalho comunitário demais, gosto muito, muito. Onde eu estou, o povo diz que sou a alegria daquele local, e eu me sinto muito feliz com isso. Onde eu estou eu não sei ficar calada porque todo mundo já me conhece como “a menina dos quinze anos” dos CM's, mas eu tenho setenta e cinco, com toda a alegria da minha vida. (Inf. 19).

Eu vim através de convite de amigas para conhecer o trabalho e também me engajar no trabalho comunitário de artesanato e me engajar como professora de artesanato. Fui me envolvendo nos trabalhos comunitários, e já faz vinte e cinco anos. (Inf. 11)

Geralmente elas vêm incentivadas por nós para ouvir alguma coisa, para conversar, para sair da ociosidade, para participar. (Inf. 18)

Vêm umas dali outras de lá, e vão se juntando, outras convidam e assim elas vêm e se associam. (Inf. 03).

5.1.1 Sociabilidade e laços sociais

A sociabilidade se daria a partir dos vínculos e laços afetivos que perpassam as relações interpessoais existentes nos grupos, independentemente dos conteúdos econômicos, religiosos ou outros, em razão do qual se formaram. O homem sociável só existe nessas relações sociáveis. Simmel (1983), então, formula o princípio da sociabilidade, dizendo que “cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais, compatíveis com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe” (SIMMEL, 2006, p. 66). Esses valores sociais (alegria, realce, vivacidade etc.) demonstram compatibilidade teórica com a perspectiva Maussiana da dádiva em seu tríplice movimento, dar – receber - retribuir. Podemos inferir que esse é um dos significados que as sócias dão ao CM's e motivo de participação. A partir da compreensão das sócias, identificamos os significados dados por elas aos clubes, demonstrados nos relatos:

Acho que é uma associação de mulheres, em que elas estão por interesse próprio, porque se interessam por aprender alguma coisa, ter algum lazer; elas se juntam conforme seus interesses. (Inf. 03)

É um espaço importante na Comunidade onde as mães se reúnem, as mães são coordenadoras de famílias, e o CM é uma organização muito simples. A gente tem organizações importantes como a Associação de Moradores, e outras organizações, mas não assim, dessa maneira simples como o CM's. Todas as mães, todas as mulheres, só pelo fato de morarem no bairro, serem mães. Até mesmo mulheres solteiras, que não se casaram, que não são mães, ainda assim são mulheres acolhidas no clube. (Inf. 09).

O clube é um órgão que ajuda bastante, faço parte já faz um bom tempo, me sinto feliz aqui, não bem realizada porque ainda falta muita coisa. É um

órgão no qual as pessoas devem confiar, que é forte não só para resolver problemas aqui dentro, mas em outras dificuldades. (Inf. 11).

CM's é uma entidade organizada sem fins lucrativos. É uma luta das mulheres da Comunidade para irem busca de benefício para sua família, para Comunidade. É geração de renda, tudo que for de bom para a família é o CM. É um meio de lutar para que todos esses empecilhos acabem. É justamente isso, é uma entidade organizada para elas, que buscam benefícios para si e sua família. (Inf. 15).

É um relacionamento bom entre as mães que participam, porque não adianta a gente ficar só em casa cuidando da casa, é muito bom o relacionamento com as outras pessoas porque a gente aprende muitas coisas. (Inf. 13)

Aconteceu comigo de uma perda grande há seis anos, mas elas me ajudaram demais, e sem as minhas amigas do CM's eu acho que eu estava doida. Então, o CM's é um espaço de ajuda mútua, porque você tem as meninas para conversar. (Inf. 15).

A gente tem que ter amor, a gente ver o nosso próximo, está precisando tanto de amor, a gente não sabe por que está naquela solidão, tão triste, e às vezes não procura a gente, então a gente vai ao encontro dela. A gente vai ser o primeiro, vai ao encontro dela e dá aquele amor, dá um sorriso, um abraço, dá uma palestra para essas pessoas, isso tudo é o que a gente deve fazer com um irmão, pode ser qualquer um. (Inf. 19, sócia há 38 anos do Clube).

O CM é uma entidade onde se discute o problema da mulher, os problemas que ela sente no dia-a-dia, em termos de transporte coletivo, que é ela que sempre caminha com os filhos para a escola, para o médico, então, elas têm problema de transporte para fazer uma feira, é um meio de lutar para que todos esses empecilhos acabem. (Inf. 15).

Quando você está mesmo com aquele intuito de participar de um grupo, de uma vida política, no CM tem aquele compromisso marcado. Você está em casa fazendo suas coisas, suas tarefas de casa, mas sabe que tem aquela hora que você vai parar e vai se reunir ali com aquelas pessoas, conversar sobre os problemas e também esclarecer que a gente, donas de casa, não é só para viver em uma casa fazendo comida, lavando roupa e arrumando casa, a gente tem que fazer coisas que façam também bem para a mente, a amizade, essas coisas. (Inf. 12)

O CM é uma entidade que tem um trabalho junto com as mulheres, eu acho até que não devia ser “Clube de Mães”, devia ser “Clube das Mulheres”, porque somente de mães? Acontece que em alguns CM’s só aceitam mulheres que são mães, aqui não é assim. (Inf. 17).

5.1.2 Sociabilidade e associação

A comunidade se não estiver unida, ela não cresce, então as mulheres juntas é que incentivam a gente mesmo a trabalhar, porque a gente não pode trabalhar só, tem que trabalhar em grupo. (Inf. 17).

É uma associação que a gente trabalha em conjunto. Uma entidade representativa é uma associação que quando você trabalha representando a comunidade torna-se uma associação. (Inf. 17).

Aqui a gente faz muitas amizades, conhece, dá o saber da gente e aprende o saber dos outros, aqui a gente fica um pouco mais tranqüila, é bom demais. Eu acho muito importante as reuniões porque a gente não tem tempo de ver uma a outra, e de quinze em quinze dias nas reuniões estamos nos encontrando. (Inf. 12)

O mais importante é esse contato, poder conversar, inclusive esses momentos de evangelização nessa associação. Você fica em casa de braços cruzados sem nada para fazer, e aqui você troca idéias, você conversa. Aí tem aquelas mães que são aposentadas, que não saem mais de casa acho que é o que mais motiva elas a vir é essa conversa entre elas mesmas. (Inf. 14)

5.1.3 O lúdico e a sociabilidade

O lúdico constitui um aspecto importante como fator de sociabilidade:

Todos os anos nós fazemos um passeio com todas as mulheres para a praia, vai mulher de toda idade, algumas que nem mesmo tinham visto a praia sequer uma vez na vida. (Inf. 03)

Tem tanta mulher que não sai de casa. Lá eu ligo o som e elas se divertem bastante, pelo menos elas riem, porque tinha delas que não riam, há muito tempo que não davam risadas. (Inf. 15)

O dia de reunião é um dia festivo para elas, têm umas três mães nessa situação, que a vida delas é esse CM's. Quando elas chegam, é a maior festa, porque elas não podem nem caminhar, a gente tem que buscar e deixar no carro. É importante a socialização delas, essa troca. Quando termina o lanche a gente conversa muito, aí elas se sentem à vontade, acho que é o que mais motiva elas a vir é essa conversa entre elas mesmas. (Inf. 14)

5.2 Solidariedade e dádiva, a criação de vínculos sociais

Para a compreensão dos CM's enquanto associações onde se desenvolvem relações recíprocas e o tríplice movimento de dar-receber-retribuir, buscamos o registro das sociabilidades primárias (família, comunidade), especialmente as relações intersubjetivas que se passam com os sujeitos sociais no caso ora estudado. A ênfase é dada à associação na comunidade, onde as relações sociais são mais importantes que os papéis funcionais que as pessoas desenvolvem socialmente e politicamente (direção do clube ou em outras instâncias). A perspectiva de análise se dá no sentido de compreender a prática associativa dos clubes nos seguintes aspectos:

- a) se ocorre uma prática de cooperação, solidariedade e fortalecimento dos vínculos sociais primários, na construção do reconhecimento social.
- b) se atuam no sentido da conquista de direitos dialogando com a política e o Estado ao mesmo tempo reforçando seu lugar na política do cotidiano.

Na compreensão de Caillé (2002b), a solidariedade, indispensável a toda ordem social, não pode emergir a não ser da subordinação dos interesses materiais a uma regra simbólica que os transcenda. Assim, a obrigação paradoxal da generosidade – esse antiutilitarismo prático – constitui o alicerce, a rocha, como diz Mauss (2003), de toda moral possível. Considera o autor que um paradigma antropológico e sociológico positivo deve repousar na

tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Dessa forma, parece que o Dom está imbricado, nas inter-relações, de modo a formar, como reflete Caillé (2002a), um pacto entre as pessoas, entre as diversas maneiras como se acham, respectivamente, submetidas para as exigências do afeto e do interesse, da obrigação e da espontaneidade.

O CM's é lugar de amizade, contribuir também com outras pessoas, ouvir problemas e partilhar os meus problemas também com outras amigas, outras pessoas. Há uma, experiência de solidariedade, é um trabalho que eu fico muito comovida, eu gosto muito do trabalho comunitário, de me doar. (Inf. 11).

Aconteceu comigo de uma perda grande há seis anos, mas elas me ajudaram demais, e sem as minha amigas do CM's eu acho que eu estava doida. Então, o CM's é um espaço de ajuda mútua. (Inf. 16).

Temos que pensar o seguinte: a gente não veio ao mundo só para viver entre quatro paredes, houve um tempo em que eu só via meus filhos, minha casa, não participava de nada e houve uma irmã [freira] que morava aqui no bairro, me chamou para participar da Pastoral, então eu fui. Então um dia eu disse, “ai meu Deus, eu sair para fazer visita nas casas, o sol quente e eu lá, não sei porque entrei nessa, meu Deus...” Então fiquei na consciência pensando: Deus nos manda para cá e a gente deve ter uma missão, alguma coisa. Foi tão gratificante, porque a gente aprende a viver, se a gente vê uma pessoa passando necessidade, isso nos dá uma preparação para a vida. Não adianta ficar entre quatro paredes e não ver as outras pessoas, a gente não sabe o que está se passando, nem sequer aprende a viver, não se prepara. Então foi muito bom vir para o CM's. (Inf. 13)

CM's é um lugar, um tipo de reabilitação, eu mesma só encontrei meu refúgio, minha reabilitação foi lá. Eu estava de um jeito que só Deus tinha misericórdia, eu não consigo fazer todas as coisas que eu fazia, mas a minha reabilitação foi quase cem por cento. (Inf. 15)

Estou muito satisfeita porque Deus me deu esse dom. Um dom para a gente trabalhar junto com a comunidade, representar a comunidade, procurar resolver os problemas, não ficar apenas aqui dentro dando palestra. A gente tem que procurar ajudar as pessoas que necessitam de ajuda, então estou satisfeita e enquanto a comunidade me quiser, eu estou aqui com as mulheres. (Inf. 17).

Tinha uma pessoa que estava passando necessidade, a gente se juntava, fazia uma feira e levava... casas caindo, inclusive aqui do lado do CM's existiam dois barracos e as pessoas moravam de maneira sub-humana, horrível, e o CM's conseguiu com que essas duas famílias fossem relocadas para uma moradia digna. (Inf. 25).

Para Caillé (2002), os três termos que o Sistema da Dádiva nos força a pensarmos juntos e na sua interdependência complexa são: o dom, o simbolismo e o político. Esses possuem, em comum o fato de se distinguirem das esferas das atividades regidas, em primeira instância, pelas coerções utilitaristas e funcionais. Corroborando essas considerações, Martins (2005), ressalta que o *paradigma da dádiva* impõe o princípio da pluralidade de lógicas instituintes da interação social. Aparece igualmente, como um sistema de práticas sociais ambivalentes que está sempre presente na experiência concreta de constituição dos vínculos sociais. Assim, caracterizamos como dádiva o comportamento solidário relatado pelas participantes dos CM's para quem a criação e/ou manutenção do vínculo social tem como retorno, o bem-estar produzido pelas ações, definido como mais importante que o resultado financeiro. A dádiva se encontra na prática desenvolvida pelas sócias quando buscam a obrigação, o interesse, a espontaneidade e o prazer de realizar ações solidárias. Assim, podemos ver a importância da dádiva, da solidariedade, nos relatos a seguir:

Claro que tem exceção, mas quando, por exemplo, uma delas está doente, elas se juntam e comentam de ir ajudar, porque Fulana está passando necessidade, vão visitar. A solidariedade delas, a socialização também é algo muito importante. Como em toda associação, mesmo a gente que tem uma classe social mais elevada que elas, quando a gente faz parte de uma associação cria nesse grupo de pessoas um elo de amizade, de solidariedade, de fraternidade, isso é comum em qualquer grupo a que você pertença, você cria laços, isso é natural e bom para o ser humano. (Inf. 03, liderança).

Porque é assim: Quando tem uma pessoa com uma dificuldade bem maior, a gente faz a campanha. Chega lá, a gente fala que tem uma pessoa necessitada, está precisando de uma feirinha, de um remédio, a gente vai fazer a campanha. Chega até lá com essa ajuda, é mais coisa assim. Já houve aqui uma família que a casa estava caindo, a gente foi lá, procurou a Secretária,

levantou a casinha dessa mãe. Se há alguém doente, o grupo vai lá visitar, então, é um engajamento que a gente em aqui em tudo. (Inf. 13).

Nós temos o sopão, ele é realizado por elas, elas tiram da própria casa o que já não tem muito, elas é que trazem o material do sopão, e elas fazem em um fogaréu de carvão de quinze em quinze dias, então uma solidariedade maior que essa não tem, quem não tem está dando para quem não tem, para pessoas mais carentes que elas. (Inf. 10).

De início elas vêm, trabalham na confecção dos enxovais do bebê, a gente dá lanche; elas estão amarelas, dou fubá, rapadura, biscoito. Certo dia quando eu estava trabalhando com elas, uma ficou no chão, aí eu disse, “Minha filha levante do chão, ficar no chão não presta”, ela falou, “Olha irmã, é que faz dois dias que eu não como”, foi aí que consegui um fogão inglês, consegui os caldeirão, um monte de mistura, com bastante verdura, no dia que a gente tinha condições a gente comprava uns pães. A gente não tinha tantas condições de estar fazendo um sopão, mas a gente fazia um sopão bem grosso para elas comerem, então elas comiam e ainda levavam para casa. Eu sei que dessa maneira a gente foi trabalhando. (Inf. 22).

Podemos constatar a circulação da Dádiva na ação solidária desenvolvida por voluntárias nos Clube de Mães.

É um trabalho voluntário, que a gente não tem remuneração, tem que ter muito amor à causa. (Inf. 17)

Nós chamamos palestrantes, chamamos psicólogos, por exemplo, porque nós temos aqui gestante de doze, treze e tivemos até de onze anos. O que nós fazemos: elas vêm, a gente faz o cadastro, encaminhamos para o pré-natal, no Pró-ama [atendimento à adolescentes do Hospital Universitário], e outras a gente já encaminha para os postos de saúde para fazer o pré-natal. Toda semana elas vêm aqui trabalhar com a gente, e a gente ensina elas a confeccionar o enxovalzinho do seu bebê. Eu chamo e de vez em quando vem a minha nora, que é médica pediatra, às vezes vem uma ginecologista, para orientar, porque aqui nós temos gente de toda idade, da criança ao velho, então há necessidade de uma orientação. (Inf. 22).

Fico muito feliz por ser presidente do clube, por trabalhar por elas, trabalho com muito amor, a todas, porque presidente de CM's não ganha nada, a

gente tem que trabalhar por amor mesmo, voluntariamente. É bom demais, ótimo, me sinto muito feliz. (Inf. 20.).



Fotos 12,13,14,15 – Momento de reflexão sobre a vida; as pessoas atendidas; a distribuição do sopão; os voluntários.

Na perspectiva da Dádiva, numa atitude de solidariedade alguns CM's desenvolvem ação social solidária de preparar e distribuir sopa às famílias carentes socialmente, moradoras da comunidade e áreas circunvizinhas. O Clube ora apresentado juntamente com um grupo de pessoas da ordem religiosa Vicentina, desenvolve voluntariamente essa atividade de preparação e distribuição do “sopão” na qual são cadastradas 63 (sessenta e três) famílias para receberem o alimento aos sábados à tarde há três anos; os gêneros alimentícios são doados

pela comunidade e por feirantes. Antes da distribuição, realizam uma reunião momento de leitura de uma passagem da Bíblia e de outros textos, no sentido de motivar a reflexão acerca de temas como auto-estima, solidariedade e outros. Podemos ver esses momentos nas fotos acima.

5.3 A construção da democracia

5.3.1 As oportunidades e a atuação das lideranças

Para compreender se existe um processo de construção de democracia na experiência associativa dos CM's, cujo desdobramento se daria na conquista de cidadania, partimos do pressuposto de que, na realização das práticas sociais desenvolvidas nesses espaços associativos, existem relações de cooperação. A partir do reconhecimento entre as associadas, pela sociedade e pelo Poder Público local, se fortalecem a auto-estima, e estima social.

A respeito da relação entre os CM's e ao Poder Público, podemos inferir que ocorre um reconhecimento mútuo à medida que os clubes, através de sua direção e em cumprimento das decisões da Assembléia, direcionam demandas aos órgãos executores de políticas públicas. As representantes das entidades participam em fóruns de discussões e deliberações dessas políticas através dos Conselhos de Direitos (Saúde, Educação, Assistência Social, Idosos, Transporte), Orçamento Participativo e instâncias organizativas consultivas e de deliberação como os Conselhos Comunitários. Dessa forma são reconhecidas como representantes legítimas pelo poder público.

Nesse sentido, as práticas desenvolvidas nos clubes e pelos clubes são uma dupla forma de reconhecimento em nível do ser individual e socialmente constituído na dinâmica de funcionamento dos clubes e nas relações deles com as instituições da sociedade. Nessa perspectiva, democracia e comunidade se fortalecem mutuamente. A democracia se

concretiza na vida associativa, como na comunidade, na família, em casa, no trabalho, etc. Portanto, a idéia de democracia apenas adquire sentido e eficácia verdadeira quando vinculada a uma comunidade real. E ela deixa de ser vinculada unicamente à política. A política passa a ser apenas um dos lugares, um dos momentos, uma das formas que assume a democracia.

A dinâmica interna do jogo democrático contribui para o reconhecimento das mulheres dentro dos clubes e no mundo externo. A participação social e comunitária de cunho reivindicativo envolvendo as pessoas da comunidade visa o atendimento de suas necessidades. Enquanto processo de participação, poderá se expandir para uma participação cidadã expressando-se em importantes fenômenos de mobilizações coletivas, na perspectiva da democracia participativa. Desde a fundação até agora, poderíamos dizer que os clubes cresceram não só em número, mas também em participação e na perspectiva da democracia nas decisões que são tomadas num processo de aprendizagem de democracia, e trabalho educativo, conforme os relatos:

Houve também um desenvolvimento na participação, nos congressos que nós temos, a gente vê as mães sempre indo até a frente falar, e a gente vê que aquilo já é alguma coisa que elas aprenderam dentro dos CM's. Sabem fazer e falar alguma coisa, tomar uma decisão. (Inf. 03).

Há a assembléia, reunião, então a gente coloca o assunto na pauta da reunião e discute, pelo menos isso é no nosso clube, ou a maioria aceita ou "nada feito". Se há um CM e você chega impondo ordens, querendo impor sua vontade, a diretoria, a própria presidente não vai para frente. (Inf. 03)

Política pública é comigo mesmo, apoio todas, se for para dar palestras sobre dengue, sobre febre amarela, sobre saúde da mulher, eu apoio, mas política partidária, não. (Inf. 15).

A gente pode dinamizar mais as reuniões e a organização, mas vai depender de cada diretoria. Inclusive tem CM's que a própria presidente quer fazer a coisa sozinha, acontece que com dois, três anos o CM's fecha. Tem uma

aqui vizinha que dá pena, ela quer fazer a coisa sozinha. Bota sempre a culpa que os outros não fazem, mas “deixa” que ela não se reúne com ninguém, aí não tem como funcionar, não atinge o objetivo. (Inf. 14).

Nos CM's a gente tem escolas, temos cursos profissionalizantes, e nós procuramos as mulheres para que elas se socializem mais e tenham conhecimento do que acontece nas comunidades do nosso país. (Inf. 17)

Porque desde jovem que eu gosto do movimento social, desde quando eu tenho quinze anos, eu achava bonitos aqueles movimentos que antigamente eram aquelas passeatas, aqueles movimentos, então desde jovem e continuo com meu trabalho nos movimentos, nas ações, e tem uma equipe que me ajuda, porque eu não posso fazer o trabalho só, tem as mulheres aqui que contribuem para o desenvolvimento da comunidade. (Inf. 17)

Tem as pessoas que não tiveram oportunidade de ir à escola, e então, hoje tem pessoas aqui que não sabiam nem assinar o nome e hoje já sabem ler. (Inf. 17)

Esse trabalho comunitário nós não podemos fazer só, tem que ser agregado. Nós trabalhamos com nosso estatuto, nossa autonomia, nossa autoridade, podemos trabalhar com todas as outras entidades, mas com nossa autonomia. Não somos subordinadas a nenhuma outra instituição. (Inf. 19).

Eu acho que é positivo o trabalho do CM's. Em todo trabalho a gente reconhece as falhas, e às vezes a gente só aponta o lado negativo, é um trabalho muito positivo, porque desperta as lideranças, porque a partir delas as pessoas se motivam. De qualquer maneira é um trabalho educativo (...) eu acho que a nossa sociedade seria mais pobre se não existissem as SAB's nem os CM's. (Inf. 18)

5.3.2 Políticas públicas e educação política

A gente esclarece sobre a política pública não dizendo, político “A” e “B”, mas a gente diz do dinheiro que é empregado na política pública, que é dos impostos que tem que ser utilizado em benefício de quem pagou. Se a gente tem um programa que não está funcionando, então vamos ver as causas da pessoa não estar sendo atendida. Então tem a questão da verba pública, a gente prepara elas para serem conselheiras, tem a política da saúde da

mulher, a saúde de um modo geral, é tanto que tem o conselho do PSF. Passamos cinco anos lutando e conseguimos dois PSF's para o bairro, e tem o conselho local do PSF. As mães do CM participam dos nossos projetos da Pastoral da Saúde. Participo do Fórum Popular de Saúde. (Inf. 03).

É, a gente pensar que um Orçamento Participativo com o pouco tempo que tem já tivesse desse jeito, aí era milagre, eu acho que têm muitas falhas que têm que ser corrigidas, mas que é um bom projeto (...) Quem quiser pensar que eu me afasto porque o negócio não está certinho está enganado, tenho que perseverar... (Inf. 03).

Com certeza, eu gosto de participar do CM's, também sou membro do Conselho de Saúde aqui do bairro, do Conselho de Merenda do Município e daqui do Conselho de Merenda do Bairro e Escolas, eu gosto muito. (Inf. 16).

Participo de conselhos, sou do Conselho do CAIC, Orçamento Participativo, e também incentivo as pessoas a participar, porque primeiramente é eleito delegado, e depois é escolhido o Conselheiro, que é eleito entre nós em consenso em eleger as pessoas que têm mais disponibilidade para acompanhar todo o OP. (Inf. 17)

Numa perspectiva de participação e construção de cidadania os CM's desenvolvem ações no sentido de solucionar problemas do bairro colocando as demandas ao poder público municipal em articulação com outras entidades comunitárias.

Tudo que vai acontecer com a SAB, com o PSF, tudo que acontece, a gente se reúne. Eu também sou sócia da SAB, aí eu vou para a reunião da SAB e peço curso para o CM, por exemplo, eu chamo pessoas da SAB também, pois tem mães na SAB que são sócias do CM, e aqui a maioria das coisas que vêm, a gente consegue tudo em conjunto. (Inf. 15).

O nosso relacionamento CM's, Associação, SAB, aqui no nosso bairro é bom, também somos todos unidos. O que o CM faz combina com o presidente da Associação e o presidente da SAB. Agora no mês de maio, fizemos a confraternização das mães, fizemos em conjunto: CM's, SAB, Associação, PSF1 e PSF2 e o grupo escolar aqui do bairro. (Inf. 08).

Na família, na sociedade, a gente trabalha com a presidente do CM bem unido mesmo, a gente consegue as coisas. Quando há algo no bairro precisando de uma limpeza, de alguma coisa para melhoria, a gente vai à Secretaria [poder público municipal] com a presidente do CM e da SAB, e aí eu acho que é uma força, um momento bom de a gente estar junto e resolver alguma questão. (Inf. 13).

Na nossa comunidade, na época de 82, 83 por aí, nós não tínhamos calçamento, posto de saúde, creche, nada disso. Não só o CM, mas junto com outras entidades também da comunidade, nós fomos reivindicando, certo que se reivindica com um ano para vir em dois, três anos, não vai se dizer que é de imediato. Hoje em dia reivindicamos muita coisa, mas graças a Deus a nossa comunidade já tem muita coisa, e foi através de nossa luta. A nossa luta é de reivindicação, reivindicar algumas coisas e ser atendida, e a gente faz o possível para que isso aconteça, deixando ofício no gabinete, algumas ocasiões fala com o prefeito, governador, assessor deles, deputado. Falar com eles para que a nossa reivindicação seja válida, porque se não for assim a nossa reivindicação não será válida. (Inf. 11)

A obra do Pedregal III e IV foi luta das SAB's, luta dos CM's, luta do Conselho de Saúde do bairro, e acontece que nós temos uma creche, vai ser inaugurado um colégio do município, todo o Pedregal III e IV tinha ruas que eram muito estreitas, não tinha condições de passar com um fogão de quatro bocas e a maioria das pessoas cozinhava com aqueles fogões de carvão, então hoje em dia mudou tudo, as ruas são todas urbanizadas, e a maior riqueza do Pedregal vai ser quando terminar o Canal do Pedregal. Foi tudo fruto de uma luta nossa, nós mulheres. (Inf. 15).

5.3.3 Papel das lideranças

Tem pontos negativos, mas tem muitos pontos positivos, e isso depende muito de quem está ali orientando, não é falando da pessoa não ter conhecimento acadêmico não, o que importa mesmo é o espírito de liderança, desenvolva a auto-estima da pessoa e saiba envolver o grupo. (Inf. 03).

Quando eu entrei, tinha umas trinta e poucas mães sócias, depois que eu entrei para a diretoria, mesmo não sendo presidente, eu ficava convidando as pessoas para entrar, porque eu acho que a associação CM tem que ter mulher, e elas têm que participar. (Inf. 15)

Na atualidade em face às experiências de democracia participativa, necessário se faz, compreender o estabelecimento dos vínculos sociais a partir de um modelo de cidadania ativa de cooperação, como fator essencial, em contra posição ao modelo liberal de democracia e cidadania. Nesse sentido o sentimento de pertença e o vínculo social constituem elementos essenciais para compreensão dos CM's enquanto espaços de aprendizagem de democracia através da participação das sócias nos espaços públicos em cumprimento às deliberações das reuniões e assembléias dos clubes.

5.4 Reconhecimento social e gênero

O tema do reconhecimento é central para a política do cotidiano e para a concepção de dignidade e cidadania consubstanciada no processo de aprendizagem de democracia vivenciado nos CM's de forma dialógica. Daí faz-se necessário entender porque é importante o tema do reconhecimento. Na esfera do mundo da vida, as pessoas são regidas por expectativas de entendimento mútuo. Na articulação entre interesses individuais e coletivos na conquista por igualdade de direitos temos o movimento feminista, para o qual a luta se dá pela diferenciação de situações de vida e experiências peculiares ao gênero, de modo que fins coletivos se articulam com a política do reconhecimento. Especificamente na experiência dos CM's podemos constatar que existe um começo desse processo de reconhecimento social numa perspectiva de gênero. Não recebendo o devido reconhecimento, as mulheres podem mudar a auto-compreensão cultural quanto à sua contribuição na sociedade.

5.4.1 Reconhecimento e auto-estima

O nexó entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal. A partir daí os indivíduos se constituem como pessoas porque, da perspectiva dos outros que os encorajam, aprendem a se referir a si

mesmos como seres a que cabem determinadas capacidades. Portanto, o grau de auto-realização cresce com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito. Desse modo, segundo Honneth (2003), a auto-estima está inscrita na experiência da solidariedade. Corroborando essa idéia, pode-se ver os relatos das informantes:

O mais importante é o desenvolvimento da auto-estima, que a partir daí as mulheres perdem o medo grande que têm para falar quando chegam ao CM. É, as mulheres se desenvolveram muito, sabem organizar festa, sabem servir, e tudo isso elas aprenderam... Se você for fazer uma análise observando as mulheres, você vê que elas aprenderam a receber as pessoas, para organizar as festinhas que elas fazem, a gente nota um crescimento. (Inf. 13, liderança)

Vejo também o exemplo de pessoas que achavam que eram muito inferiores, mas com o tempo perceberam que todo mundo tem o seu valor. Todos os anos nós fazemos um passeio com todas as mulheres para a praia, vai mulher de toda idade, algumas que nem mesmo tinham visto a praia sequer uma vez na vida. (Inf. 03)

Porque eu acho que nasci para ser uma pessoa com sentido muito socialista, então eu gosto muito e tento fazer o que Deus quer, e Ele deixou através desse trabalho no CM uma oportunidade para a gente ajudar as mães, de despertar nelas o senso de solidariedade, de amizade, de dar formação, de construir bons laços dentro do CM e delas se sentirem reconhecidas. (Inf. 03)

Então, através do CM aumenta nossa auto-estima, a gente trata melhor nosso marido, nossos filhos; a gente passeia, a gente arruma conhecimento com outras pessoas que são da própria comunidade, mas a gente não tem tempo de ir à casa delas nem elas nas nossas, pois é, e uma coisa boa é a gente cultivar nossas amizades. Certo que no meio de todas, tem pessoas que se afastam, que não vêm mais, que depois de passar um ano afastadas voltam para o clube. (Inf. 11).

Aprendi sim, e muito. A gente aprende, pois mesmo que o povo não saiba ler, elas têm muita sabedoria, o respeito pelo próximo. Não são todas. A gente aprende a respeitar, a enfrentar as dificuldades. Cresceu em mim o desejo por melhorar, mudar, isso tudo a gente aprende, também sente que tem que ter força de vontade para conseguir o que quer. (Inf. 03)

Eu participo para tentar contribuir um pouco nesse sentido, mas no clube eu estou no nível de enxergar o respeito à pessoa humana. (Inf. 09).

Uma coisa muito importante nessa trajetória foi quando no ano 2002 fui presenteada com o título de “mulher solidária, pela paz, contra a violência”, isso me honrou bastante. (Inf. 24).

5.4.2 Gênero, uma construção social

O gênero por sua construção social pode não se apresentar da mesma forma, dependendo dos costumes de cada lugar, variando de acordo com as religiões, as leis, os modos de organizar a família etc. Desse modo, segundo Barbieri (1993), os sistemas gênero/sexo tornam-se um objeto de estudo mais geral e de maior compreensão, pois deixam aberta a possibilidade de distinguir diferentes formas de subordinação, formas distintas de relações entre mulheres e homens.

Consideramos neste estudo a concepção de Scott (1995) sobre gênero; ela abrange duas dimensões: na primeira, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; na segunda, o gênero é uma primeira forma de dar significado às relações de poder. Assim as relações de gênero são relações de poder que se constroem constantemente. A sociedade constrói, mantém ou modifica as relações de gênero; na maioria das vezes, o que é masculino tem maior valor, dessa forma são produzidas relações de desigualdade e distribuição injusta entre as pessoas. Juntamente com essas restrições somam-se as atitudes de não reconhecimento social. As relações de gênero se constroem e se mantêm através dos símbolos, das normas e valores, e das instituições, construindo a subjetividade. Desse modo, as subjetividades de homens e mulheres são construções sociais. Nesse sentido procurei identificar nas práticas sociais desenvolvidas nos

CM's, através dos depoimentos das informantes, como ocorrem as relações de gênero e a possibilidade de re-significação por parte delas.

Através dos depoimentos sobre como se deu a participação nos clubes desde o início e as reações das pessoas no âmbito familiar, objetiva-se entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente. Para participar dos clubes, algumas sócias enfrentam resistência por parte dos filhos, ou companheiro/marido, que ficam irritados com a saída das mulheres de casa, por não poder controlá-las dentro do espaço doméstico. Enquanto outras conseguem manter as relações familiares e a participação sem problemas, como relatam as informantes:

Tenho obstáculos, porque tenho meus filhos, somente homens. Quando eles chegam em casa, dizem que eu já estou saindo, mas só que, quando você é eleita para representar a comunidade, tem que abraçar a causa. (Inf. 17)

Desde o início e ainda hoje, há resistência; teve gente [marido de uma sócia] que disse: “Se você for pra lá, você leva uma pisa” Se for de noite, não vai, porque vai chegar em casa tarde e o povo vai falar., Tem resistência, não é muito, mas tem. A questão é que as mulheres já estão reagindo, reagem. (Inf. 09)

Um dia a gente foi para uma reunião lá no CM e encheu de gente porque a prefeitura ia levantar a questão do Orçamento Participativo. Aí, a mulher diz: Ave-Maria, eu quando chegar em casa vou apanhar, porque ele disse que se eu chegar depois de dez horas, ele dá umas lapadas em mim., Eu disse: “Vai nada, eu vou com você, onze e meia da noite, mas eu quero ver você tomar essa lapada”. Não houve a necessidade de eu ir deixar ela, porque as outras mulheres foram com ela, disseram que ia ficar muito longe para mim. (Inf. 03).

A gente discute que antigamente mulher vivia no fogão, era para cuidar de filho, hoje ela tem que dividir. Então a gente tem o maior cuidado que elas façam o trabalho na Comunidade e que também não pegue briga em casa com o marido. Então, reunião pela manhã a gente não adota, porque na parte da manhã é um trabalho para o marido, para os filhos, cuidar do almoço. Então reunião a gente sempre explica, reunião de 14:00 às 16:00. (Inf. 11).

Meu marido é muito compreensivo, graças a Deus, ele sempre combina as coisas comigo. Esse trabalho da Comunidade, eu fui me engajando aos pouquinhos no começo, e ele nunca teve atrito em casa não; fui também chamando ele para participar de alguns trabalhos que ocorria com os maridos das sócias, porque, quando fomos construir nossa sede, e aí as mulheres convidavam os maridos para se envolver nos trabalhos comunitários com a gente, então, em casa eu não tive atrito nenhum. (Inf. 11).

A gente ainda tem muito essa barreira, tanto de mulheres mesmo da comunidade que resistem a não participar do trabalho alegando o trabalho doméstico mesmo, como também dos próprios maridos de algumas mulheres também, elas não se sentem à vontade para participar, ainda existe muito. (Inf. 14)

A gente convida pessoas para dar palestras, principalmente no Dia Internacional da Mulher, explicando que a gente tem que se libertar desse machismo, que a gente não está fazendo nada de errado, que o que nós estamos fazendo contribui para a nossa casa, para nossa família, não só para a parte financeira, mas também quando a gente aprende nas palestras, para passar para uma filha em casa, e para o marido mesmo, quando a gente chega em casa contando, ele se sente bem. (Inf. 14)

O mais importante no funcionamento do clube hoje é o fato das mulheres não viverem só com a barriga na pia ou no fogão, e sim estudando e aprendendo uma profissão, geração de emprego e renda. (Inf. 16).

É um trabalho voltado para as mulheres, porque antes dos CM's, as mulheres viviam dentro de casa, não participavam de nada, não tinham conhecimento. Hoje através do CM's estou trabalhando com o grupo, no dia-a-dia com as mulheres, mostrando a necessidade do exame de mama, de câncer de útero, é tudo isso. (Inf. 17).

À medida que são vistas as transformações concretas na comunidade, os redimensionamentos acontecem, a participação das mulheres é aceita pelo grupo familiar e conhecidos como legítima e reconhecida no âmbito da comunidade. Contudo a participação nos CM's ainda não provocou uma transformação no padrão dos papéis de gênero, mas

possibilita uma abertura para serem repensados a partir do agir das mulheres coletivamente em projetos e manifestações nos domínios políticos e públicos.

Ninguém acreditava nesse programa que ia ter aqui da urbanização. Um exemplo, a gente ia pedir a adesão para o abaixo-assinado e era chamada de palavrão, diziam que era esse povo que tinha falta de marido e não tinha o que fazer, hoje quando a gente entra nas casas, é abraço, beijos. (Inf. 15)

Teve resistência para eu participar do clube, porque no domingo o maridão está em casa aí... né?! Mas ele entendeu, depois que eu virei presidente, muita coisa a gente tem que mudar e algumas mudam normalmente. Graças a Deus está tudo bem. Agora ele é uma das pessoas que me dá mais força, foi uma conquista minha. (Inf. 15)

5.4.3 Educação e denúncia da violência

A presidente de um dos clubes coloca a necessidade de fundação de um espaço denominado “Núcleo da Mulher”. O objetivo seria informar as mulheres sobre seus direitos, como também acolher aquelas que sofrem violências, uma vez que existe na comunidade um alto índice de violência contra mulheres. O clube já desenvolve um trabalho de informação através de palestras, mas, segundo a informante, é necessário desenvolver uma ação mais específica em defesa da vida das mulheres. Existem de forma geral experiências desfavoráveis às mulheres, porém a situação é mais grave em uma das comunidades. Constatamos que a impunidade ocasionada pela falta de denúncia das mulheres ou pelo descaso dos órgãos competentes contribui para a continuidade desse quadro perverso, agravado ainda pela ausência de canal de denúncia, uma vez que a mídia local somente divulga fatos que denigrem a imagem da comunidade, conforme os relatos:

A gente discute sobre a mulher. Não faz nem quinze dias que tivemos uma palestra e o título foi, “Mulher, o braço forte do Pedregal”, com uma mulher, ela mora em Recife, e ela conversou muito com as mulheres do Pedregal, e

aqui no Pedregal, são as mulheres que conduzem a maioria das coisas. (Inf. 15)

Aqui deveria também ter o “Núcleo da Mulher”. Quantas mulheres já foram assassinadas aqui! Agora esse mês, se Deus quiser, vai ser inaugurado a creche no nome de Isabele, foi uma mulher que morreu com quarenta pexeiradas. Inclusive o CM estava fechado, em obras e mesmo assim a gente botou ela dentro do CM, [o velório] porque ela morava praticamente dentro do canal aqui da Comunidade. Tem muita mulher que vem aqui em casa, conversa comigo mas não tem coragem de ir à Delegacia da Mulher, porque quando chegam lá, não são bem atendidas. Uma mulher que vai domingo para a praia, quando chega, o marido diz que vai matar ela, quer dizer, só vão acreditar nela quando ela estiver morta. (Inf. 15).

Nós fazemos trabalhos para discutir sobre a violência, por exemplo, o que é mais visto aqui no nosso bairro, e elas vêm para as reuniões e gostam muito de ouvir. A gente conscientiza, por exemplo, as mulheres que às vezes tem vergonha porque é espancada pelo marido, aí tem vergonha de ir à delegacia prestar queixa e mostrar seu rosto machucado. A gente mostra que tem que ir à delegacia e prestar queixa se não acabam permitindo que os maridos continuem a bater nelas, pela impunidade. (Inf. 17).

No bairro tem muitas coisas boas, muitos talentos, muitos artesões. Quando a gente mostra talentos, mesmo convidando com ofício, a televisão não vem aqui, só vem quando morre alguém, quando há roubo, só mostra o lado ruim, para dizer que na comunidade só tem gente ruim. (Inf. 15)

Então, hoje algumas dessas mulheres que sofrem ameaças já reagem, há algumas que têm maridos assassinos, drogados, então elas dizem: - Olhe, se você vier para casa depois das suas cachaças e suas drogas me bater, eu lhe mato -, coisas desse tipo que acontecem. (Inf. 03).

O processo de engajamento e participação da mulher nas ações políticas comunitárias proporciona a entrada num mundo de descobertas e aprendizados que as fazem refletir não apenas sobre o seu papel político de líder comunitária enquanto autoridade detentora de poder, mas sobre si mesma como cidadã/mulher no espaço doméstico, nas relações afetivas, através da luta pelo respeito de suas opiniões, vontades e reivindicação de seus direitos e

igualdade. Sobressai o sentimento de realização e orgulho pelas mudanças que conseguiram na comunidade e em suas vidas. Nesse sentido o relato a seguir mostra-se revelador:

A gente aprende muita coisa, porque antes era “Sim, senhor”, “Sim, senhora”, “Oi, oi, oi,” “Ai, ai”. Hoje não. Hoje a relação é de igual para igual. Eu mesma mudei muito depois que entrei no CM, eu tiro por mim, eu era uma pessoa pacata, hoje eu sou totalmente diferente tanto na minha vida pública quanto privada, hoje eu sei meus direitos. Muita gente me chama “a mulher da reunião”, porque eu gosto muito de estar em reunião, porque lá aprendo. Porque muita coisa a gente não nasceu sabendo, então eu gosto muito de ficar por dentro das coisas, eu sou das “Doze Moradoras” aqui do bairro. Tudo que acontece no bairro, as “Doze” ficam sabendo e discutem em reunião, é um Conselho de Moradores. (Inf. 15)

O aprendizado da participação cidadã se dá através do processo diário de socialização, cooperação política e solidária de forma coletiva. Abrange conhecimentos e informações que se refletem nas relações familiares, uma vez que a esfera pública e privada está imbricada uma na outra. A participação da mulher nos CM’s “desencadeia uma irrupção interna que a faz ver o que não via, possibilita o avanço da pessoa na coragem de navegar a própria alma numa revolução através da qual se pode ver o novo, e agir de forma nova e inovadora no mundo.” (MANZINI-COVRE, 1997, p. 119). Podemos constatar que através da solidariedade e elevação da auto-estima as mulheres vivenciam o sentimento de satisfação que essas interações proporcionam evidenciando a importância dessa experiência para a constituição de sujeitos sociais, cidadãos.

5.5 Dificuldades e limites no processo democrático

5.5.1 Lideranças e poder

Constatamos a alternância de um grupo nos cargos da diretoria de alguns clubes e um comportamento ambíguo das lideranças em relação a essa questão de permanência no poder e

a forma como são tomadas as decisões. Existe a crítica das sócias a não renovação de pessoas que ocupam cargo de diretoria dos CM's.

A diretoria decide as coisas por ela, então nós sabemos que a Assembléia é soberana, e que uma diretoria faz as coisas de acordo com o que uma assembléia determina, eles fazem o contrário, a diretoria determina e o povo faz. (Inf. 09).

Eu já fui presidente várias vez, não queria mais ser nada, mas o povo não deixa; porque é uma responsabilidade e nem todo mundo tem aquele dom e aquela responsabilidade para aquele trabalho. Para a gente conseguir uma diretoria é sacrifício. É como eu digo, nós não vamos colocar pessoas nos CM's só porque a gente tem amizade, porque é bonita ou porque é nova não. Nós vamos colocar pessoas de responsabilidade que gostem do trabalho, que tenha amor ao trabalho, porque se não tiver, o CM vai abaixo [...] tem muita gente que dá para o trabalho no meu bairro, mas não tem tempo, não quer por causa do marido, não quer por causa “disso e daquilo outro”, mas são pessoas capazes que dão conta do recado, mas não podem. (Inf. 19).

Críticas são formuladas em relação às lideranças a respeito da escassez de atividades; em relação a falta de comprometimento das direções no sentido de conseguir novas sócias - especialmente as mais jovens para os clubes; a falta de formação política para a participação em instâncias de deliberação de políticas públicas e da atitude de posse de uma sócia fundadora do clube. Constatamos também crítica à Coordenação dos CM's entidade aglutinadora dos mesmos e alvo de demanda dos clubes.

É muito bom o CM, mas a gente entende que o clube é muito devagar. O CM não é feito apenas dessas reuniões, tem que haver outras atividades ,as mães precisam ter uma atividade .É uma entidade que tem força, mas precisa ter a consciência quanto vale a pena o clube. (Inf. 13, sócia)

Eu desejava mesmo que a gente fizesse uma campanha para que viessem mais mães principalmente as mães jovens de primeiro filho, tem que haver uma preparação para as mães novas, acho que é necessária.. (Inf. 11)

O pessoal não tem a devida formação, já debatemos muitas vezes a necessidade de formação do pessoal para participar do Orçamento Participativo (...) Pensar que aquele espaço de tempo é suficiente para dar uma formação ao povo, não é, porque ali vai deliberar muita coisa, discutir

muita coisa. Eles vêm para eleger os representantes, depois esse pessoal vai se afastando e também tem a decepção política, o povo está deixando muito os movimentos sociais por causa da decepção política, muita coisa tem acontecido que faz o povo se afastar, políticas que dizem ao povo que vão fazer e não fazem, não pode. (Inf. 03).

Tem uma senhora, [...] ela diz que é fundadora desse CM, e se acha dona. Então quando ganhei a eleição, muita gente pensou que ia resolver o problema do curso de costura, mas não tem como resolver porque ela fica se impondo. Arranjei quatro máquinas, mas fica fechada e a chave com ela, aí fica difícil, mesmo sendo dentro do CM, mesmo sendo nosso, tem esse problema porque ela que fica com a chave. A Assembléia é autônoma e decidiu a abertura para todas, mas ela não abre, ela se acha a dona. Eu tenho que arranjar uma outra pessoa para dar o curso de costura, um outro curso, porque aqui ela não quer que ninguém dê o curso, só quem dá é ela, e o pessoal não quer. Muita mulher foi pedir para se associar com ela ao clube e ela disse que não tinha vaga, quer dizer, onde já se viu não ter vaga em um CM?! Eu acho que ela mudou a forma de falar agora porque sabe que meu trabalho é totalmente diferente do dela...(Inf. 15).

A Coordenação dos CM's dá certa ajuda à presidente do clube quando há reunião com as presidentes lá. A presidente vai para lá e repassa para a gente o que foi discutido, mas eu acho que tem muita coisa que deixa a desejar, porque têm algumas coisas que a gente precisa, que passa meses e meses sem solução, mas também elas só fazem uma reunião por mês com os CM's. Agora eu acho que é porque são muitos clubes, então teria que ser mais de uma reunião para poder atender a cada um dos clubes. (Inf. 14)

5.5.2 Política partidária e clientelismo

Não gosto nem nunca gostei de presidir nada, nunca me candidato à presidência de nada, e eu gosto de simples, ser uma das mães, sem vínculo nenhum, agora tem uma coisa que me incomoda muito nos clubes, eu não sei se é bom falar, que é a interferência política. (Inf. 09).

Eu sei que muitas presidentes dos CM's se juntam a candidatos a vereador, a deputado estadual. Não se candidatam, mas se tornam cabos eleitorais. Também vão atrás de empregos, pois eles prometem emprego. Eu acho que prejudica e muito, porque quem não for daquele partido já fica arreado, e cria choque, por isso que o estatuto rege que não deve acontecer envolvimento com partidos. (Inf. 04, Assistente social fundadora dos primeiros clubes).

Não tem que ter preferência por religião, nem por político "A" ou "B"... (Inf. 03)

Não faço “política” dentro do CM’s, outras presidentes faziam, inclusive umas três vezes. Agora estava acontecendo e eu cortei, porque eu faço política da calçada do clube para fora, porque eu não faço política dentro de casa, eu só faço política se for para trazer melhorias para as mães e o bairro do CM . (Inf. 15)

Sou muito satisfeita com meu trabalho com o CM’s, porque aqui a gente... não existe esse negócio de separar e trabalhar com um aqui ou outro ali só porque vota em “A” ou em “B”, isso não existe aqui. (Inf. 13).

Nós recebemos todos os partidos políticos, mas a gente não dá abertura, porque o CM é uma entidade que não tem fins políticos. Depois, as mães cada uma tem seus candidatos, e aí se a gente aceitar o candidato “A” ou “B” isso pode atingir as mães, a gente quer só um trabalho de conscientização. (Inf. 14).

Existe a interferência política, a gente claro que precisa sempre da ajuda dos administradores, municipal, estadual, enfim, mas acontece que fica às vezes no clube uma política interna como se fosse uma cópia da política municipal, pessoas que se destacam e se sentem donos, isso aí existe com certeza. (Inf. 09)

Aqui nós não falamos em política, como eu sou política e gosto de política, isso acontece só lá fora, agora como hoje aqui foi inaugurada uma equipe do PSF, então lógico que eu tive que chamar as mulheres para que elas participem, porque tudo que vem beneficiar a comunidade, elas tem que prestigiar, aí já entra a política comunitária junto com a partidária. (Inf. 17)

5.5.3 O conflito

Buscamos compreender como, no processo de sociabilidade da experiência sociativa Clube de Mães, se estabelecem não apenas as relações de cooperação, mas também de conflito, considerando que nessas associações ocorrem manifestações de interesses

divergentes em sua dinâmica de funcionamento. Partimos da explicação da existência do conflito na perspectiva Simmeliana. O conflito advém de fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo. Podemos identificar situações de conflitos na dinâmica de funcionamento e especialmente – como já vimos - em momentos de eleições, quando as participantes são movidas pelo desejo de ocupar a direção dessas associações. A eleição para direção dos CM's configura momento emblemático de aprendizagem de participação e construção de democracia a partir da organização comunitária de base. Nesse caso o conflito está então destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade. Afinal com o resultado das eleições, o grupo vencedor deverá ser aceito pelo grupo adversário na direção da entidade, o problema maior aparece em relação a métodos antidemocráticos utilizados como o clientelismo e a atitude de domínio pessoal da organização.

Infelizmente nessa ultima eleição o CM no máximo tinha cento e vinte sócias, sessenta ou setenta assíduas e o restante que só se associavam. Agora, passou a ter seiscentos e noventa e oito, é um número absurdo, que jamais vai poder se trabalhar com esse número de sócia. Infelizmente foi o que aconteceu agora, se formou uma guerra, onde o bairro inteiro se mobilizou em função da eleição do CM, coisa que nunca foi vista na história da cidade. Esse fato foi em meio a coisas totalmente absurdas, vizinho que “desconheceu” vizinho, se a outra chapa ganhasse ia tirar a escolinha comunitária porque as meninas da escolinha estavam apoiando a nossa chapa (chapa 2), e coisas desse tipo onde a SAB entrou no meio apoiando a outra chapa. Então são associações que devem caminhar juntas, não sendo adversárias, e aí a SAB passou a ser uma adversária agora da nossa Direção. (Inf. 25).

Quando a gente começa a apontar qualquer coisa errada, elas já começam a se revoltar contra a pessoa, e agora nós temos uma prova disso, nós tínhamos uma Diretoria e rachou, então formaram-se duas chapas, e na eleição houve muita irregularidade pela chapa que foi eleita, mas muita mesmo, a gente não pôde vencer por causa da estratégia delas. Elas tinham tudo nas mãos, como elas ofereceram emprego para “fulano”, aí aquelas mães daquele bloco já ficam mais “sensíveis”, aquela coisa de conseguir um posto de qualquer coisa lá dentro do clube para o filho de “fulana”. Essas coisinhas me incomodam muito, e a gente percebe muito isso nos CM's. Eu não vou dizer que é uma coisa generalizada nem uma coisa separada, mas que existe,

existe sim. Eu digo a você porque quando vai ter eleição do CM, a briga é muito feia, muito acirrada, e isso só pode ser interesse próprio, porque não tem como você brigar tanto para desenvolver um trabalho assim para o CM.. Então tem algo além desse trabalho, é o clientelismo. (Inf. 09)

Em conclusão, lembrando que os autores estudados no capítulo anterior nos ajudaram a identificar os diversos aspectos da construção da cidadania, valemo-nos dessa reflexão para organizar os testemunhos dos membros e lideranças dos CM's. Podemos concluir, a partir dessas falas, que os Clubes exercem um importante papel como primeiro passo na construção da cidadania. No entanto observamos que ainda existem várias dificuldades a serem ultrapassadas bem como problemas a serem enfrentados. Nas considerações finais desta tese, apresentaremos algumas sugestões no sentido de ultrapassar essas dificuldades.

Considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção dessa tese e especificamente em alguns capítulos, sobressaem ensinamentos acerca do processo de construção das práticas e dinâmica de funcionamento dos CM's. A partir daí tornou-se possível formular uma compreensão sobre a experiência dos CM's delineada a partir da leitura dos dados acerca de sua trajetória e significado dessa experiência para as participantes. Dessa forma teceremos algumas considerações corroborando as concepções explicitadas nas abordagens teóricas. Retomamos a questão central que é compreender em que sentido ocorre uma prática associativa solidária, de cooperação, e de caminho para a aprendizagem da democracia.

No que se refere à democracia, a pesquisa de campo permite afirmar a existência de uma experiência associativa de democracia primária como passo inicial para a construção de uma democracia na sociedade Corroborando a concepção de Dewey (1979), explicitada na abordagem teórica, a continuidade da democracia originária das comunidades de pertencimento para a grande comunidade supõe um nível intermediário, a participação em espaço *público*, esse em relação à esfera da ação social. Trata-se de experiências sociais compartilhadas no cotidiano, nas associações nas relações face a face onde os participantes se defrontam diretamente, mas ao mesmo tempo crescem como sujeitos sociais. Essa idéia de democracia que promove simultaneamente a individualidade e o bem comum por meio da participação não é meramente política, mas é antes de tudo social, a exemplo da participação das mulheres nas instâncias de discussão e deliberação de questões de interesse da comunidade e da sociedade.

Os CM's se apresentam como espaços por excelência de sociabilidade num resgate da dimensão lúdica da vida através da convivência: encontros nas reuniões, lazer, numa perspectiva de interação social e constituição de vínculos sociais. Estes são importantes ao

promoverem satisfação em se doar. Até mesmo a existência do conflito é parte integrante e necessária da vida das pessoas que estão se opondo e respeitando as diferenças, como, por exemplo, nas eleições e nas relações entre as participantes dos clubes numa interação complexa, dinâmica e não idealizada das relações humanas. Desse modo se fortalece o associacionismo como constitutivo e inerente à capacidade de associar-se das mulheres. Portanto, os primeiros passos foram dados para que as interações desenvolvidas nos clubes possam se expandir para uma sociabilidade secundária.

Numa perspectiva da existência da Dádiva, foi constatada, nos depoimentos das informantes e em fatos constatados *in loco*, uma sensibilidade solidária como fator preponderante no processo de interação desenvolvido nos clubes. A ação de voltar-se para o *outro* na direção da solidariedade (distribuição de sopa, coleta de alimentos, remédios, apoio emocional às sócias) incrementa a reciprocidade, como demonstrado nos depoimentos das informantes e nos registros fotográficos (ver capítulo IV). A característica principal dessas associações tem como força central a solidariedade permanentemente estimulada e incentivada nos clubes.

As ações desenvolvidas nessas associações são baseadas em sistemas de sociabilidade e aprendizado que dependem do sentimento de pertencimento à comunidade, o que potencializa as relações de reciprocidade que fazem parte da ação comunitária. Nesse sistema de ação, são considerados os significados de conteúdo (SIMMEL, 1983.): dimensão do afeto, motivação, que são a matéria da sociação, dos mecanismos de sociabilidade e o conflito enquanto aprendizado do respeito à diferença. Desse modo, esses conteúdos são articulados substancialmente ao Sistema da Dádiva (MAUSS, 2003), circulação de afeto, amizade, solidariedade na espontaneidade de dar-receber-retribuir.

A participação social e comunitária de cunho reivindicativo direciona demandas aos poderes públicos, envolve as pessoas da comunidade visando o atendimento de suas

necessidades, como a construção de equipamentos de utilização comunitária como creche, escola, posto de saúde e a prestação de serviços públicos a exemplo de policiamento na comunidade, cursos profissionalizantes e outros.

As sócias representando os CM's participam em fóruns de discussões e deliberações de políticas públicas: Conselhos de Saúde, Educação, Assistência Social, Idosos, Transportes. Participam como representantes dos clubes ou como comunitárias nas assembléias do Orçamento Participativo e instâncias organizativas e consultivas a exemplo dos Conselhos Comunitários. Portanto, as práticas desenvolvidas nos clubes e pelos clubes são uma dupla forma de reconhecimento em nível do ser individual e socialmente constituído na dinâmica de funcionamento dos clubes e nas relações deles com as instituições da sociedade.

As decisões a respeito do funcionamento e ações desenvolvidas pelos clubes são tomadas em reuniões e assembléias, num processo de aprendizagem de democracia e trabalho educativo. A dinâmica interna do jogo democrático contribui para o reconhecimento das mulheres dentro dos clubes e no mundo externo. A eleição para direção dos CM's se apresenta como momento importante de aprendizagem de participação e construção de democracia a partir da organização comunitária de base.

A perspectiva do reconhecimento social explicitada por Honnet (2003) é identificada na experiência associativa dos CM's a partir da participação das mulheres no processo de constituição de sujeitos sociais. Através desses sujeitos sociais (ver BARUS-MICHEL, 2004) situados como membros de um grupo, se sentem encorajadas a tomarem atitudes de auto-estima e se referirem a si mesmas como pessoas com capacidade de desenvolverem aptidões nos cursos oferecidos pelos clubes, além de contribuírem com a renda familiar e melhorar a qualidade de vida. Este crescimento enquanto pessoa é reforçado ao sentirem-se capazes de participarem no espaço público, de modo que o grau de auto-realização e autoconfiança cresce em cada nova forma de reconhecimento. Nesse sentido, o reconhecimento social

vivenciado nos clubes, na política do cotidiano, traz também o sentimento de dignidade e cidadania. O processo de interação social e aprendizagem da democracia desenvolvida nas organizações comunitárias, enquanto organização de base (MATOS, 2006), possibilita a formação de sujeitos individuais e coletivos. Num processo de construção de democracia direta, de livre expressão das participantes, se estabelecem reconhecimentos mútuos, vínculos sociais e laços afetivos.

A respeito da relação existente entre a participação das mulheres nos CM's e as alterações nas relações de gênero na esfera doméstica, a pesquisa de campo mostrou, a partir dos relatos das informantes, que existe uma mudança nas relações familiares. Existe uma redefinição de uma parcela das mulheres dos clubes quanto ao direito de participação no espaço público ao garantirem este direito no enfrentamento de companheiros/maridos (Cap. VI). Contudo a participação nos CM's ainda não provocou uma transformação no padrão dos papéis de gênero. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas relações de poder, na concepção de Scott (1995). Portanto gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Articuladas à questão de gênero, situamos nessa direção as relações de respeito, estima social e auto-estima que não dispensam outra dimensão da dignidade e do respeito, representada por melhores condições de vida. Numa perspectiva da justiça social, representam um avanço no debate sobre a relação entre classe e gênero (ou economia e cultura) e a questão das desigualdades. Nesse sentido, situamos a questão da legitimidade da demanda por reconhecimento e redistribuição tanto do ponto de vista do sujeito quanto da sociedade (FRASER, 2001); por exemplo, ao ser alfabetizada, a mulher tem condições de se profissionalizar e conseguir um trabalho ou ser autônoma produzindo e comercializando os produtos, melhorando a renda familiar e a qualidade de vida. Assim desenvolve e fortalece sua auto-estima.

Constatamos na pesquisa de campo que os clubes ainda não despertaram para a força política desse sujeito coletivo na construção de democracia e cidadania, mas já deram os primeiros passos. A frágil articulação dos clubes com outras entidades comunitárias e a inexistência de articulação destes com os movimentos sociais e organizações atuantes politicamente enfraquecem o poder de luta e conquista de cidadania. Uma forma de responder a essa questão seria uma maior socialização entre os diversos clubes, na troca de experiências em relação a seu funcionamento, como também aos problemas e possibilidades de avanço dessas experiências.

Constatamos ainda que exista certa ingerência de políticos junto às lideranças através do clientelismo e assistencialismo, notadamente durante as campanhas eleitorais, principalmente em nível municipal e estadual. Existem clubes que têm uma postura crítica, principalmente por parte das lideranças, mas seria necessário que houvesse essa compreensão também da base.

A assessoria dada aos clubes não consegue desenvolver um trabalho no sentido de contribuir para a reflexão e compreensão por parte das participantes de seu papel enquanto mulheres cidadãs.

Existem vários problemas e desafios a serem enfrentados. Por exemplo, a maioria das sócias não participa das instâncias de decisão política no espaço público, não têm a compreensão do que é “política”; apenas uma parcela das participantes e lideranças tem essa compreensão. As reivindicações e mobilizações são limitadas ao espaço da comunidade: calçamento de rua, posto policial.

Constata-se em alguns clubes um rodízio de um mesmo grupo de lideranças que se revezam na direção dos clubes. Essas lideranças alegam a inexistência de pessoas que possam ou queiram ocupar os devidos cargos. Isso demonstra a necessidade de formação política das

sócias numa perspectiva de auto-estima e confiança em suas capacidades de atuação no espaço público

A inexistência de processos de planejamento, avaliação e assessoria de organizações não-governamentais ou governamentais faz com que a atuação ocorra na base do imediatismo, levando à mera continuidade dos trabalhos, necessitando de maior consistência.

Além do mais, a escassez de recursos financeiros - fator que dificulta a implementação das atividades - e o espaço físico pequeno limitam o trabalho e impedem a execução de novas atividades. O que é mais sério, a autonomia e independência dos Clubes são comprometidas. Portanto, identificamos estes entraves significativos ao pleno desenvolvimento dos CM's.

Os resultados obtidos na análise dessa experiência associativa e seu conhecimento demonstram a pertinência da abordagem teórica trabalhada para conhecer e pensar a experiência associativa solidária. A perspectiva com que desenvolvemos a pesquisa de campo somada à aproximação anterior ao objeto de estudo que, na perspectiva da sociologia reflexiva, traz uma maior aproximação entre o pesquisador e o campo (público) pesquisado, possibilitou uma melhor apreensão da experiência pesquisada. A partir desse procedimento foi possível a captação das particularidades e especificidades da dinâmica dos CM's.

Com base no estudo ora realizado e no objetivo de contribuir com a reflexão sobre as ações dos CM's, levantamos algumas recomendações/sugestões:

Sugerimos a abertura, nos CM's, de um processo reflexivo sobre sua atuação, no sentido de despertar as sócias para as possibilidades e limites dessas experiências associativas. Cabe às atuais direções potencializar as capacidades das sócias nas dimensões política, social e cultural.

Numa perspectiva de articulação dos recursos existentes no município, seria interessante que as instituições de ensino superior (a exemplo das duas universidades públicas da cidade e demais particulares) se aproximem dos CM's no sentido de despertar essas

instituições em relação à efetivação de seu compromisso e de sua função social junto à comunidade. Pensamos especificamente à cobrança da efetivação das políticas públicas no município.

No tocante à questão do reconhecimento social e da questão de gênero, seria interessante uma aproximação dos CM's com o Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa, o "Flôr e Flôr", do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB que trata do tema de gênero, e demais entidades que tratam da questão junto aos órgãos governamentais responsáveis pela execução de políticas públicas de atendimento às mulheres.

Sugerimos ainda a redefinição da forma de assessoria dada aos clubes pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e pela Coordenação dos CM's, partindo de um planejamento conjunto das entidades e assessores.

Existe a necessidade de formação política e educativa para uma atuação independente e crítica em relação à cooptação dos políticos e dos poderes constituídos que ainda atuam na forma de assistencialismo e clientelismo. Cabe às atuais direções suscitar uma formação numa perspectiva de cidadania e reconhecimento social das participantes dos CM's.

Contudo, o ritmo e as formas pelas quais ocorrerão as mudanças serão resultados da construção coletiva encetada pelas participantes dos clubes a partir da reflexão sobre o desejo de haver mudança. Para finalizar essas considerações, necessário se faz ressaltar que, a construção teórico-metodológica e os dados colhidos na pesquisa de campo, trazem indicações sobre os CM's enquanto sujeito coletivo em constante construção. Desse modo, pretendemos com esse estudo contribuir de forma modesta com a reflexão acerca das possibilidades e desafios a serem enfrentados em sua longa trajetória de existência.

REFERÊNCIAS

ALVES, M., ALDA, J., GEMADSZNAJDER. (1998), O Método nas ciências naturais e sociais, pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira.

AORTS, BAS & BAUER, MARTIN V. (2004), A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER, MARTIN W. e GASKELL G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes.

AMMAN, Safira Bezerra. (2002). Movimento Popular de Bairro – De frente para o Estado, em busca do Parlamento, SP, Cortez.

AVRITZER, Leonardo. (2002), Modelos de Deliberação Democrática: Uma análise do orçamento participativo no Brasil. In Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa. (Org.) Boaventura de Souza Santos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. (2003), *Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

BABER, Benjamin R. (2000), Um lugar para todos. Barcelona: Paidós.

BALLANDIER, Georges. (1976), Antropológicas. Tradução de Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo, Cultrix, editora da Universidade de São Paulo.

BARBIERI, Teresita de. (1993), Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. Tradução de Antonia Lewinsky, SOS Corpo, Recife.

BARDIN, L. (1977), *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70.

BARUS-MICHEL, Jaqueline. (2004), *O sujeito social*. Tradução de Eunice Galery e Virgínia Mata Machado. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

BAUER, Martin W., George Gaskell & Nicholas C. Allum. (2000), Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões; in BAUER, Martin e Gaskell - Pesquisa qualitativa com texto e imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes.

BENHABIB, Seyla e CORNELL Drucilla. (1987). “Feminismo como crítica da modernidade”. Tradução Nathanael da Costa C. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.

BHABHA, Hommi K. (2001), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BLUMER, Herbert. (1969), *Symbolic Interacionism: Perspective and Method*. Prentice-Hall.

BOTT, Elizabeth (1976), *Família e rede Social: Papéis formas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, Ed. Bertrand Brasil.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. (1989), *Movimentos Populares: Possibilidades e limites de um novo sujeito político*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande. Outubro.

_____. (2007), *Redes, Solidariedade e cidadania democrática: A experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido – ASA*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Sociologia PPGS. Recife, Fevereiro.

BRUSCHINI, Cristina. (1989), *Uma abordagem sociológica da família*. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo: ABEP 6(1), janeiro/junho.

CAILLÉ, Alain. (1997), *A demissão dos intelectuais: a crise das Ciências Sociais e o esquecimento do Factor Político*. Tradução por Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. (1998), “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 8, v. 13, p. 5-38.

_____. (2001), “O princípio da razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo” In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. XVI, n. 1-2, jan. - dez..

_____. (2002)a, *Dom, a(d)associação e política*. In: *Antropologia do Dom: O Terceiro Paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____. (2002)b, *Dádiva e Associação*. In: Paulo Henrique Martins (Org), *A Dádiva entre os Modernos: Discussão sobre os Fundamentos e as Regras do Social*, Petrópolis, Vozes.

_____. (2002)b, *A dádiva das palavras - O que o dizer pretende dar*. In: Martins, Paulo Henrique (Org.). *A Dádiva entre os modernos: Discussão sobre os Fundamentos e as Regras do Social*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2004), “A sociedade mundial no horizonte” In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNESB. F. (Orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

CERTEAU, de Michel. (1994), *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed., Petrópolis: Vozes.

CHANIAL, Philippe. (2004), *Todos direitos por todos e para todos: cidadania, solidariedade social e sociedade civil no mundo globalizado*, in MARTINS e NUNES (org). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15. p. 58-70.

_____. (2001), *Justice don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte/MAUSS.

_____. (2004), “Todos os direitos por todos e para todos: Cidadania, solidariedade social e sociedade civil num mundo globalizado. In MARTINS, Paulo Henrique e Nunes, B.(Organizadores), *A nova ordem social: perspectiva da solidariedade contemporânea*, Brasília,:Editora Paralelo 15.

_____. (2004), *A cultura primária da democracia: comunidades locais, públicos democráticos e associações*. Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. : v. 10, nº 1, 2. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

COHN, G. (1998), *As diferenças finais de Simmel*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. b, n 38 outubro 39-61.

COSTA, Sérgio. (2002), *As cores de Hercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

COUTO, Márcia Tereza. (1996), “Eu nem me reconheço daquela que eu era”. (Re)definindo espaços: mulheres, ação política e relações de gênero. Dissertação defendida no curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

CUNHA, Marcus Vinicius da. (2001), *John Dewey: A utopia democrática*. Rio de Janeiro, DP&A.

DAGNINO, Evelina (Org.). (2004), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

DALLARI, Dalmo. (1998), *Direitos humanos e cidadania*. SP: Moderna.

DEWEY, John. (1953), *Liberdade e Cultura*. Tradução de Eustáquio Duarte, Revista Branca. Rio de Janeiro, oficinas gráficas da Folha Carioca.

_____. (1979), *Democracia e Educação*. São Paulo. Ed.Companhia Editora Nacional, São Paulo.

_____. (1991), *The public and its problems*. Ohio: Athens.

DICIONÁRIO do pensamento social do século XX, (1996), editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nesbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos, tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. RJ: Zahar. Editora,

DOMINGUES, José Maurício. (1999), *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira.

DURKHEIM, Émile. (2004), *Pragmatismo e Sociologia*. Tradução Aldo Litaiff. Florianópolis: Editora da UFSC, Tubarão: Editora da Unisul.

ELIAS, Nibert. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Tradução por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FONTES, Breno. (2004), “Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias” In: MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, N. (orgs.). *Redes sociais e saúde. Novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

_____; EICHER, K. (2004), “A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda” In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, B. (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

FRASER, Nancy, Nicholson, Linda. (1990), *Social Criticism without Philosophy, an, inconster between feminism and poster modernism*, in Nicholson, 2 – *feminism/Postmodernism*. New York/London: Routhedge.

FRASER, Nancy. (2001), *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*, in: SOUZA, Jessé (org.) – *Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*.

FERNANDES, Rubem César.(1994), *Privado, porém público: O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GERGEN, Mary M. (1993), *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Trad. Ângela H., Rio de Janeiro: Edriub e Rosa dos Tempos.

_____. (1993), *Rumo a uma Metateoria e metodologia feminista nas ciências social*, in *O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, Brasília: Edunb.

GIDDENS, Anthony. (1984), *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GIRALDO, Fernando Urrea. (1994), “La categoría de género en las ciencias sociales contemporáneas”. In *Discurso, gênero y la Manzana de la discordia*.

GODBOUT, Jacques T. (1999), *O espírito da dádiva*. Fundação Getúlio Vargas (livro escrito em colaboração com Alan Caillé).

_____. (2002), “Homo donator versus homo economicus” In: MARTINS, P. H. (org.). *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2004), “Digressão sobre as redes e os aparelhos” In: MARTINS, P. H.; FONTES, B. (orgs.). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

_____; CAILLÉ, Alain. (1998), *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.

GODELIER, Maurice. (2001), *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOFFMAN, E. A. (1989), *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis, Vozes.

GOULDNER, ALVIN. W. (1971), *Living as a sociologist: toward a reflexive Sociology*, in, *The coming crises of western sociology*. London, Heinemann Educational Books ltd.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. (2000), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 7.ed.. Petrópolis, RJ: Vozes.

HONNETH, Axel. SOUSA, Jessé (org.). (2001). *Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje*. In: *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

_____. (2003). Entrevista concedida a Marcos Nobre e Luiz Repa, especial para a Folha de São Paulo, “Honneth Esquadrinha déficit sociológico”, Folha de São Paulo Ilustrada em 11/10/2003.

_____. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática dos Conflitos Sociais*. Tradução Luiz Repa, São Paulo: Ed. 34.

HUDELSON, P. (1994), *Qualitative Research for Health Programs Who*. Geneva.

JOAS, Hans. (1999). GIDDES, Anthony e TURNER, Jonathan (Orgs.). *Interacionismo Simbólico*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa.. In: *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP.

KNAUTH, D. Victoria. (2000). *Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema*, Porto Alegre: Tomo Editorial.

KUHN, Thomas. (1992), *A estrutura das revoluções científicas*. Coleção Debates, nº 115. São Paulo: Ed. Perspectiva.

KUMAR, K. (1997), *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LANNA, Marcos P. D. (1995), *A Dívida Divina: Troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas, SP: Editora UNICAMP. (Coleção Momento).

LOBO, Elisabeth Souza. (1987), *Homem, e Mulher: Imagens das Ciências Sociais*. In, *Mulheres: da Domesticidade à Cidadania*. Águas de São Pedro, ANPOCS.

LYOTARD, J. F. (1989), *A condição pós-moderna, trajectos*. Trad. José Navarro. Lisboa: Gradiva publicações Ltda..

MACINTYRE, Alasdair. (2001), *Depois da virtude*. Tradução por Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC.

MADUREIRA, J. (1995), *A investigação nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: Presença.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. (1997), *A família, o feminino, a cidadania e a subjetividade*. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org). *A família contemporânea em debate*, 2 edição. São Paulo. EDUSC/Cortez.

MARTINS, José de Souza. (2000), *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo; Hucitec.

MARTINS, Paulo Henrique. (1999), *Sociologia, intervenção e ação social*. Estudos de sociologia, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, 6(1), Recife.

_____. (2004), *A Dádiva e a sua importância teórica para se pensar as relações entre Estado, Mercado e Comunidade*. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, Setembro.

_____. (2005), *A Sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 73, Dezembro.

_____. (2006a), Ação Pública, Redes e Arranjos familiares. In: MARTINS, Paulo Henrique e FONTES, B. Redes, Práticas associativas e gestão pública. Recife, Ed. Universitária da UFPE.

_____. (2006b), Crítica do utilitarismo econômico a partir do sistema da dádiva e do fato social total: questões teóricas e metodológicas; texto impresso.

_____. (2004), “O Estado e a redistribuição dos bens da cidadania num contexto pós-nacional” In: In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, B. (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

_____. (2003), Redes sociais, cidadania e desenvolvimento humano. Recife: Mimeo.

_____; CAMPOS, Roberta C. Orgs. (2006), Polifonia do Dom.. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

_____; FONTES, B. (2004), As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, Paulo Henrique e FONTES, B. (2004) org. Redes sociais e saúde: Novas possibilidades teóricas, Recife, Editora da UFPE.

_____; _____. (2004), *Redes sociais e saúde. Novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

_____; NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.) (2004), *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 246p.

MATOS, Aécio. (2006), Participação e democracia in Martins P. M e FONTES – Redes, práticas associativas e gestão pública, Recife. Ed. Universitária da UFPE. p.183-208.

MATTOS, Patrícia. (2006), A Sociologia Política do Reconhecimento: As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Ana Blumme.

MAUSS, Marcel. (2003), Ensaio sobre a dádiva – Formas e razão da troca em sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify. p.183-314

MELUCCI, Alberto. (1999), Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia. México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, México.

_____. (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução por Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2005), *Por uma sociologia reflexiva*. Tradução de Maria do Carmo A. do Bonfim. Petrópolis: Ed. Vozes.

MENDES, Mary Alves. (2002), Estudos feministas: entre perspectivas modernas e pós modernas, in *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, vol. 18. nº 2, jul/dez.

_____. (2000), *Mulheres no prezeis: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. Dissertação defendida no curso de Pós-Graduação da UFPE. Recife.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). (1994), *Pesquisa Social; teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1994), *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2002), *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

MOÁS, Luciane da Costa. *Cidadania e Poder Local*. Rio de Janeiro: Editor Lúmen Juris, 2002.

MOTA, Robert e SCOTT, Parry. (1983), *Sobrevivência e fontes de renda - estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife, SUDENE e Ed. Massangana.

MOUFFE, C. (1992), *Feminismo, cidadania e política democrática radical*, in, *Debate Feminista: cidadania e feminismo*. São Paulo: Melhoramentos.

_____. (1985), *Ernesto Laclau | Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratie Politics*. Londres.

MUTZENBERG, Remo *Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e*

Antagonismos Sociais. (2002), Recife. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2002.

OLIVEIRA, Luís C. de. (2004), *Honra dignidade e reciprocidade* In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, B. (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

OLIVEIRA, Marília Tomaz e SANTIAGO, Idalina Lima. (2006), *Dádiva e fato Associativo: Os Clubes de Mães*. In: MARTINS, Paulo Henrique e CAMPOS, Roberta C Org.(2006) *Polifonia do Dom.. Recife: Ed. Universitária da UFPE. p. 235-254.*

PEIXOTO, Clarice Helers. (2000), *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e o Rio de Janeiro*. São Paulo.

PINTO, C. Regina. (1992), *Movimentos Sociais, espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In: COSTA, Albertina de Oliveira e Cristina B. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

POGREBINSCHI, Thamy. (1977), *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará.

_____. (2004), *A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey*. Curitiba: Revista de Sociologia Política.

PORTUGAL, Silvia. (2004), *As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade*. Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. : v. 10, nº 1, 2. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

PRADO, Luís. (1988), *Diagnóstico do movimento comunitário de Campina Grande*. Secretaria de Ação Social do município de Campina Grande.

PUTNAM, Robert D. (1996), *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução por Luiz Alberto Monjardim, Rio de Janeiro: Editora FGV.

RAGO, Margareth. (1998), *Epistemologia feminista, gênero e História in Masculino e Feminino Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*. JOANA M. P; MIRIAN, V. G. Florianópolis: Editora Mulheres.

RAICHELIS, Raquel. (2000), *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2. ED.REV. São Paulo: Cortez.

RAWLS, John. (2000), *Justiça e democracia*. Tradução por Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes. (Justiça e direito).

RICOUER, Paul. (2006), *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola.

RORTY, Richard. (1994), *Contingência, Ironia e Solidariedade*, tradução de Nuno Fonseca, Editorial Presença.

SADER, Eder. (1988), *Quando novos personagens entram em cena: exigências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Ed. Cortês.

_____. (2002), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.

_____. (2002), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 01. (Reinventar a emancipação social; para novos manifestos).

_____. (2000), *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

_____. (1996), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

_____. (1999), Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes [et al.]. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto.

SARTI, Cynthia Andersen (1996), *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, Campinas, autores associados.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1993), *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

_____. (1999), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

SCHUTZ, Alfred. (1979), O mundo das relações sociais, In: WAGNER, Helmut R. (org. e introdução). *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schultz*, RJ,Zahar.

SCOTT, Joan. (1995), *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS/CORPO, mimeo.

SCOTT, Parry. (2003), Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In: PARRY, Scott e Jorge Z. (orgs.), *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*, Recife, mimeo.

SENNETT, Richard. (2004), *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 8. ed. Tradução por Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Zélia Maria Pereira. (1992), *O fio mágico das rendeiras: ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero*. São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC.

SIMMEL, Georg. (1987), A metrópole e a vida mental. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio Guilherme. (org.).

_____. (1983), Simmel. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, Moraes E. (org.). São Paulo: Ática.

_____. (2006a), Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade, tradução Pedro Caldas, RJ, Zahar. Ed. Brandão, revisão de tradução Paulo Neves, 3º edição, SP, Martins Fontes.

_____. (2006b), Filosofia do amor. Tradução: Eduardo Brandão; revisão de tradução: Paulo Neves, 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

SOIHET, Rachel. (1997), História, mulheres e gênero: contribuições para um debate, in gênero nas ciências humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres, (org) Neuma Aguiar. Rio de Janeiro: editora Rosa dos Tempos.

_____; AGUIAR, Neuma (Org.). (1997), História, mulheres e gênero: contribuições para um debate. In; gênero nas ciências humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.

SORJ, Bila. (1997), *Novo paradigma feminista ou sociologia das teorias feministas?* Comunicação apresentada no XXI ANPOCS, Caxambu, SC, de 21 a 24 de outubro.

SOUZA, Jessé (Org.). (2001), *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SPIVAK, G. HOLANDA, H, B. (Org.) (1994), trad. De Patrícia Silveira de Farias, in *Tendências e impasses – o feminismo como crítica de Cultura*. Rio de Janeiro:Rocco.

TEDESCO, J. C. (2006), Modernidade, sociedade e cultura filosófica, in, Georg Simmel e as sociabilidades do moderno: uma introdução, Passo Fundo, Editora Universidade de Passo Fundo. P. 157.

TOCQUEVILLE, Aléxis (2000), A democracia na América tradução por Eduardo Brandão; São Paulo; Martins Fontes.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2004), “Desvendando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho” In: MARTINS, P. H.; NUNES, B. (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

_____. (2005), As sociologias de Georg Simmel, Tradução Marcos Roberto Flamínio Peres. – Bauru, SP, EDUSC; Belém EDUPFA. P 97/98.

VIEZZER, Moema. (1989), O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez.

WAIZBORT, Leopoldo. (2000), *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.

YIN, Robert K. (2004), *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução por Daniel Grassi. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman. 212p.

Anexos



ANEXO A - Mapeamento dos Clubes de Mães de Campina Grande-PB.

Clubes de Mães	Localidade	Fundação	Nº de Sócios	Presidentes
1. 15 de Agosto	Monte Santo	15/08/1965	40	Mª José S. Silva
2. Alice Ramos Tejo	Centenário	14/05/1967	60	Mª de L. Alves
3. Amélia de Figueiredo	Distrito - São José da Mata	06/04/2003	60	Cleide R. da Costa
4. Ana Maria	Catolé	26/03/1965	35	Creusa F. Araújo
5. Ana Maria Florindo	Ramadinha I	06/04/1982	59	Jacilane P. Silva
6. Ana Rita de Almeida	Vila Cabral de Santa Terezinha	29/09/1978	101	Mª de Fátima M. da Silva
7. Anita Cabral	Tambor	26/02/1963	110	Nazaré F. dos Santos
8. Anita Cabral	Distrito de São José da Mata	12/04/1966	80	Mª da Guia Souza
9. Belina Mª da Conceição	Monte Santo	30/03/1974	31	Inês L. de Souza
10. Berenice de Almeida Gouveia	Sítio São Januário	01/11/2003	110	Mª Helena C. da Silva
11. Clotilde Catão Rodrigues	Jeremias	09/10/2000	28	Lúcia Mª H. Pinto
12. Cozete Barbosa	Zona Rural	29/08/2003	29	Mª da Natividade R. de M. Pontes
13. Cristina Procópio	Catingueira	10/04/1978	27	Mª de Fátima dos S. Silva
14. Esperança Nossa	Distrito - Novo Horizonte	29/03/2003	62	Mª do socorro L. Lopes
15. Eva Gouveia	Distrito de Santa Terezinha	19/07/1998	76	Geralda L. da Silva
16. Glória R. da Cunha Lima	Jardim Menezes	20/11/2003	55	Leone S. Santos
17. G. Mª da Conceição	Sítio Porteira de pedras	06/06/1993	96	Geruza de Aquino
18. Hozana Constantino	Zona Rural de São José da Mata	01/05/1994	35	Josele P. Lima
19. Irmã Ângela Beleza	Vila Castelo Branco	15/04/1979	59	Tatiane de S. Mota
20. Regina Paces	Ramadinha II	14/08/2000	50	Mª S. da Silva
21. Iza Leal	Santa Rosa	14/05/1964	90	Anatilde de A. Andrade
22. Izabel Grignon	Bodocongó	22/03/1966	97	Mª do S. B. Ferreira

23. Joana Werter	Monte Castelo	22/07/1966	64	Antônia das N. O. Silva
24. Madre Tereza de Calcutar	Jardim Borborema	23/07/2004	38	Maria do Socorro Pontes Gondim
25. M ^a Arruda da Silva	José Pinheiro	05/04/1965	30	M ^a de Fátima F. de Arruda
26. Laura da Luz Silva	Jardim Continental	10/05/1987	40	Inês de A. Ramos
27. Lúcia de Fátima Gaioso	Alto Branco	01/03/1971	38	M ^a das Graças A. Farias
28. Maria de L. de Aguiar Loureiro	Conjunto Severino Cabral	19/09/1983	43	M^a Marques Diniz
29. M ^a do C. R. Nascimento	Cuités	31/03/1999	75	Mariene O. Lima
30. M ^a do S. D. Oliveira	Jardim Paulistano	22/03/1972	59	Giselda C. de Lima
31. M ^a Estela de F. Lima	Quarenta	22/11/1981	64	M ^a de S. Amorim
32. Margarida da M. Rocha	Sítio Lucas	03/05/1994	79	Jaqueline de A Oliveira
33. Maria B. da Conceição	Sítio Genipapo	25/11/1975	39	M ^a Apolinário do Nascimento
34. M ^a da Guia Alves	Vila Cabral de Santa Rosa	08/01/1980	30	M ^a do Carmo Silva
35. M ^a da Luz	Palmeira	13/11/2001	85	Inácia F. de Oliveira
36. M ^a Rosa Mística	BR-230	19/07/1998	35	M ^a Evane Pereira
37. Maude Brasil Montenegro	Centro da cidade de Boa Vista	20/02/1984	39	M ^a de L. Albuquerque
38. Nair Pereira de Lima	Sítio Estreito	06/12/2002	120	Marilene S. de Lima
39. Neuza Borborema	Distrito Santa Terezinha	19/07/1981	59	Ronilda S. Cruz
40. Nezinha Cunha Lima	Ana A. Vilar Cantalice	27/07/1993	68	Rossandra M. da Silva Oliveira
41. Nina Diniz	Jardim Verdejante	28/10/2000	47	M ^a da C. S. Santos
42. Nossa S. Aparecida	Santa Cruz	26/10/1969	46	M ^a Inácia da Silva
43. Nossa S. da Conceição	Conceição	27/07/1984	100	M ^a das N. L. Farias
44. Nossa S. da Conceição	Jardim Quarenta	07/09/2001	80	M ^a de L. M. Costa
45. Nossa S. de Lourdes	Monte Santo	03/08/1978	40	Maricleide P. Cruz
46. Nossa S. do R. de Fátima	Cachoeira	18/08/1965	82	M ^a das Dores Silva

47. Nossa S. Aparecida	Sítio Logradouro	11/10/2003	56	Alcidália A. Silva
48. Nossa S. das Dores	Loteamento Sonho Meu	24/08/2003	40	M ^a de Fátima Silva
49. Nossa S. das Graças	Liberdade	23/03/1966	59	Joana Darc
50. Nossa S. de Fátima	Pedregal	30/08/1981	40	Terezinha F. L. Souza
51. Ozanilda Gondim	Malvinas	04/06/2003	80	Francisca C. Almeida
52. Nova Vida	Conjunto Cinza	20/09/1997	76	Valmerita F. Araújo
53. Papa João XXIII	Santo Antônio	04/09/1969	35	Inácia S. dos Santos
54. Raio de Luz	Conjunto Mariz	27/02/2003	67	Izolda S. Justo
55. Roberta Delgado	Vila Sandra Cavalcante - Catolé	23/08/1969	35	Dalva de Oliveira
56. Ruth Andrade Lima	Distrito - Catolé de Boa Vista	09/10/2003	42	Rúbia T. Guimarães
57. Sagrada Família	Bairro das Cidades	25/03/1995	53	Cleuza M ^a da Conceição
58. Santa Ana	Bela Vista	03/08/1969	45	M ^a do S. Lima
59. Santa M ^a Gorette	Ligeiro	06/07/1987	64	Laura Maciel da Silva
60. Santa Vitória	Mutirão do Serrotão	26/04/1990	110	M ^a Gorete Martins
61. Senhora Rosa Mística	Presidente Médici	04/07/1981	70	Marluce N. Barros
62. Iracema da Silva Gomes	Zona Rural	23/09/2002	28	Josefa Gomes Valentim
63. Severina Elza de Araújo	Sítio Santo Isidro	12/10/2000	31	M ^a de L. Barros
64. Severina Francisca	Distrito- Catolé de Zé Ferreira	03/05/1984	40	M ^a Salete P. Cisne
65. Sílvia Cunha Lima	Três Irmãs	20/09/1996	107	M ^a do Socorro Silva
66. Terezinha Barbosa da Silva	Conjunto Chico Mendes	25/04/2000	98	M ^a das Dores B. Gomes
67. Vozes Maternais	Cruzeiro	24/01/1974	53	Márcia Alves Silva
68. Maria M. da Conceição	Sítio Monte Alegre Distrito S. José da Mata	s/d	53	M ^a H. S. Nascimento

69. Alice Japiassú	Vila dos Teimosos	s/d	53	Selma
70. Divone Amaro	Conjunto Nossa S. Aparecida - Catolé	11/11/2004	82	Mª de Lourdes Avelino
71. Maria Carvalho Leal	Sítio Covão - Distrito de São José da Mata	23/03/2004	34	_____
72. Josefa M. da Conceição	Sítio Bosque - Distrito de São José da Mata	12/01/2004	35	Rosa Gomes da Silva
73. Antonieta Rodrigues Veiga	Guilherme Maurício do Nascimento - Lagoa de Dentro	01/05/2004	149	Lucicleide Gomes de Lima
74. Josefa Maria da Conceição	Nossa Senhora das Dores - São Januário II (Caixa D'água)	03/02/2004	35	Terezinha de Jesus Costa
75. Nova Esperança	Assentamento Venâncio Tomé - Zona Rural de Campina Grande	15/09/2004	45	Severina Ana da Conceição
76. Santa Clara	Jardim Europa	15/11/2004	40	Marinez Cardoso dos Santos
77. Professora Elza Cândido de Albuquerque	Ligeiro – Conjunto do IPEP	28/07/2005	46	Josefa Ailma Barbosa Araújo
78. Zilda Araújo Silva	Sítio Boi Velho	17/02/2005	45	Mª José da Silva Gonzaga
79. Josefa Alves de Sousa	São José	---	45	Mª de Fátima Farias de Lima
80. Itararé	Itararé	---	46	Margarida Gabriel de Lima
81. Mª Lima Barbosa	Sítio Gaspar	21/12/12005	46	Ozinete da Costa Maciel
82. Mª da Conceição	Sítio Queimada da Ema	---	46	Maria José

Fonte: Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande-PB (10/05/2006).

ANEXO B - Roteiro das entrevistas com as sócias dos CM's

O significado atribuído ao clube de mães.

- As atividades desenvolvidas no clube de mães e os recursos financeiros para manutenção
- Como iniciou a participação no clube de mães

Há quanto tempo participa dos CM's

- Aprendizagem com a participação no clube de mães
- Participação em outras organizações da comunidade
- Forma de tomada de decisão no clube de mães
- Lutas desenvolvidas pelo clube para conquista de cidadania
- Articulação com outras organizações e movimentos sociais
- Relação com os poderes constituídos e provedores das políticas públicas no município
- Relação com a SEMAS órgão municipal que presta assessoria aos clubes de mães
- Relação com partidos políticos no município
- Relação com a Coordenação dos clubes de mães
- A percepção da família em relação à participação da sócia no clube de mães
- Trabalho específico em relação à mulher

ANEXO C - Roteiros de entrevistas com agentes externos

III - 1 - AGENTES INSTITUCIONAIS DA SEMAS

Cargo ou função da agente institucional

O tipo de trabalho desenvolvido pela SEMAS junto aos CM's

Há quanto tempo desenvolve esse trabalho

Qual o objetivo do trabalho

Qual a compreensão sobre os CM's

III – 2 - ASSISTENTES SOCIAIS ALUNAS NA ÉPOCA DA FUNDAÇÃO DOS CM's

Em que época, com que objetivo e como foram fundados os CM's

Atividades desenvolvidas nos CM's no seu surgimento

Qual sua compreensão sobre os CM's